

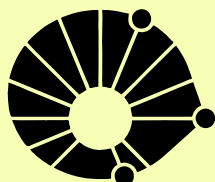
**Publicação do CESOP**

# **OPINIÃO PÚBLICA**

**Junho/99**

**V. 5 N°2**

**ISSN 0104-6276**



**CESOP**  
CENTRO  
DE ESTUDOS  
DE OPINIAO PUBLICA

# Universidade Estadual de Campinas

## UNICAMP

Reitor: Hermano Tavares

Coordenador Geral da Universidade: Fernando Gallemebeck

Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário: Luis Carlos Guedes Pinto

### CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

#### CESOP

##### Conselho Orientador

**Presidente:** Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)  
**Vice-presidente:** Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)  
**Conselheiros:** Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Mauro Francisco Paulino (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Leandro Piquet Carneiro (ISER), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

##### Comitê Técnico-Científico

Fernando Antonio Lourenço  
José Ferreira de Carvalho  
Rachel Meneguello  
Vilmar E. Faria

##### Equipe Técnica

**Coordenação:** Rachel Meneguello  
**Pesquisadores:** José Guilherme Piola Brandt, Rafael Henrique Wolf, Paula Vanina Cencig, Vitor Luiz Cooke Vieira  
**Secretária Geral:** Maria das Graças Plá Sanches

### OPINIÃO PÚBLICA, Vol. V, nº 2

**Conselho Editorial:** Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

**Editor:** Rachel Meneguello

**Produção:** Equipe Técnica do CESOP

#### Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas Cidade Universitária  
"Zeferino Vaz"  
Caixa Postal: 6110  
Campinas - São Paulo  
13081-970  
Tel: (55-19)788-7093  
Fax: (55-19)289-4309  
Email: CESOP@TURING.UNICAMP.BR  
Home page: <http://www.unicamp.br/cesop/>

**Opinião Pública** é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial. Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

**ISSN 0104-6276**

**Junho de 1999**

Publicação do CESOP

# OPINIÃO PÚBLICA

Junho 1999

Vol. V, nº 2

ISSN 0104-6276

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>“Por quê raios os leste-europeus apoiariam o capitalismo?” Democracia, capitalismo e opinião pública</b> Laszlo Bruszt	55
<b>A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996</b> Marcelo Costa Ferreira	76
<b><i>TENDÊNCIAS</i></b> Encarte de Dados de Opinião Pública, Ano V, nº 2	Centro
<b>Cidadania, opinião pública e meios de comunicação: a Argentina dos anos 90</b> Isidoro Cheresky	87

Opinião Pública	Campinas	Vol. V	nº 2	p. 55-106	Junho 1999	ISSN 0104-6276
-----------------	----------	--------	------	-----------	------------	----------------



# “Por quê raios os leste-europeus apoiariam o capitalismo?”

## Democracia, capitalismo e opinião pública

---

---

**Laszlo Bruszt**

Political Science Department  
Central European University

---

---

### **Resumo**

O artigo analisa o papel das variáveis políticas, econômicas e culturais na explicação do apoio à democracia e ao capitalismo nos países do Leste Europeu.

Um dos principais achados do trabalho aponta que, para o desenvolvimento da reforma das instituições econômicas, os governos leste-europeus podem contar com uma grande reserva de apoio inicial baseada no descrédito do regime anterior.

**Palavras-chave:** democracia, cultura política, capitalismo, reforma econômica

### **Abstract**

The paper analyses the explanatory role of the political, cultural and economic variables to the support for democracy and capitalism in the East European countries.

One of the major findings is that East European governments undertaking the transformation of their countries' economic institutions can count on a high level of initial reserve of support based on the discreditation of the old regime.

**Keywords:** democracy, political culture, capitalism, economic reform

Na década de 1990 o Leste Europeu atravessou a mais profunda onda de democratização de toda a sua história<sup>1</sup>. Simultaneamente, a rápida liberalização de sua economia e as tentativas radicais de reestruturação econômica produziram o mais agudo declínio em produção econômica, padrão de vida e valorização do trabalho desde a Grande Depressão. O declínio global do PIS foi de 20 a 30% nos países da região, o declínio no valor real dos salários foi de 20 e 60% e o desemprego nesse período cresceu em média de zero a entre 10 e 20% em poucos anos.

É com relação a esse cenário de simultaneidade entre a radical mudança política e econômica que pode-se entender a reemergência do antigo debate sobre a compatibilidade entre democracia e desenvolvimento econômico. Logo no início dessas mudanças, muitos analistas expressaram ceticismo quanto à capacidade dos líderes democráticos em harmonizar as necessidades da transformação econômica com a extensão geral dos direitos políticos e a lógica do sistema democrático. De acordo com esses analistas, se as pessoas tiverem o direito à oposição política e o direito de escolha entre muitas alternativas de desenvolvimento socioeconômico responderão às crescentes dificuldades e à desigualdade resistindo às reformas econômicas, sendo que, na melhor hipótese, aprovarão o capitalismo; na pior, voltar-se-ão contra a democracia. Segundo essa visão, a política transformadora é, na estrutura de um sistema democrático, a “arte do impossível”. A implicação desse enfoque é que o capitalismo apenas pode ser introduzido no Leste Europeu pela via da imposição, ou seja, limitando a extensão do sistema democrático ou, ao menos, com a ajuda do uso completo das muitas técnicas de exclusão e desmobilização oferecidos pela poliarquia.

Na primeira parte deste artigo, destaco brevemente os principais argumentos desse enfoque e, em seguida, faço o contraste com a visão diametralmente oposta sobre a relação entre democratização e desenvolvimento econômico, segundo a qual a política democrática poderia ser uma das principais formas de diminuição dos problemas políticos gerados pela transformação econômica. Os representantes dessa visão sustentam que apenas no caso de uma 'democracia de baixa qualidade' os problemas sociais e econômicos poriam em risco a transformação capitalista. Segundo eles, há uma longa lista de meios democráticos que permitem a superação do *status quo* socioeconômico na estrutura

---

<sup>1</sup> Antes de 1989, o Leste Europeu passou por duas ondas de democratização. A primeira onda, após a 1ª Guerra Mundial, teve fim com a emergência de regimes semi ou puramente autoritários na maioria dos países. A segunda onda, após a 2ª Guerra Mundial, cessou no final da década de 1940 com a imposição de regimes estatais socialistas em toda a região.

do sistema político, como por exemplo, o uso das possibilidades de inclusão oferecidas pela democracia<sup>2</sup>.

Na segunda parte do artigo, com base na análise dos resultados de um *survey* comparativo realizado em 11 novas democracias no Leste Europeu, trato dos argumentos macropolíticos desses dois enfoques e de suas afirmativas sobre os microfundamentos das posturas individuais com relação ao desenvolvimento capitalista. A idéia básica do primeiro enfoque testado é que os interesses econômicos imediatos e as predisposições culturais herdadas são os determinantes principais do apoio ao capitalismo. O segundo enfoque está baseado na idéia de que os interesses e as predisposições, ao lado das identidades dos atores sociais, não são fixos; ao contrário, eles mesmos estão sujeitos à transformação. A política transformadora pode (re)produzir apoio ao capitalismo e a crença de que se as pessoas podem confiar nos atores coletivos e instituições políticas, se elas podem ter garantias de que, ao dar crédito ao capitalismo, podem também lucrar com a transformação socioeconômica apesar das dificuldades, esta ainda é a "melhor alternativa disponível" de desenvolvimento (LINZ, 1988).

Para além desse debate, vou argumentar que pode-se detectar duas visões opostas na relação entre crenças e aspirações, de um lado, e ordens institucionais, de outro. A afirmativa dos que representam a "tese da incompatibilidade" é que apenas as instituições com bom funcionamento e desempenho podem gerar crenças e aspirações que sustentam a reprodução das mesmas instituições. Eles aceitam, por exemplo, que uma ordem institucional capitalista com bom funcionamento pode gerar crenças e aspirações compatíveis com as instituições de uma economia de mercado. Mas asseguram que os leste-europeus estão em uma situação de "armadilha do baixo equilíbrio": a superação do *status quo* em direção a uma ordem institucional com bom funcionamento (re)produz crenças e aspirações incompatíveis com a criação de instituições capitalistas, ou seja, instituições que sustentam seu próprio funcionamento. Para sair desse círculo vicioso, o Leste Europeu necessita da ajuda de um terceiro partido "desinteressado" ou, mais concretamente, da mão de ferro de um Estado transformador.

De acordo com os que representam o segundo enfoque, a criação de uma nova ordem institucional é similar à profecia da auto-realização. Novas instituições são criadas se atores sociais dão crédito a essas instituições ainda não existentes, ou seja, quando têm crenças e aspirações que sustentam a sua criação. O descrédito às velhas instituições é a base perfeita para a emergência de tais crenças e aspirações, e a confiança nos atores coletivos e nas instituições políticas pode gerá-las. As pessoas estenderão o crédito à transformação econômica se

---

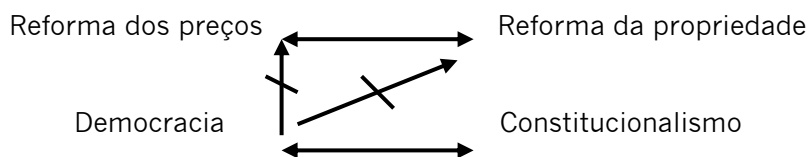
<sup>2</sup> Com base no ensaio de Albert Hirschmann sobre a tolerância quanto às desigualdades de renda, essa literatura foi denominada por vários autores como "economia política de dificuldade" (ver OFFE, 1991; DUCH, 1992 e HIRSCHMANN, 1981)

acreditarem que as perspectivas oferecidas pelos atores coletivos merecem apoio, se confiarem em que as novas instituições refletirão também suas aspirações, se confiarem nas competências dos representantes políticos etc. Atores políticos coletivos que recebem confiança são capazes de produzir essas crenças e aspirações, e podem também retirar o crédito de alternativas competitivas.

O apoio ao capitalismo e a confiança nas instituições e atores estão, portanto, fortemente inter-relacionados. Confiança, ou crédito, é a principal força motora da transformação institucional. É o principal capital político dos reformadores que estão no poder para garantir essa transformação<sup>3</sup>. A confiança e o crédito são também o que leva as pessoas a “investirem” na transformação econômica: através da tolerância para com as dificuldades e através do investimento real no capitalismo com suas economias.

### Argumentos macro-políticos: a tese da incompatibilidade

Ao ler a literatura sobre os problemas das novas democracias no Leste Europeu e na Europa Central, pode-se freqüentemente ter a impressão de que a democracia é apenas uma nova dor de cabeça para os leste-europeus já bombardeados com as mais do que suficientes dificuldades causadas por suas economias quebradas. O argumento freqüentemente lido é o seguinte: a democracia estende os vários direitos de oposição em uma situação na qual a transformação das economias públicas em economias de mercado vão necessariamente gerar resistência às reformas. O melhor cenário resumido das diferentes versões dessa hipótese foi desenhado por John Elster:



Aqui, um vetor de X a Y significa que X, para ser efetivo, requer Y. Um vetor bloqueado significa que X é um obstáculo para Y. O argumento é que a democracia será um obstáculo tanto para a reforma de preços (porque levará alguns à pobreza ou desemprego) quanto para a reforma da propriedade (porque fará alguns muito

---

<sup>3</sup> Sobre a noção de capital político ver Bourdieu, 1981. Sobre a aplicação do conceito de capital político à análise da relação entre democracia e desenvolvimento econômico na América Latina, ver Remmer, 1993.

ricos) (ELSTER, 1990). Em resumo, as reformas econômicas no Leste Europeu terão a resistência dos que *perderão* e dos que *não ganharão*.

A versão estruturalista dessa abordagem<sup>4</sup> enfoca os que perderão, predizendo que serão em grande número baseado na análise das estruturas socioeconômicas desses países. Nesse sentido, o principal obstáculo estrutural às reformas econômicas na região é a existência de uma maioria social que não tem interesses na criação de uma economia de mercado e a perda daqueles grupos sociais (ex: burguesia) que dariam apoio a essa transformação<sup>5</sup>. Ou, para colocar de forma diferente, devido a razões estruturais, o número dos que perderão de forma imediata será alto e concentrado; o número dos que ganharão em curto e médio prazo será baixo e disperso e, portanto, poder-se-ia esperar uma resistência universal à reestruturação econômica.

A versão culturalista, enfocando os não-ganhadores, prediz novamente que serão em grande número e que serão resistentes ao rápido processo de desigualdade, baseando-se nas afirmativas sobre as predisposições culturais herdadas dessas sociedades (por ex. JOWITT, 1992). A diferença básica entre essas duas abordagens é que enquanto a primeira explica a incompatibilidade entre democratização e desenvolvimento capitalista, baseada na idéia da ação racional de resistência das pessoas que experimentam privações, a segunda espera os mesmos resultados de ações irracionais, isto é, o ressentimento e o descontentamento.

Dado que nesse enfoque, esses dois fatores - os interesses estruturalmente determinados e as predisposições culturalmente herdadas do regime anterior - determinam as respostas dos atores às reformas capitalistas, qualquer forma de coordenação democrática levaria essas sociedades a um círculo vicioso de reprodução do *status quo*. Segue-se que a única maneira de sair da circularidade é impor reformas econômicas à sociedade com ou sem a ajuda de executivos fortes com alguma influência social ou política, ou pela via do "autoritarismo liberal"<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Descrevo as diferentes variações deste enfoque em dois artigos anteriores (BRUSZT, 1992 e BRUSZT & SIMON, 1993).

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, a seguinte citação dos autores de um dos melhores livros escritos sobre a privatização no Leste Europeu: "Dada a ausência de qualquer base existente poderosa provavelmente obtida pelo processo de privatização em um curto prazo, um sistema democrático diretamente responsivo às pressões populares deve simplesmente ser incapaz de garantir apoio suficiente para a transformação radical requerida, embora sendo, a longo prazo, interesse da nação" (FRYDMAN and RAPACZYNSKI, 1994, p. 58).

<sup>6</sup> Esta é a proposta de K. Jowitt que, baseado na análise dos "legados leninistas" do Leste Europeu, contradiz a proposição de Alfred Stepan quanto ao sistema parlamentar indubitavelmente ter a melhor condição de conseguir o equilíbrio necessário (entre desenvolvimento econômico e participação democrática) e sugere, ao contrário, o autoritarismo liberal como uma "alternativa desejável" e uma "resposta mais prática que o desejo utópico pela imediata democracia de massa no Leste Europeu" (JOWITT, 1992, p. 303-304). De acordo com essa proposta, os "legados leninistas" dos regimes anteriores podem ser superados apenas na estrutura de uma lógica conspicuamente próxima à lógica



Os leste-europeus que propõem a “tese da incompatibilidade” poderiam destacar uma longa tradição de trabalhos sobre a existência de relações entre democracia e desenvolvimento econômico<sup>7</sup>. As primeiras versões dessa tese, ainda no século XIX, refletiam os temores dos primeiros conservadores e liberais, assim como as esperanças dos primeiros pensadores marxistas. Tal como afirmavam, a extensão dos direitos de propriedade e de cidadania eram incompatíveis entre si - os despossuídos com direito de voto poriam fim ao direito de propriedade e usariam a democracia para “expropriar” os ricos. Como afirmou Thomas Macaulay em 1842, o sufrágio universal seria “o fim da propriedade e, portanto, da civilização” (MACAULAY, 1900, *appud* PRZEWORSKI; LIMONGI, 1993).

Os temores excessivos da democracia como um mecanismo de expropriação dos ricos pelos pobres foram basicamente esquecidos no século XX, e substituídos pelas perspectivas diametralmente opostas de que a democracia tanto é “a melhor proteção para o capitalismo” (Lênin), quanto a que necessariamente promove o desenvolvimento salvaguardando os direitos de propriedade (NORTH, 1990; OLSON, 1991)<sup>8</sup>.

As versões modernas da “tese da incompatibilidade” estão menos relacionadas aos direitos de propriedade e enfocam a relação entre democracia e desenvolvimento econômico. Nessa parte da literatura, a democracia é delineada como um mecanismo de pressão dos pobres, ou nas versões mais recentes, dos grupos organizados para consumo efetivo imediato, e daí a conclusão: democracia atrapalha o desenvolvimento econômico. Nas décadas de 1950 e 1960, as primeiras versões que enfocavam os pobres dominaram a literatura da “incompatibilidade” (GALENSON, 1959; DESCHWEINIZ, 1959; HUNTINGTON, 1968). Przeworski e Limongi resumiram sucintamente o principal ponto dos representantes dessa versão: “As pessoas das quais as condições de vida giram em torno da subsistência não podem bancar negociações de longo tempo. Elas necessitam consumir agora. A democracia faz pressão em direção ao consumo efetivo imediato”.

A versão posterior baseada principalmente no estudo dos “milagres econômicos” produzidos pelos regimes autoritários do sudeste asiático destacaram os perigos dos grupos de interesse em geral, afirmando que os Estados que conduzem políticas de desenvolvimento podem submeter-se aos interesses de grupos voltados para a manutenção do *status quo*. Regimes autoritários podem

---

dos regimes leninistas: os interesses e identidades das pessoas podem apenas ser transformados pela via de uma mudança das estruturas econômicas e identidades das massas imposta e então criar crenças e aspirações “requeridas” para a reprodução de uma ordem capitalista institucional.

<sup>7</sup> O seguinte sumário está baseado nos trabalhos de Przeworski e Limongi, 1993; 1994 e Remmer, 1992; 1993, que analisam o desenvolvimento histórico desses ideais e suas mais recentes aplicações ao contexto do Sudeste Asiático e América Latina.

<sup>8</sup> Para uma discussão crítica dos enfoques de North e Olson, ver Przeworski e Limongi, 1993.

promover a necessária proteção do Estado da pressão de interesses particularísticos, sendo a proteção identificada à autonomia do Estado para desenvolver políticas transformadoras. Por esta perspectiva, democracia é definida como um mecanismo de pressão para a manutenção de um *status quo* efetivo; portanto, um mecanismo que mina a autonomia do Estado transformador<sup>9</sup>.

As mesmas idéias reapareceram na literatura nos anos 1980 analisando a relação entre o tipo de regime e a administração das crises econômicas no contexto latino-americano<sup>10</sup>. Esta parcela da literatura vincula o autoritarismo e a administração bem sucedida das crises econômicas baseada nas afirmações que sustentam a estabilização e a reforma como uma função do rendimento material, e os líderes democráticos que seguem estratégias de maximização do voto assumirão políticas econômicas que aprofundam mais a crise. Se tentarem abandonar o *status quo* e iniciar as reformas necessárias, enfrentarão imediatamente a turbulência política e a pressão crescente para cessar as reformas e retornar ao *status quo* anterior. Assim, nessa parcela da literatura sobre a "incompatibilidade", encontra-se uma especificação mais ampla sobre o argumento da "natureza da democracia": democracia traduz pressão para a manutenção do *status quo* tanto através dos políticos que buscam a maximização do voto, quanto através das massas que utilizam as várias técnicas de protesto oferecidas pelo sistema democrático. As seguintes citações de autores que escrevem sobre a América Latina poderiam igualmente ter sido escritas por representantes dessa tese no Leste Europeu: "(...) uma democracia que não vem acompanhada pela melhora social e econômica da população mais ampla, coloca em risco sua sobrevivência"; "(...) a atual política econômica ... requer centros de decisão capazes de impor políticas que sofrem oposição de quase todos os segmentos da sociedade. Esta é uma tarefa que os ciclos anteriores mostram estar além da capacidade de abertura dos regimes democráticos latino-americanos" (INSTITUTE OF LATIN AMERICAN STUDIES, 1986; MALLOY, 1987; *appud* REMMER, 1991).

A partir dessa breve revisão das diferentes versões da tese da incompatibilidade, pode-se concluir que a variante do Leste Europeu difere dessa literatura apenas quanto à ênfase no papel dos fatores culturais para a rejeição à transformação econômica, uma afirmação especialmente próxima das precondições culturais da democracia colocadas pelas teorias da modernização dos anos 1960. Por outro lado, todas as diferentes versões modernas da tese da incompatibilidade compartilham as seguintes assertivas:

---

<sup>9</sup> Para revisão e avaliação dessa literatura ver Przeworski e Limongi, 1993.

<sup>10</sup> Para uma avaliação crítica dessa literatura ver Remmer, 1992, 1993.

1. as posturas dos atores sociais com relação ao desenvolvimento capitalista são determinadas pela sua posição estrutural, ou seja, seu ponto de vista com relação às reformas é determinado pelo ponto na hierarquia social a partir do qual vêm a mudança institucional. O grau de apoio à mudança institucional é uma função direta da melhora na posição econômica, isto é, apenas as reformas capazes de promover rendimentos materiais de curto prazo terão crédito pela população;
2. as reformas econômicas enfraquecem as posições de muitos e, portanto, induzem uma pressão crescente para cessar as mudanças;
3. ao tomar essa pressão efetiva, a democracia enfraquece a autonomia que o Estado transformador requer.

### **Argumentos macro-políticos: “A hipótese do capital político”**

Por quê as pessoas tolerariam as dificuldades sociais e a desigualdade impostas pelas reformas econômicas? Por quê dariam crédito a instituições que ainda não existem ou ainda não funcionam? Por quê apoiariam a transformação de uma ordem econômica institucional se isso implicar, inicialmente, sacrifícios e a deterioração das situações econômicas? Essas e outras questões similares são o foco de atenção da segunda abordagem denominada por alguns autores como “a economia política da dificuldade”<sup>11</sup>.

Os representantes dessa abordagem desafiam os supostos básicos da tese da incompatibilidade afirmando que:

1. A tomada de posição política não é uma função direta das posições socioeconômicas em transformação; o apoio à reforma econômica não é uma função direta das condições econômicas e,
2. O sistema democrático não abrange apenas a mera representação dos interesses imediatos das pessoas nos centros decisórios estatais.

Em primeiro lugar, afirma-se que o apoio à mudança institucional na economia e as mudanças das posições socioeconômicas não são imediatamente ligados mas, ao contrário, são mediados pelas percepções das experiências passadas, pela atribuição da responsabilidade, pelas dificuldades do presente, e pelas percepções e avaliações das fórmulas alternativas específicas de mudança socioeconômica. Ao contrário da afirmativa da tese da incompatibilidade, afirma-se que as novas democracias ou sociedades voltadas ao rearranjo de suas instituições econômicas podem contar com uma reserva especial de apoio se algum (ou alguma combinação) dos fatores seguintes estiver presente:

---

<sup>11</sup> Ver nota nº 2.

- se as pessoas descartam amplamente regimes e ordens institucionais sem credibilidade;
- se a avaliação retrospectiva das pessoas quanto ao desenvolvimento das condições econômicas e da administração dos problemas econômicos dos governos anteriores é altamente negativa;
- se atribuem a responsabilidade por suas dificuldades econômicas atuais à falha das políticas dos regimes anteriores ou à ausência de reforma no último regime;
- se acreditam que o abandono do *status quo* é a única maneira para interromper a maior deterioração de sua situação econômica e,
- se acreditam que a alternativa oferecida pelos reformadores, apesar da imediatez e dificuldade que isso lhes impõe, é ainda a melhor dentre as alternativas disponíveis (DUTCH, 1992; HIRSCHMANN, 1987; LINZ, 1988; NELSON, 1991; MCDONOUGH, 1992; MCDONOUGH, BARNES; PINA, 1986; REMMER, 1991).

Na medida em que tais crenças são (re)produzidas no processo de transformação econômica, as crescentes dificuldades e o rápido processo de desigualdade devem ainda ser funcionais para a continuação do apoio às reformas: as pessoas devem perceber sinais de que estão no "caminho certo" (HIRSCHMANN, 1981 e PRZEWORSKI, 1992).

Em segundo lugar, para esse enfoque, os interesses das pessoas, percepções, atitudes e identidades não são fixos; ao contrário, são (trans)formados através das interações sociais da mudança econômica. Na (trans)formação das orientações e posturas das pessoas, têm papel central os atores políticos coletivos e as instituições que podem (re)produzir "confiança, tolerância e paciência" em um mundo em que, de outra forma, dominariam "o medo, o ressentimento e o descontentamento". O ponto central desse enfoque é que a democracia oferece muitas estratégias e mecanismos para gerar crenças e aspirações de apoio à mudança econômica, mesmo muito depois de terminado o período positivo promovido por alguns dos fatores mencionados acima.

A política, nesse sentido, não é apenas uma derivação das estruturas, instituições e hábitos já existentes. A política faz diferença.

A política transformadora pode gerar apoio ao capitalismo, a crença de que apesar das dificuldades socioeconômicas, ainda é a "melhor das alternativas disponíveis" de desenvolvimento, se as pessoas podem confiar nos atores coletivos e nas instituições políticas - para utilizar a definição de Juan Linz (1988). A tolerância com as dificuldades é um crédito, um investimento no futuro, que pode ser produzido ou perdido.

As pessoas darão crédito à mudança econômica se puderem dar crédito às instituições e atores que coordenam, modelam e influenciam essa mudança. A

política democrática, ao invés de destruir o poder transformador do Estado, oferece muitos mecanismos de reforço à autonomia dos governos com relação à pressão imediata pelo consumo e manutenção do *status quo*. Pior é o horizonte econômico de longo-prazo, mais importante se torna o papel de fatores tais como o estilo das políticas, a construção institucional, os pacotes de política econômica, o consenso das elites etc (PEREIRA et al., 1995; LANGE, 1984; NELSON, 1992, 1993; O'DONNELL, 1992, 1993; PRZEWORSKI et al., 1994; REMMER, 1992, 1993).

Persuasão, consulta, consenso, discussão e deliberação devem servir para estabelecer a confiança nos programas de governos e, através de garantias explícitas ou implícitas, podem gerar a crença popular de que investindo em reformas econômicas devem lucrar com seus ganhos futuros (LANGE, 1984; NELSON, 1992). As deliberações devem aumentar a credibilidade das políticas transformadoras aumentando a confiança na solidez do programa. Os mecanismos inclusivos devem ainda contribuir para a credibilidade dessas políticas pela via da criação de condições políticas mais estáveis para a continuação da reforma e o aumento conseqüente da crença na sua sustentabilidade (PRZEWORSKI et al., 1995). Construir e fortalecer as instituições que permitem a participação, deliberação e consulta aumenta o horizonte temporal dos atores sociais<sup>12</sup>. Ou, como afirma Pereira et al. (1993): “de fato, uma razão central de a oposição às reformas freqüentemente assumir a forma de defesa imediata de interesses particularistas é que essas reformas não são um produto da dinâmica entre organizações no terreno das instituições de representação. Se ao sistema representativo fosse permitido processar os conflitos sobre a reforma, é mais provável que apenas os conflitos racionais de interesse emergiriam - não uma ameaça à idéia de reforma, mas apenas ao seu esboço. Ao dificultar a discussão pública, o espectro da reação populista serve sobretudo para defender grupos particulares de tecnocratas contra concepções alternativas de grupos concorrentes”. No desenvolvimento das reformas, os programas compensatórios devem ainda aumentar o horizonte temporal e fortalecer as suas bases políticas (NELSON, 1991; GRESKOVITS, 1992, 1993). Além disso, os esforços das elites para obter consenso político nacional sobre as principais metas da mudança socioeconômica e seu esforço deliberado para retirar o crédito das forças alternativas anti-sistema contribuem para a criação de espaço político necessário para a adoção de políticas duras.

---

<sup>12</sup> Para uma comprovação empírica da importância do horizonte temporal dos atores sociais ver os instigantes trabalhos de Richard Rose: 1991a, 1991b. Baseado em *surveys* realizados em vários países do Leste Europeu, Rose demonstra que o apoio à mudança econômica está ligado tanto à insatisfação com o passado e com o presente, quanto à crença de que o período futuro será melhor. Outros *surveys* demonstram o vínculo entre confiança nos atores políticos coletivos e expectativas positivas prospectivas (ex: Hungarian Gallup Institute, 1994).

Em resumo, de acordo com esse segundo enfoque, o sistema democrático, ao contrário de ser apenas um mecanismo de representação de interesses particulares imediatos, promove a política transformadora na estrutura da qual as percepções, interesses e identidades dos atores sociais são (trans)formados. O capital político - a confiança das instituições políticas e atores - é a fonte do apoio contínuo ao capitalismo em tempos difíceis.

### **Sumário das hipóteses**

A partir dos dois enfoques macro-políticos descritos, pode-se deduzir as seguintes hipóteses sobre os fatores que modelam os micro-posicionamentos com relação às reformas econômicas:

#### *A tese da incompatibilidade*

Hipótese 1. Interesses econômicos imediatos determinam posicionamentos com relação às reformas. Aqueles com avaliação prospectiva negativa do futuro econômico não apoiarão a reforma; aqueles com prospectiva positiva, apoiarão.

Hipótese 2. Predisposições culturais determinam posicionamentos com relação à mudança econômica. A baixa tolerância quanto às desigualdades, as expectativas excessivas sobre as responsabilidades sociais dos governos e a identificação da democracia com melhores condições materiais são bons preditores da rejeição à mudança econômica. Além disso, essa hipótese também prediz que a maioria dos leste-europeus terão predisposições culturais hostis à transformação econômica.

### **Contra-hipóteses I. Alternativas**

Hipótese 3. "Comparação com alternativas passadas e futuras"

Tanto os interesses econômicos quanto as predisposições culturais são ligados apenas de forma frágil ao apoio às transformações econômicas. As pessoas não precisam ser apoiadores entusiasmados dos valores do livre-mercado e identificar-se completamente com as normas e valores do capitalismo. Se acreditarem que esta ainda é a melhor alternativa disponível apoiarão o capitalismo, mesmo se sua avaliação prospectiva econômica imediata for ruim (LINZ, 1988).

Hipótese 4. “Quanto pior, melhor”

As pessoas apoiarão o capitalismo se a sua avaliação retrospectiva for ruim. Se sua avaliação sobre o *status quo* é ruim, se desacreditam o regime anterior, se culpam o regime anterior pelas dificuldades do presente e do passado apoiarão as dificuldades futuras, mesmo se o futuro for incerto. Novos governos passam por um “período positivo” mais curto ou mais longo, no qual a avaliação prospectiva da situação econômica pessoal, ou a situação da nação, terá um papel muito menor na avaliação da situação econômica global do passado e do presente (McDONOUGH, 1991; DUCH, 1992; HIRSCHMANN, 1987; LINZ, 1988; NELSON, 1992; REMMER, 1991).

**Contra-hipóteses II. Predisposições culturais**

Hipótese 5. “Vínculos fluidos”

As predisposições culturais não são fixas e seu papel em modelar posicionamentos com relação ao sistema socioeconômico não é determinante.

Hipótese 6. “Hipótese da bagagem mista”

Os leste-europeus chegaram ao novo regime com predisposições culturais amplamente misturadas, algumas das quais desvantajosas do ponto de vista da transformação capitalista. No longo processo de falência dos “regimes leninistas”, as pessoas no Leste Europeu formaram várias predisposições de apoio à transformação econômica, como por exemplo, a tolerância às diferenças de renda (DUCH, 1992; HANKIS et al., 1983; ROLLER, 1992).

Hipótese 7. “Hipótese da dependência”

Os leste-europeus formaram suas predisposições culturais em países com trajetórias de mudança pré-regime profundamente diferentes. O nível das experiências com as reformas econômicas durante o regime anterior foi diferente nesses países, as liberdades políticas e econômicas foram formadas diferentemente nas sociedades da região durante as últimas décadas, a exposição das pessoas às influências culturais externas diferiram etc. Assim, a distribuição da diferente predisposição cultural será distinta não apenas entre esses países, mas também entre os países estudados. “País” será um forte preditor da variância de uma dada predisposição, ao lado das variáveis sociais e demográficas (BRUSZT, 1992; STARK, 1992).

### **Contra-hipóteses III. "O capital político"**

Hipótese 8. Há um forte vínculo entre o apoio ao capitalismo e a confiança nos atores e instituições. As pessoas que não confiam nos políticos e nas instituições não apoiarão o capitalismo, e mais provavelmente apoiarão outras alternativas de desenvolvimento socioeconômico e político. Não é necessário confiar em todas as instituições e atores para dar suporte ao capitalismo, deve-se desconfiar dos governos vigentes, alguns ou a maioria dos atores políticos coletivos, mas deve-se confiar ao menos em alguns atores e instituições que representam alternativas intra-sistêmicas para dar crédito à mudança socioeconômica. A desconfiança generalizada nas instituições e a apatia/alienação política serão bons preditores da rejeição ao capitalismo.

### **Análise dos dados**

#### *A/Alternativas*

De acordo com a "tese da incompatibilidade", não havia reserva especial de apoio ao capitalismo no Leste Europeu no início da transformação econômica. O outro enfoque, ao contrário, sugeriu um alto grau de apoio inicial à mudança socioeconômica do regime, com base no descrédito ao regime anterior, nas avaliações retrospectivas das pessoas sobre suas condições econômicas e as percepções das alternativas disponíveis.

Para medir o apoio difuso ao capitalismo, utilizamos as questões validadas por Juan Linz sobre a legitimidade e a eficiência percebida de regimes socioeconômicos (LINZ, 1988). Perguntamos às pessoas se concordavam com a afirmativa de que o capitalismo baseado na livre iniciativa é o melhor para seu país, e se concordavam com a afirmativa de que o capitalismo baseado na livre iniciativa as habilitaria a resolver os problemas do país.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das respostas a essas duas questões. Para contrastar os dados do Leste Europeu com resultados de *survey* de países de fora da região, também apresentamos a distribuição dessas questões na Alemanha Ocidental e na Espanha.

Os dados confirmam a contra-hipótese sugerida pela literatura da "economia política da dificuldade". No início da mudança socioeconômica, a crença na legitimidade e eficiência do capitalismo era alta em todo o Leste Europeu. A taxa de apoio inicial era mais baixa na Romênia e na Ucrânia, mas o apoio ao capitalismo era muito maior em qualquer lugar da região do que nos dois países ocidentais que haviam consolidado democracias e desenvolvido instituições de mercado.



Nada demonstra mais intensamente a existência de uma alta reserva inicial de apoio no Leste Europeu do que a diferença entre os níveis de apoio ao capitalismo nas Alemanha Ocidental e Oriental. Na Alemanha Oriental, a crença na legitimidade e eficiência do capitalismo em fins de 1992 era muito maior do que a dos compatriotas ocidentais em 1984. O *survey* na antiga Alemanha Oriental foi realizado na época do fim da primeira onda de liberalização econômica que resultou em 70% de desindustrialização, na perda de milhões de empregos e no dramático declínio do padrão de vida das massas<sup>13</sup>.

**Tabela 1**  
**Legitimidade e eficiência do capitalismo no leste europeu, na Alemanha Ocidental e na Espanha/ 1990-1991**

(cruzamento entre “capitalismo é melhor para nosso país”

X

“capitalismo nos permite resolver os problemas econômicos de nosso país”)

País	Legit./ Efici. + +	Legit./ Efici. + -	Legit./ Efici. - +	Legit./ Efici. - -
Bulgária	49,1	13,7	21,5	15,7
Tchecoslováquia	64,3	3,3	14,7	17,7
Hungria (1990)	68,0	4,8	9,5	17,6
Hungria (Dez/1993)	47,9	6,3	14,8	31,1
Lituânia	63,6	9,2	7,5	19,7
Romênia	46,1	4,7	10,8	38,4
Eslovênia	64,1	6,0	4,5	25,4
Ucrânia	48,7	2,7	11,6	37,0
Krasnojarski	55,1	5,3	14,3	25,4
Alemanha Oriental	55,4	8,0	11,4	25,2
Alemanha Ocidental (1984)	37,7	10,9	5,6	46,1
Espanha (1983)	30,2	18,2	3,9	47,5
<b>Totais para o leste europeu</b>	<b>56,2</b>	<b>6,2</b>	<b>12,1</b>	<b>25,4</b>

**Fonte:** para Alemanha Ocidental e Espanha: Juan J. Linz “Legitimacy of Democracy and the Socioeconomic System” (in DOGAN, 1988)

Economic Mentalities Study in Spain: 1983

Institute fur Demoskopie *Survey* in Germany: 1984

Para os dados do Leste Europeu, Bruszt and Simon, 1992

**Questão:** “A economia capitalista, baseada na livre iniciativa privada, é a melhor para nosso país?”

“A economia capitalista, baseada na livre iniciativa privada, nos capacitará a resolver os problemas de nosso país?”

<sup>13</sup> Max Kaase chamou minha atenção para a carga ideológica do termo “capitalismo” e sua possibilidade de má interpretação. Ele sugeriu que o mais baixo apoio ao capitalismo nas duas democracias ocidentais, ao invés de indicar o alto nível de recusa a um regime socioeconômico, é antes o sinal de um alto nível de insatisfação com políticas liberais conservadoras.

Incluimos na Tabela os resultados do *survey* subsequente de 1993 realizado na Hungria. Como os dados mostram, na Hungria, três anos de experiências com transformação econômica resultaram em uma queda de 20% no apoio difuso ao capitalismo. Mesmo assim, o grau de apoio ao capitalismo na Hungria em 1993 ainda era maior que o apoio nas democracias desenvolvidas no Ocidente. Nos anos 1980, o declínio do nível de apoio é substancial. A análise dos dados de 1993 mostra uma forte associação entre a queda de apoio, de um lado, e perspectivas negativas da avaliação econômica e declínio da confiança nos atores e instituições políticas, de outro.

A Tabela 2 revela a relação entre o apoio à democracia multipartidária e o capitalismo.

**Tabela 2**  
**Apoio à democracia e ao capitalismo no leste europeu e na Europa Central após um ano da mudança de regime**

**Democracia multipartidária (%)**

<b>Capitalismo</b>		Sim	Não	Total
	Sim	58	6,3	64,3
	Não	28,5	7,2	35,7
		86,5	13,5	100

<b>I. Apoio ao capitalismo democrático por país (%)</b>		<b>II. Apoio à terceira via por país (democracia sim, capitalismo não) (%)</b>	
Lituânia	65,9	Romênia	42,7
Eslovênia	65,5	Alemanha Oriental	35,0
Hungria	64,9	Bulgária	32,6
Polônia	64,6	Ucrânia	30,4
Tchecoslováquia	63,3	Krasnojarski (Rússia)	29,3
Bulgária	60,5	Tchecoslováquia	28,1
Alemanha Oriental	60,3	Hungria	22,8
Krasnojarski (Rússia)	52,2	Lituânia	22,2
Ucrânia	48,1	Eslovênia	19,7
Romênia	45,1	Polônia	14,8

III. Apoio ao capitalismo autoritário por país (capitalismo sim, democracia não) (%)		IV. Apoio ao antigo regime por país (capitalismo não, democracia não) (%)	
Polônia	13,6	Ucrânia	14,8
Lituânia	9,2	Krasnojarski (Rússia)	9,6
Krasnojarski (Rússia)	8,9	Eslovênia	7,6
Hungria	7,0	Romênia	7,5
Ucrânia	6,7	Polônia	7,0
Eslovênia	6,3	Lituânia	5,7
Romênia	4,8	Tchecoslováquia	5,5
Tchecoslováquia	3,1	Hungria	5,3
Bulgária	2,7	Bulgária	5,0
Alemanha Oriental	2,5	Alemanha Oriental	2,2

Fonte: Bruszt and Simon, 1992

Questões: “O capitalismo é o melhor para nosso país?”

“Nosso país precisa de um sistema multipartidário?”

Enquanto os dados confirmam a expectativa de uma forte associação entre o apoio ao novo regime econômico e o novo regime político, o apoio difuso à democracia é, em todos os lugares, mais alto que o apoio ao capitalismo. Pode-se observar também diferenças marcantes entre os países do Leste Europeu: o apoio combinado aos novos regimes político e socioeconômico é mais alto na parte mais desenvolvida industrialmente da região ocidental e mais baixa nas duas regiões pertencentes à antiga União Soviética e na Romênia. A rejeição combinada ao novo regime é baixa em todo lugar, mesmo assim é um pouco mais alta nas duas partes da antiga União Soviética.

De acordo com o enfoque da “economia política da dificuldade”, o descrédito ao velho regime tem papel significativo na geração de apoio ao novo regime. A Tabela 3 mostra as características do Leste Europeu mais frequentemente identificadas com o capitalismo e socialismo.

Foi dada aos entrevistados uma lista de características para serem identificadas com algum dos dois sistemas. Os resultados evidenciaram de forma convincente o descrédito do antigo regime socioeconômico. O regime anterior deixara de ser uma alternativa para a grande maioria dos leste-europeus. As características mais frequentemente identificadas com o socialismo foram: carência, corrupção, poder, planejamento, egoísmo, desigualdade (!) e repressão. As características menos identificadas foram: riqueza, eficácia, justiça, progresso técnico, liberdade, greve e progresso.

Por outro lado, os leste-europeus associaram mais freqüentemente com o capitalismo características como: lucro, progresso técnico, riqueza, greve, progresso, eficácia e liberdade. Se se comparar as respostas dos leste-europeus com as dos espanhóis, pode-se concluir que o apoio ao capitalismo não apenas foi alto no início da mudança socioeconômica, como pode-se falar em uma "euforia capitalista inicial" nas sociedades pós-comunistas.

**Tabela 3**  
**Características identificadas com o capitalismo e o socialismo**  
**na Europa Oriental e Europa Central/ 1990-1991**

Características mais identificadas com		Características menos identificadas com	
Capitalismo	Socialismo	Capitalismo	Socialismo
Lucro	Escassez	Escassez	Riqueza
Progresso Técnico	Corrupção	Justiça	Eficácia
Riqueza	Poder	Humanidade	Justiça
Greve	Planejamento	Repressão	Progresso Técnico
Progresso	Egoísmo	Planejamento	Liberdade
Eficácia	Desigualdade	Corrupção	Greve
Liberdade	Repressão	Egoísmo	Repressão

**Características identificadas com o capitalismo e socialismo na Espanha (1983)**

Características mais identificadas com		Características menos identificadas com	
Capitalismo	Socialismo	Capitalismo	Socialismo
Desigualdade	Planificação	Humanidade	Lucro
Egoísmo	Justiça	Planificação	Riqueza
Desemprego	Liberdade	Escassez	Egoísmo
Poder	Progresso	Planificação	Desigualdade
Riqueza	Repressão	Eficácia	Corrupção
Corrupção	Poder	Justiça	Eficácia
Lucro	Escassez	Repressão	—

**Fonte:** Para os dados espanhóis, Juan J. Linz "Legitimacy of Democracy and the Socioeconomic System", in Dogan, 1988.

Para os dados da Europa Oriental, Bruszt and Simon, 1992

A Tabela 4 ilustra a existência de vínculo entre a insatisfação com os últimos governos dos regimes anteriores e o apoio ao capitalismo. Os resultados apóiam a tese do “quanto pior, melhor” ligada ao enfoque da “economia política da dificuldade”. Dentre aqueles altamente insatisfeitos, encontramos um apoio ao capitalismo mais alto que a média; ao contrário, dentre os altamente satisfeitos, encontramos um apoio ao capitalismo abaixo da média.

A Tabela 5 mostra a distribuição das preferências dos leste-europeus quanto às mudanças da forma de controle das empresas. Muitos associaram o capitalismo a alguma forma de democracia econômica. A pluralidade dos leste-europeus optou pela autogestão dos trabalhadores, e a segunda forma mais apoiada de controle foi alguma forma de co-decisão. O apoio ao *status quo* foi baixo em todo lugar: apenas a minoria apoiou a idéia de que o Estado deveria possuir as empresas e determinar sua gestão. Mais interessante, encontrou-se uma forte associação entre o apoio a alguma forma de democracia econômica e a crença na legitimidade do capitalismo: o apoio ao capitalismo foi alto tanto entre aqueles que preferiram a co-gestão quanto alguma forma de co-decisão. Por outro lado, o apoio ao capitalismo foi muito mais abaixo da média entre aqueles que preferiram a manutenção do controle do Estado nas empresas.

**Tabela 4**  
**Avaliação da mudança de governo e apoio ao capitalismo**  
**(médias de apoio ao capitalismo: 1=concorda, 2=discorda)**

País	Nível de satisfação com a mudança de governo				
	1 Baixo	2	3	4 Alto	Todos
Bulgária	1,2	1,5	1,6	1,7	1,4
Tchecoslováquia	1,2	1,5	1,7	1,7	1,4
Hungria	1,2	1,3	1,3	1,4	1,3
Lituânia	1,1	1,3	1,4	1,5	1,3
Polônia	1,2	1,2	1,3	1,4	1,2
Eslovênia	1,2	1,3	1,4	1,5	1,3
Ucrânia	1,3	1,5	1,6	1,7	1,5
Krasnojarski	1,3	1,4	1,4	1,5	1,4
Alemanha Oriental	1,3	1,4	1,5	1,6	1,4

Fonte: Bruszt and Simon, 1992

**Tabela 5**  
**Atitudes dos leste-europeus quanto ao controle de empresas**

	Proprietários administram ou indicam gerentes (%)	Proprietários e empregados selecionam os gerentes (%)	Estado é proprietário e indica os gerentes (%)	Empregados são os proprietários e indicam os gerentes (%)	Não respondeu (%)
Bulgária	23	25	11	30	11
Tchecoslováquia	29	35	10	20	6
Estônia	30	28	7	26	9
Hungria	15	37	8	28	12
Lituânia	20	20	8	44	8
Polônia	17	43	10	30	0
Romênia	18	25	17	29	11
Eslovênia	23	30	5	32	11
Ucrânia	11	14	18	42	15
Krasnojarski	16	20	10	53	2
Alemanha Oriental	25	47	7	11	10
Leste Europeu (todos)	20	28	11	32	9 (N=12.365)
Europa Latina	24	44	6	14	13(N=4.850)
Europa do Norte	46	38	2	7	8 (N=6.431)

**Fonte:** para a Europa do Norte e Europa Latina, Juan J. Linz "Legitimacy of Democracy and the Socioeconomic System" (DOGAN, 1988) European Values Study, 1981

Para Europa Oriental, Bruszt and Simon, 1992

### *B/Predisposições culturais*

Com relação às predisposições culturais, o *survey* não encontrou diferenças destacadas entre as atitudes dos leste-europeus e as atitudes dos cidadãos dos países com economias de mercado. O grau de tolerância com as diferenças de renda, por exemplo, mostra padrões similares em todos os países tanto do Leste quanto do Ocidente. A maioria das pessoas preferiu diferenças de renda modestas, membros das classes mais altas tolerariam um nível muito mais alto de desigualdade, enquanto o entusiasmo com as diferenças de renda nas classes trabalhadoras é um pouco mais baixo que a média.

A comparação das preferências entre americanos, espanhóis e húngaros mostra que os americanos em geral apóiam mais as desigualdades, e os espanhóis são um pouco mais igualitários que os húngaros. O que distingue os húngaros é a altíssima diferença interclasses no nível de tolerância a grandes diferenças de renda (Tabela 6).

**Tabela 6**  
**Tolerância à desigualdade de renda, segundo a posição subjetiva de classe**  
*“As diferenças de renda deveriam ser...”*

Estados Unidos (1975)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	26	32	49
Algumas diferenças	56	58	43
Quase nenhuma diferença	12	8	7
Sem resposta	6	2	1
Total (n)	100 (663)	100 (75)	100 (149)

Espanha (1990)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	7	11	17
Algumas diferenças	60	63	64
Quase nenhuma diferença	29	23	17
Sem resposta	4	3	2
Total (n)	100 (1662)	100 (981)	100 (329)

Hungria (1990)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	8	16	40
Algumas diferenças	70	76	58
Quase nenhuma diferença	21	7	2
Sem resposta	1	1	0
Total (n)	100 (815)	100 (309)	100 (125)

Hungria (1993)

	Classe trabalhadora	Classe média	Classe alta
Grandes diferenças	4	13	32
Algumas diferenças	77	80	64
Quase nenhuma diferença	17	6	4
Sem resposta	2	1	0
Total (n)	100 (645)	100 (411)	100 (83)

**Fonte:** para os dados não húngaros, McDonough, Barnes, Lopez Pina, 1992;  
 para os dados húngaros, Bruszt and Simon, 1992, 1993.

As expectativas dos leste-europeus quanto às responsabilidades sociais de seus governos são mais altas do que as dos cidadãos que vivem em países com economia de mercado (Tabela 7). Mas, como pode-se observar na Tabela, a distância entre as preferências dos leste-europeus e as dos italianos ou alemães ocidentais está longe de ser impactante.

**Tabela 7**  
**Responsabilidades Sociais dos Governos (médias)**

	Garantia de emprego (a)	Assistência aos mais velhos (b)	Assistência aos desempregados (c)	Redução das diferenças de renda (d)
Leste Europeu (todos)	3,6	3,8	3,4	3,1
Bulgária	3,5	3,9	3,6	3,4
Tchecoslováquia	3,4	3,8	3,3	3,0
Estônia	3,4	3,8	3,4	2,8
Hungria	3,6	3,8	3,4	3,3
Lituânia	3,5	3,7	3,4	2,9
Polônia	3,5	3,6	2,7	2,8
Romênia	3,6	3,9	3,6	3,2
Eslovênia	3,5	3,8	3,6	3,4
Ucrânia	3,6	3,8	3,4	2,8
Krasnojarski	3,6	3,8	3,4	2,8
Alemanha Oriental	3,7	3,9	3,7	3,5
Alemanha Ocidental	3,1	3,5	3,1	2,9
Itália	3,4	3,8	3,2	3,2
Áustria	3,3	3,6	2,8	3,1
Inglaterra	3	3,8	3,3	3,1
Austrália	2,6	3,6	2,6	2,6
Estados Unidos	2,1	3,3	2,5	2,2

a/ Proporciona emprego para toda pessoa que quer

b/ Proporciona um padrão de vida decente para o idoso

c/ Proporciona um padrão de vida decente para o desempregado

d/ Reduz diferenças de renda entre ricos e pobres

**Fonte:** para os dados não-europeus orientais, The International Social Survey Program; T.W. Smith, "The Welfare State in Cross-National Perspective" in *Public Opinion Quarterly*, vol. 51, p. 401-21, 1987; para os dados do leste europeu, Bruszt and Simon, 1992.

**Questão:** "Em geral você pensa que seria ou não responsabilidade do governo..."

1. definitivamente não seria
2. provavelmente não seria
3. provavelmente seria
4. definitivamente seria"



Os achados não sustentam a hipótese da tese da incompatibilidade sobre o papel determinante das predisposições culturais na formação de atitudes quanto ao capitalismo (Tabelas 8a, 8b e 8c). A partir das tabelas pode-se ver que há uma forte associação entre a tolerância com as diferenças de renda e as expectativas sobre as responsabilidades sociais dos governos, de um lado, e o apoio ao capitalismo, de outro lado. As predisposições culturais importam, mas seu papel na definição das atitudes com relação ao capitalismo está longe de ser determinante. Ao contrário, mesmo a maioria daqueles que expressam baixa tolerância com diferenças de renda, ou têm expectativas de garantia pelos governos de pleno emprego e redução das diferenças entre ricos e pobres, apóiam o capitalismo.

Finalmente, a análise das predisposições culturais dos leste-europeus mostrou diferenças significativas entre os diferentes países nas atitudes relacionadas às normas e valores da economia de mercado. Em uma das pontas da escala, pode-se observar países como a Ucrânia ou Bulgária com tolerância às diferenças de renda muito mais baixas, e com nível de paternalismo muito mais alto que a média. Na outra ponta da escala, observa-se os cidadãos da Tchecoslováquia ou Polônia com níveis de expectativa muito mais baixos e um apoio muito mais alto aos “valores do livre-mercado” que em outros países.

**Tabela 8a**  
**Opinião positiva sobre a economia capitalista, segundo a tolerância às diferenças de renda (% dos que apóiam o capitalismo)**

**Diferenças de renda**

<b>Capitalismo é melhor</b>	<b>Grande diferença</b>	<b>Alguma diferença</b>	<b>Sem diferença</b>	
<b>País</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>Gamma</b>
Bulgária (N)	79,4 (170)	59,3 (519)	56,0 (84)	0,33 (773)
Tchecoslováquia (N)	81,6 (212)	63,7 (446)	36,7 (49)	0,48 (707)
Hungria (N)	83,4 (145)	69,1 (685)	70,2 (131)	0,19 (961)
Lituânia (N)	88,0 (108)	72,5 (425)	61,5 (91)	0,38 (624)
Polônia (N)	83,0 (224)	74,2 (357)	77,6 (58)	0,18 (639)
Romênia (N)	65,6 (250)	43,2 (565)	48,3 (118)	0,27 (933)
Eslovênia (N)	80,6 (62)	71,1 (346)	52,1 (48)	0,34 (456)
Ucrânia (N)	70,0 (307)	45,9 (573)	45,8 (118)	0,36 (998)
Krasnojarski (N)	67,8 (379)	56,3 (341)	51,6 (93)	0,23 (813)

**Tabela 8b**  
**Opinião positiva sobre a economia capitalista,**  
**segundo a responsabilidade do governo em proporcionar emprego**  
**(% dos que apóiam o capitalismo)**

**O governo deveria proporcionar emprego...**

Capitalismo é melhor	Definitivamente deveria	Provavelmente deveria	Provavelmente não deveria	Definitivamente não deveria	
País	1	2	3	4	Gamma
Bulgária (N)	58,7 (528)	67,8 (146)	76,9 (52)	80,7 (57)	-0,29 (783)
Tchecoslováquia (N)	53,9 (384)	79,6 (225)	88,5 (61)	85,3 (34)	-0,55 (704)
Hungria (N)	67,4 (650)	75,8 (198)	85,7 (63)	88,0 (50)	-0,31 (961)
Lituânia (N)	70,2 (430)	78,5 (121)	78,0 (41)	90,9 (33)	-0,26 (625)
Polônia (N)	73,0 (403)	84,1 (164)	90,5 (74)	90,9 (11)	-0,39 (652)
Romênia (N)	47,6 (677)	49,7 (173)	64,2 (53)	70,7 (41)	-0,19 (944)
Ucrânia (N)	47,6 (746)	64,6 (240)	60,0 (55)	64,0 (25)	-0,29 (1066)
Krasnojarski (N)	59,6 (592)	61,5 (192)	70,2 (47)	71,0 (31)	-0,10 (862)
Alemanha Oriental (N)	59,4 (641)	66,2 (130)	69,2 (13)	88,9 (18)	-0,21 (802)

**Tabela 8c**  
**Opinião sobre a economia capitalista ser melhor,**  
**segundo a responsabilidade do governo em reduzir as diferenças de renda**  
**(% proporção dos que apóiam o capitalismo)**

**Governo deveria reduzir as diferenças de renda**

Capitalismo é melhor	Definitivamente deveria	Provavelmente deveria	Provavelmente não deveria	Definitivamente não deveria	
País	1	2	3	4	Gamma
Bulgária (N)	55,2 (475)	68,8 (154)	81,4 (70)	86,3 (73)	-0,43 (772)
Tchecoslováquia (N)	52,0 (246)	64,0 (189)	77,8 (153)	85,1 (94)	-0,41 (682)
Hungria (N)	67,8 (525)	67,5 (228)	80,2 (101)	89,2 (93)	-0,22 (947)
Lituânia (N)	66,5 (218)	70,9 (172)	81,4 (129)	85,9 (92)	-0,28 (611)
Polônia (N)	71,7 (159)	76,3 (236)	84,2 (177)	82,8 (64)	-0,21 (636)
Romênia (N)	48,5 (487)	43,6 (204)	71,9 (96)	57,0 (128)	-0,13 (915)
Ucrânia (N)	44,4 (480)	47,0 (266)	70,1 (147)	72,3 (130)	-0,32 (1023)
Krasnojarski (N)	52,1 (313)	61,3 (204)	65,9 (126)	70,9 (189)	-0,17 (832)
Alemanha Oriental (N)	56,3 (503)	67,5 (200)	68,4 (57)	87,9 (33)	-0,28 (793)

**Tabela 9**  
**Significados vinculados à democracia no leste europeu**  
**(% dos que responderam "muito vínculo com democracia")**

## I. "Democracia Formal"

País (Data)	Bulgária (11/90)	Tcheco/ (11/90)	Estônia (7/91)	Hungria (11/90)	Lituânia (7/91)	Polônia (1/91)	Romênia (12/90)	Eslovênia (6/91)	Ucrânia (1/91)
Sistema multipartidário	84	65	70	70	63	61	62	58	65
Liberdades políticas	76	80	76	75	64	70	56	52	74
Justiça igual	89	63	83	78	77	62	49	45	85
Descentralização das decisões	51	40	50	47	26	54	32	26	42

## II. "Democracia Substantiva"

País (Data)	Bulgária (11/90)	Tcheco/ (11/90)	Estônia (7/91)	Hungria (11/90)	Lituânia (7/91)	Polônia (1/91)	Romênia (12/90)	Eslovênia (6/91)	Ucrânia (1/91)
Maior igualdade social	59	26	46	50	38	51	44	27	60
Mais trabalho, menos desemprego	65	20	37	48	48	38	67	41	57
Melhores condições econômicas	82	37	66	56	59	47	79	43	65
Controle governamental dos bancos e empresas públicas	41	30	38	33	38	29	44	22	37

Fonte: Bruszt and Simon, 1992.

Questão: "As pessoas associam democracia com significados diversos, tais como esses neste cartão. Para cada um deles, por favor diga-me se, para você, democracia tem muito, alguma coisa, não muito ou nada com isto:.."

A análise das respostas à questão sobre os significados da democracia encontrou padrões similares. Como se verifica na Tabela 9, os leste-europeus não se diferenciam muito ao identificar a democracia com seus elementos "formais", por exemplo, o multipartidarismo ou as liberdades políticas. Eles se diferenciam fortemente, entretanto, na identificação da democracia com critérios "substantivos" como maior igualdade, pleno emprego ou a melhora das condições econômicas.

Como mostra a Tabela 10, a “nação” é uma fonte de variação muito mais importante nas respostas sobre os significados materiais da democracia do que a idade, tipo de escola ou a situação no mercado de trabalho. Enquanto a maioria dos búlgaros, ucranianos ou alemães orientais associam democracia com elementos “substantivos”, apenas a minoria dos tchecoslovacos ou eslovenos identificam democracia com aspectos como a melhoria das condições econômicas ou o pleno emprego.

Em resumo, enquanto as predisposições culturais dos leste-europeus em geral diferem um pouco daquelas dos europeus ocidentais, as diferenças não são substantivas e podem explicar apenas parcialmente as relações dos leste-europeus com o capitalismo. De outro lado, os achados não sustentam a hipótese sobre a existência de “legados leninistas” uniformes nas predisposições culturais. Ao contrário, foram observadas fortes diferenças entre os cidadãos dos diferentes países do Leste Europeu.

**Tabela 10**  
**Fontes de variação do significado material de democracia**

**(MCA)**

	<b>N</b>	<b>BETA</b>	
<b>1. País</b>			
Bulgária	536	-0,38	
Tchecoslováquia	430	0,56	
Hungria	573	0,18	
Eslovênia	268	0,28	
Ucrânia	775	-0,24	
Alemanha Oriental	395	-0,10	0,31
<b>2. Idade</b>			
18-19	68	0,14	
20-29	662	0,11	
30-39	880	0,05	
40-49	760	-0,16	
50-59	445	-0,12	
60-69	139	-0,12	
70 e mais	23	-0,42	0,13
<b>3. Escolaridade</b>			
Primário	603	-0,18	
Secundário	1711	-0,03	
Colegial	663	0,23	0,09
<b>4. Posição no mercado de trabalho</b>			
Muito boa	171	0,28	
Boa	533	0,11	
Média	1139	0,01	
Ruim	844	-0,07	
Muito Ruim	442	-0,19	0,14

R múltiplo = 0,369

### *C. Capital político*

O principal objetivo desta investigação foi identificar o papel das diferentes variáveis econômicas, culturais e políticas na explicação do apoio ao novo sistema político e socioeconômico. Foi utilizada a combinação de análise de discriminação e análise de correspondência múltipla para encontrar quais grupos de variáveis melhor contribuiriam para prever o apoio ou a rejeição. No total, foram utilizados doze grupos de variáveis na análise:

Variáveis econômicas:

- avaliação retrospectiva da situação econômica
- avaliação prospectiva da situação econômica
- posicionamento sobre o mercado de trabalho<sup>14</sup>

Variáveis culturais:

- tolerância com as diferenças de renda
- expectativa com as responsabilidades sociais dos governos
- significados da democracia
- desconfiança e hostilidade com relação aos cidadãos dos países vizinhos

Variáveis políticas:

- confiança no governo, no primeiro-ministro e no partido governamental
- confiança no maior partido de oposição e no seu líder
- confiança nos partidos políticos
- confiança nas instituições políticas (ex:parlamento)
- nível de apatia política e alienação

---

<sup>14</sup> Perguntou-se às pessoas o que pensavam sobre suas possibilidades de encontrar uma nova posição se perdessem seu emprego; se a encontrariam de forma muito fácil, fácil, algo difícil, muito difícil, ou se achavam que não seriam capazes de encontrar um novo emprego.

**Tabela 11**  
**Apoio à democracia e ao capitalismo**

**Grupos de variáveis que melhor contribuem para a classificação correta dos casos**  
**(Análise de Discriminação e MCA)**

(Obs: os números referem-se ao percentual dos grupos classificados)

	Bulgária	Hungria	Polônia	Tchecos/	Alemanha Oriental
<b>Necessidade de sistema multipartidário</b>					
Concorda	Demmean (91) Partrru (88) Situati (70)	Partrru (89) Demmean (83) Govsoc (77)	Demmean (76) Partrru (68) -	Partrru (89) Apathpo (88) Situati (78)	Partrru (88) Demmean (81) Opptru (65)
Discorda	Govsoc (80) Govtru (68) Situati (65)	Apathpo (74) Opptru (66) Demmean (62)	Demmean (78) Govsoc (69) Partrru (68)	Govsoc (69) Situati (64) -	Govsoc (91) Instru (67) Demmean (59)
<b>Capitalismo é melhor</b>					
Concorda	Govtru (81) Situati (78) Opptru (73)	Partrru (74) Demmean (61) -	Demmean (68) Opptru (61) Partrru (60)	Opptru (83) Situati (64) Govtru (73)	Partrru (75) Instru (67) Opptru (64)
Discorda	Govsoc (68) Instru (73) Govtru (72) -	Govsoc (69) Instru (63) Opptru (63) -	Situati (77) Govsoc (72) Partrru (71) Apathpo (70)	Govsoc (70) Apathpo (67) Govtru (64)	
<b>Apoio ao:</b>					
Capitalismo autoritário	Govsoc (68) Demmean (60) Apathpo (57)	Apathpo (60) Demmean (53) Govtru (51)	Insttru (45) Demmean (43) -	Insttru (69) Apathpo (55) Partrru (50)	Govsoc (89) Partrru (43) Govtru (39)
Status quo	Demmean (67) Instru (67) Govtru (57)	Opptru (63) Govtru (53) Situati (53)	Apathpo (89) Opptru (67) Partrru (60)	Govsoc (77) Demmean (64) Natru (63)	Govtru (63) Opptru (57) Instru (50)
Capitalismo democrático	Situati (71) Demmean (64) Partrru (63)	Partrru (56) Demmean (53) Situati (51)	Partrru (62) Demmean (56) Apathpo (47)	Opptru (69) Govtru (65) Partrru (63)	Demmean (54) Partrru (47) Situati (44)
Terceira via	Opptru (54) Nation (52) Demmean (47)	Govsoc (55) Partrru (51) Demmean (50)	Partrru (44) Situati (32) -	Govtru (46) Situati (40) Apathpo (38)	Situati (48) Apathpo (47) Govtru (41)

**Legenda:**

Apathpo = apatia política;

Demmean = compreensão da democracia material ou procedural;

Govsoc = responsabilidades sociais esperadas dos governos

Govtru = (des)confiança no governo;

Insttru = (des)confiança no estado e nas instituições políticas;

Natru = (des)confiança em outras nações;

Opptru = (des)confiança na oposição;

Partrru = (des)confiança nos partidos políticos;

Situati = variáveis de situação

A Tabela 11 resume os principais achados das análises realizadas. Esses achados sustentam fortemente a principal hipótese da literatura da "economia política da dificuldade": a confiança nos atores políticos coletivos e instituições é o mais forte preditor do apoio ao capitalismo. Enquanto na Bulgária ou Tchecoslováquia a confiança no governo e na oposição é o melhor preditor do apoio, na Hungria ou na antiga Alemanha Oriental o mesmo papel é exercido pela confiança nos partidos políticos ou nas instituições.

As variáveis políticas exercem papel similar na predição do apoio à democracia e ao capitalismo democrático. Por outro lado, a desconfiança nos partidos, instituições e governo, e o alto nível de apatia política são fortes preditores da rejeição ao capitalismo e do apoio à manutenção do *status quo* ou às soluções da 'terceira via'.

**Tabela 12**  
**Satisfação com o funcionamento da democracia**

(MCA)

País	efeitos não controlados ( $\eta$ ) [(em parênteses: efeitos controlados ( $\beta$ )]							r <sup>2</sup>
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	
Tchecoslováquia	0,24 (0,07)	0,25* (0,13)	0,50* (0,34)	0,39* (0,14)	0,30* (0,11)	0,00 (0,01)	0,25 (0,06)	0,31
Estônia	0,19 (0,08)	0,12 (0,11)	0,45* (0,34)	0,23 (0,10)	0,24* (0,18)	0,26* (0,09)	0,31* (0,15)	0,30
Hungria	0,27* (0,13)	0,15* (0,15)	0,39* (0,25)	0,31* (0,15)	0,25* (0,18)	0,10 (0,00)	0,14 (0,04)	0,25
Lituânia	0,40* (0,22)	0,20 (0,10)	0,44* (0,28)	0,21 (0,09)	0,29 (0,08)	17* (0,07)	0,17 (0,06)	0,27
Polônia	0,45* (0,27)	0,07 (0,04)	0,46* (0,32)	0,21 (0,03)	0,35 (0,13)	0,16* (0,08)	0,20 (0,03)	0,33
Romênia	0,30* (0,13)	–	0,42* (0,36)	0,06 (0,07)	0,12 (0,05)	0,05 (0,04)	0,00 (0,02)	0,22
Eslovênia	0,29* (0,13)	0,11 (0,11)	0,55* (0,41)	0,31* (0,06)	0,36* (0,17)	0,28 (0,07)	0,14 (0,00)	0,37
Ucrânia	0,17 (0,10)	0,17* (0,16)	0,26* (0,19)	0,15 (0,08)	0,09* (0,09)	0,08 (0,01)	0,06 (0,03)	0,11
Krasnojarski	0,22* (0,19)	0,11* (0,12)	0,24* (0,15)	0,13 (0,07)	0,08 (0,02)	0,05 (0,02)	0,18* (0,08)	0,13
Alemanha Oriental	0,32* (0,16)	0,10 (0,04)	0,42* (0,30)	0,23 (0,07)	0,23 (0,06)	0,21* (0,08)	–	0,22

**Legenda:**

a = avaliação prospectiva da situação econômica do país

b = satisfação com o governo anterior

c = confiança no atual governo

d = confiança nos partidos políticos

e = crença na eficácia da democracia ("com democracia os problemas serão resolvidos")

f = confiança nos políticos ("os políticos fazem o que podem...")

g = confiança nas políticas ("é melhor não confiar nos políticos...")

\*= significância > 0,05 (F-test)



O segundo importante achado foi que as variáveis econômicas e culturais exercem papel significativo mas, ao contrário das hipóteses da “tese da incompatibilidade”, contribuem para explicar tanto a rejeição quanto o apoio aos novos regimes políticos e econômicos. As predisposições culturais dos leste-europeus não são apenas lealdades, mas também qualidades do ponto de vista da transformação do regime socioeconômico. Como afirmado anteriormente, enquanto a avaliação prospectiva da situação econômica está em uma relação negativa com o apoio ao capitalismo, a avaliação retrospectiva é um bom preditor do apoio.

Um importante achado foi que o papel explanatório das variáveis econômicas, sociais e políticas é diferente para os casos de apoio e rejeição ao capitalismo. As variáveis políticas exercem papel central na explanação do apoio e são importantes para a explanação da rejeição; mas, no segundo caso, há uma importância especial de variáveis como o alto nível de paternalismo ou as avaliações prospectivas negativas da situação econômica. Enquanto as variáveis políticas são também centrais para a predição do apoio à democracia, o papel das variáveis culturais é ao menos importante. Em suma, o apoio ao capitalismo democrático é delineado pela combinação das variáveis políticas, econômicas e culturais.

Como conclusão, os governos do Leste Europeu que buscam a transformação das instituições econômicas de seus países podem contar com um alto nível de reserva inicial de apoio baseado, inicialmente, no descrédito ao regime anterior e suas instituições econômicas. Ao invés de rejeitar as predisposições culturais de seus cidadãos, podem contar com alguns dos seus valores e atitudes adquiridos ainda no regime anterior.

A principal qualidade dos governos reformistas do Leste Europeu é a confiança de seus cidadãos nas instituições e atores políticos. Na medida em que forem capazes de acumular e reproduzir o capital político fazendo uso das possibilidades oferecidas pelo sistema democrático, podem contar com o apoio à transformação econômica, mesmo se isso significar que seus cidadãos terão dificuldades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSZT, L. Transformative politics: social costs and social peace in East Central Europe. *East European Politics and Societies*, v. 6, nº 1, 1992.

BRUSZT, L.; SIMON, J. The great transformation - theoretical conceptions and public opinion on democracy and capitalism in Eastern Europe. In: SZOBSZLAI, G. (ed.). *Flying blind. Emerging democracies in East-Central Europe*. Yearbook Hungarian Political Science Association, 1992.

COMMISO, E.; DUBB, S.; McTIGUE, S. The illusion of populism in Latin America and East-Central Europe. In: SZOBSZLAI, G. (ed.). *Flying blind. Emerging democracies in East-Central Europe*. Yearbook Hungarian Political Science Association, 1992.

DE SCHWEINITZ, K. Industrialization, labor controls and democracy. *Economic Development and Cultural Change*, p. 385-404, 7 July 1959.

DUCH, R. M. Tolerating economic reforms: popular support for transition to a free market in the former Soviet Union. 1992. Mimeo.

ELSTER, J. The necessity and impossibility of simultaneous economic reforms and political reform. University of Chicago, 1990. Mimeo.

ELSTER, J.; OFFE, C.; PREUSS, U. Constitutional politics and economic transformation in post-communist societies. A comparative study of Bulgaria, Czechoslovakia and Hungary. Chicago/Bremen, 1991. Mimeo.

GALENSON, W. Introduction. In: GALENSON, W. (ed.). *Labor and economic development*. New York: Willey and Soons, 1959.

GRESKOVITS, B. The use of compensation in economic adjustment programmes. *Acta Oeconomica*, n. 45, p. 1-2, 1993a.

\_\_\_\_\_. Is the east becoming south? Where treats to reforms may come from?. Central European University, Political Science Department, 1993b. Mimeo.

HAGGARD, S.; KAUFMAN, R. R. (ed.). *The politics of economic adjustment. International constraints, distributive conflicts, and the state*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1992.

HANKISS, E.; MANCHIN, R.; FUSTOS, L.; SZAKOLCZAI, A. *Kenyszerpalyan*. Budapest: Institute of Sociology, 1983.

\_\_\_\_\_. *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HAUSNER, J. Imperative vs. interactive strategy of systemic change in central and eastern Europe. Cracow Academy of Economics, 1993. Mimeo.

HIRSCHMAN, A. O. The political economy of latin american development: seven exercises in retrospection. *Latin American Research Review*, v. 22, n. 3, p. 7-26, 1987.

HUNTINGTON, S. *Political order in changing societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

LANGE, P. Unions, workers, and wage regulation: the rational bases of consent. In: GOLDTHORPE, J. H. (ed.). *Order and conflict in contemporary capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

JOWITT, Ken. *The new world disorder: the leninist extinction*. Berkley: University of California Press, 1992.

LINZ, J. Legitimacy of democracy and the socioeconomic system. In: DOGAN, M. (ed.). *Comparing pluralist democracies, strains on legitimacy*. Boulder: Westview, 1988.

\_\_\_\_\_. Crisis, breakdown & reequilibration. In: LINZ, J.; STEPAN, A. *The breakdown of democratic regimes*. Johns Hopkins University Press, 1978.

McDONOUGH, P.; BARNES, S. H.; PINA, L. Economic policy and public opinion in Spain. *American Journal of Political Science*, n. 30, p. 446-479, 1986.

\_\_\_\_\_. The nature of political support and legitimacy in Spain. *Eigth International Conference of Europeanist*. Chicago, 27-29 March 1992. Mimeo.

NELSON, J. M. Organized labor, politics, and labor market flexibility in developing countries. *The World Bank Research Observer*, v. 6, n. 1, p. 37-56, January 1991.

\_\_\_\_\_. *Fragile coalitions: the politics of economic adjustment*. New Brunswick: Transactions Books, 1989.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

O'DONNELL, G. *Delegative democracy?*. Working Paper. Helen Kellogg Institute, march 1992.

\_\_\_\_\_. *On the state, democratization and some conceptual problems*. Working Paper # 192. Kellogg Institute, The Notre Dame University, 1993.

OLSON, M. Autocracy, democracy and prosperity. In: ZECKHANSER. R. J. (ed.). *Strategy and choice*. Cambridge: MIT Press, 1991.

PEREIRA; MARAVALL; PRZEWORSKI. *Economic reforms in new democracies - a social-democratic approach*. Cambridge University Press, 1993.

PRZEWORSKI, A. et al. *Sustainable democracy*. Cambridge University Press, 1995.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. Democracy and development. *Nobel symposium "Democracy's victory and crisis"*. Uppsala University, 27-30 august 1994. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Political regimes and economic growth. *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, p. 51-69, Summer 1993.

REMMER. K. Democracy and economic crisis: the latin american experience. *World Politics*, n. 42, p. 315-335, 1990.

\_\_\_\_\_. The political economy of elections in Latin America, 1989-1991. *American Political Science Review*, v. 12, June 1993.

ROLLER, E. Ideological basis of the market economy: attitudes toward distribution principles and the role of government in west and east Germany. *Fiftieth Annual Scientific Meeting of the International Society of Political Psychology*. San Francisco, California, 1992. Mimeo.

ROSE, R. Between state and market, key indicators of transition in Eastern Europe. *Studies in Public Policy*, n. 196. Centre for the Study of Public Policy, University of Strathclyde, 1991a.

\_\_\_\_\_. Escaping from absolute dissatisfaction - a trial and error model of change in Eastern Europe. *ICRET Conference*. Queen College, Cambridge, 2-6 July 1991b.

SABEL, C. Constitutional ordering in historical context. Max Planck Institut fur Gesellschaftsforschung, Cologne, 1991. Mimeo.

STARK, D. From system identity to organizational diversity: analyzing social change in Eastern Europe. *Contemporary Sociology*, v. 21, p. 299-304, 1992.

WATERBURY, J. The political management of economic adjustment and reform. In: NELSON, J. M. op. cit, 1989.

ZIMMERMANN, E.; SAALFELD, T. Economic and political reactions to the world economic crisis of the 1930's in six european countries. *International Studies Quarterly*, n. 32, p. 305-334, 1988.

*Tradução e publicação autorizadas pelo autor*

# *A participação política e os seus determinantes socioeconômicos: as regiões metropolitanas brasileiras: 1988-1996\**

---

**Marcelo Costa Ferreira**

Doutorando em Ciência Política - IUPERJ  
Para Olavo Brasil de Lima Junior

---

## **Resumo**

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise comparada dos dados oriundos do suplemento de participação política aplicado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1988 e na Pesquisa Mensal de Emprego de Abril de 1996, utilizando modelos de regressão logística com variáveis-respostas relativas à adesão a algumas modalidades de participação política com variáveis independentes socioeconômicas. O artigo mostra o teste de duas hipóteses: 1) O declínio da escolaridade como variável previsora da participação política (pedido, reclamação e reivindicação a político; associação de bairro, filantrópica/religiosa e esportiva/cultural), e 2) O fraco poder explicativo dos modelos socioeconômicos como previsores da participação política.

**Palavras-chave:** participação política; comportamento político; política brasileira; análise multivariada

## **Abstract**

The purpose of this article is to present a comparative analysis of data concerning to the additional questionnaire of political participation PNAD. 1988, Brazilian Household Survey of 1988 and PME, Brazilian Monthly Research Employment of April, 1996, from IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics). Data analysis concerning logistic regression models, with dependent variables related to memberships in some kinds of political participation with socioeconomic variables as independent ones, was used to test two hypothesis: 1) the decline of level of education as a predictor variable of political participation (asking, complaining, claiming and demanding to politicians) and belonging to neighborhood; philanthropic and religious. Cultural and sports associations), between 1988 and 1996 in six metropolitan areas of Brazil, and 2) the weak power of socioeconomic models as predictor of political participation.

**Keywords:** political participation; political behavior; brazilian politics; multivariate analysis

---

\* Gostaria de agradecer a algumas pessoas que prestaram um auxílio inestimável à execução desta pesquisa. Este trabalho não teria sido escrito sem a ajuda - muito generosa e deveras paciente - de Paulo Tafner, ao me ajudar a desvendar os mistérios da variável "rendimentos e correlatos", acompanhada da minuciosa revisão de estilo realizada por Márcia Rinaldi Mattos, e das críticas do professor Olavo Brasil Lima Junior à minha dissertação de Mestrado, que foram aproveitadas na redação do presente estudo. Além deles, Magda Coelho Prattes incentivou-me a escrever este artigo, enquanto Alexandre França Heil forneceu valioso apoio computacional e Irene Radler de Aquino efetuou o copidesque no *abstract*. Entretanto, sou o único responsável por quaisquer omissão ou equívoco que este texto porventura possa ter. Devo ressaltar que a análise dos dados empregados neste estudo, oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é de minha completa autoria, não reproduzindo nenhum parecer oficial ou institucional do IBGE.

## **Introdução**

Uma longa tradição de pesquisas empíricas na Ciência Política identifica como determinante do comportamento político a influência das variáveis escolaridade e renda. Segundo essa tradição, a posição do indivíduo na hierarquia social apresenta grande associação com a sua inserção na política, os indivíduos que têm altos rendimentos ou elevado grau de escolaridade costumam ter maiores chances de participação do que aqueles que apresentam rendimentos menores ou menor grau de escolaridade.

Duas explicações, em termos gerais, são encontradas na bibliografia acerca da alienação associativa. A primeira costuma destacar a influência de variáveis socioeconômicas, renda, escolaridade e ocupação, como determinantes da participação. A segunda vertente sustenta que fatores de ordem política ou a ação racional dos indivíduos são os condicionantes da atuação política. Essa classificação não implica na não-influência de fatores psicológicos no fenômeno associativo.

O primeiro a enfatizar a importância dos fatores socioeconômicos na determinação da participação política, independentemente do conceito de classe social ou da escala sócio-ocupacional foi Milbrath (1965). A constatação incisiva dessa relação causal foi corroborada por vinte estudos, em média, e esta corrente de reflexão ficou conhecida como defensora do modelo SES - Socio Economic Status Model.

Para Marquette (1971), que analisa o crescimento da participação política nas Filipinas, a relação causal urbanização -> escolaridade -> consumo de notícias -> participação política não é válida, não obstante a sua pertinência para outros grupos de países. Nas Filipinas observa-se um forte incremento na sua dinâmica, associativa, mas a relação entre fatores socioeconômicos e de exposição aos meios de comunicação revela-se insignificante.

Johnson (1971) encontra que o estado de West Virginia (EUA) possui elevada participação eleitoral, apesar da precariedade dos indicadores socioeconômicos. A explicação deste caso desviante em relação à literatura baseia-se na existência de uma cultura política caracterizada pelo prestígio dos sindicatos e pela história singular daquele estado. Nesse caso, a influência do fator organizacional parece ser o motivo pelo qual ocorre uma elevada participação de uma população com padrões de vida baixos (NIE, POWELL e PREWITT, 1969). Um exemplo deste fator seria a relação positiva entre participação eleitoral e sindicalização, uma associação que não é encontrada em outros estados norte-americanos.

Nelson (1979) aponta a hegemonia do modelo SES no estudo do comportamento político, mas destaca a cultura política de fundamento étnico como condicionante da participação política dos indivíduos. Este autor testa a hipótese de que a variação nas taxas de participação está associada à cultura étnica, utilizando dados de uma pesquisa de amostragem aplicada em 1973 no bairro Harlem (Manhattan, Nova York). Apesar de reconhecer as limitações inferenciais de uma pesquisa com o desenho de um estudo de caso, Nelson (1979) cita que outros estudos de âmbito nacional corroboraram essa hipótese. Nesse caso, controlando as variáveis SES, a etnicidade parece ser um hipotético antecedente causal melhor do que o status socioeconômico, ou seja, a raça ou a nacionalidade de origem dos entrevistados influenciam as distintas taxas de participação política, principalmente no caso do associativismo, que é fortemente determinado pela cultura de atuação política de alguns grupos étnicos.

O estudo de Verba, Nie e Kim (1978) consiste numa pesquisa pioneira de grande impacto sobre os estudos dos determinantes do comportamento, cuja vertente socioeconômica teve o seu apogeu durante a década de 1970. O objetivo inicial destes autores era investigar, a partir de uma perspectiva comparada, os determinantes da participação partindo do conceito de cultura cívica, isto é, o conjunto de valores que os cidadãos possuem em relação ao Estado, de forma a garantir a manutenção de uma sociedade politicamente democrática. Esse estudo teve um elevado impacto na temática do comportamento político, sendo uma das principais pesquisas da corrente SES.

Ross (1988) analisa relatórios etnográficos de noventa sociedades pré-industriais e aponta como fatores explicativos da participação, fatores organizacionais e culturais, ou seja, a existência de determinantes institucionais que fomentam a participação política, como a existência do poder concentrado em determinadas instituições ou o crescimento de determinados setores da economia.

Kenny (1992) analisa a relação entre participação política e ambiente social, utilizando dados de pesquisa realizada em 1984 em South Bend (Indiana, EUA). O autor conclui que ambientes sociais politizados fazem com que os indivíduos participem na política, o que os leva a escolher para interação pessoas que também participem. De forma análoga ocorre o caso da participação política na China, onde os membros ligados ao partido comunista ou ao governo tendem a ter uma chance muito maior de participação em relação aos indivíduos que não participam daquelas esferas (JENNINGS, 1997).

Bobo e Gillian Junior (1990) analisam a relação entre a participação política dos negros norte-americanos com o *empowerment* negro<sup>1</sup>, utilizando dados do

---

<sup>1</sup> Neste caso, a tradução literal desse termo seria autorização, no sentido em que os negros se sentem autorizados a participar na política a partir do sucesso de outros candidatos de cor na esfera política



General Social Survey de 1987<sup>2</sup>. Ao controlar as variáveis socioeconômicas em grupos brancos e negros, os autores encontram que a participação do último grupo é maior do que a do primeiro, principalmente em regiões onde candidatos negros ocupam cargos políticos ou públicos elevados.

Logo, se os indivíduos participam por perceberem benefícios nesse comportamento, o *empowerment* negro fomenta nos indivíduos de cor a percepção de que os custos da participação serão bem menores nessa conjuntura do que no cenário em que os negros não estão ocupando posições de destaque na vida pública. Em outras palavras esses indivíduos passam a acreditar na política como mecanismo eficaz de resolução de conflitos, aquilo que os autores chamaram de análise contextual da participação política (BOBO & GILLIAN JR, 1990, p. 379).

Uma outra teoria alternativa seria a de que grupos discriminados pela sociedade tendem a desenvolver um forte espírito de coesão, o que favorece a manutenção de uma identidade social que fomenta a participação política (HILDRETH, 1994; BOBO & GILLIAN JUNIOR, 1990, p. 378). Por exemplo, Shingles (1981) afirma que grupos negros com consciência política tendem a acreditar na eficácia da política para a resolução de problemas, o que induz a participação. Esse fenômeno, de certa forma, também é influenciado pelas políticas públicas do governo federal norte-americano em relação aos grupos negros.

Com outro enfoque, Hildreth (1994) aponta que os participantes do Sanctuary Movement, uma associação alternativa norte-americana, filiam-se a esse movimento por causa dos incentivos solidários: a amizade, a convivência social e a possibilidade de integração em um grupo social, além da identificação dos filiados com a posição programática da associação em relação a temas como asilo político, situação doméstica. A esse movimento a autora deu o nome de "movimento propositivo"<sup>3</sup>.

Para a corrente racional da participação, a atuação política é atribuída ao cálculo efetuado pelos agentes quando decidem se os custos da participação são maiores, menores ou iguais aos da não-participação. Independentemente da influência de fatores como renda, escolaridade e ocupação, a percepção de que as vantagens em participar superam os seus respectivos custos levam os indivíduos a participarem.

Nesse sentido, Souza (1972) argumenta que a participação eleitoral não ocorre pela influência de determinantes sociais, econômicos ou psicológicos, mas em consequência de uma escolha racional do eleitor. Os eleitores participam devido

---

norte-americana. Como não existe um termo equivalente em português preferi mantê-la no idioma original.

<sup>2</sup> National Opinion Research Center/ The University of Chicago.

<sup>3</sup> Purposive groups

a vantagens individuais. Nesse caso emerge o paradoxo do voto: por quê o eleitor vota se na maior parte das vezes o custo do voto é maior do que os benefícios do voto?

Tendo como base os dados de um *survey* de 1960 sobre a intenção de voto nas eleições presidenciais de 1955 e 1960 no Brasil, o autor testa a hipótese de que as alterações nas preferências de voto variam em função da maximização dos benefícios pelos eleitores. Entre os eleitores que mudaram o seu voto foi identificada uma associação positiva entre insatisfação com a conjuntura econômica e a alteração na intenção do voto. Uma possível explicação seria a superestimação pelos eleitores dos benefícios do ato de votar, o que faz com que a participação política seja considerada um processo vantajoso.

Figueiredo (1991) apresenta uma explicação alternativa para o paradoxo do voto: o eleitor vota porque considera a estratégia eleitoral dos outros eleitores. No momento da votação, o votante sabe que o peso de seu voto é da ordem de  $1/(\text{eleitorado})$ , ou seja, zero. Entretanto, ao perceber que outros eleitores também votam, e que a estratégia de voto de cada um leva em conta o comportamento eleitoral dos outros, o votante então estabelece que o seu voto é igual a:

$(1 + \text{voto dos outros eleitores}) / \text{eleitorado}$

Se os outros indivíduos não votam, o valor do voto unitário do eleitor cresce. Mas, como os eleitores percebem isso, uma grande parte do eleitorado acaba participando. Para ele, votar é racional porque os outros votantes não deixarão de exercer sua respectiva vontade eleitoral.

Verba, Schlozman e Brady elaboram um modelo teórico alternativo à explicação proposta pela escolha racional. Este modelo pretende agrupar, além das variáveis socioeconômicas, outros determinantes de ordem política ou individual, no sentido de desenvolver uma teoria da participação política mais abrangente do que a realizada em estudos anteriores. Além das variáveis presentes no modelo SES, propõem um modelo de recursos como ferramenta de análise dos condicionantes da participação política - tempo, recursos financeiros e habilidades cívicas - que não são distribuídos de maneira uniforme em função do tipo de participação política e de posição socioeconômica (VERBA, BRADY e SCHLOZMAN, 1995a e 1995b, e VERBA, BRADY, SCHLOZMAN e NIE, 1993).

Segundo esses autores, o modelo SES e o da escolha racional apresentam algumas limitações para a explicação do fenômeno da participação: o primeiro falha ao não conseguir inter-relacionar o status social com a participação política, enquanto o segundo tem baixo poder preditivo em relação à participação política, apesar de apresentar uma sólida relação entre a busca individual de benefícios e o ato de participar. Além disso, o exame dos custos da participação não costuma ser exemplificado nesse tipo de análise. Logo, o modelo voluntarista cívico é o que

melhor apreende o fenômeno da determinação da participação, segundo o qual os que mais participam são aqueles que têm mais tempo, recursos financeiros e habilidades cívicas.

Os críticos desse modelo, não obstante destacarem a sua qualidade analítica, salientam algumas limitações. Aldrich (1997) afirma que o modelo proposto não é tão abrangente quanto os seus formuladores gostariam. Mansbridge (1997) aponta que a associação entre as variáveis independentes e dependentes não é tão clara quanta Verba, Schlozman e Brady (1995a ou 1995b) destacam, pois seriam necessárias análises experimentais e temporais para determinar a relação multivariada analisada - que são de elevado custo e de difícil realização, dado o número decrescente de associações nos Estados Unidos. Já Hochschild (1997) destaca a qualidade do estudo de Verba, Schlozman e Brady, mas ressalta que outras técnicas de análise, como a *focus group*, seriam muito mais adequadas para o estudo do fenômeno da participação.

Tendo em vista esse debate, o presente artigo procura contribuir com a bibliografia sobre os determinantes do comportamento político. Apresenta o teste das hipóteses do declínio da escolaridade como variável previsora da participação entre 1988 e 1996 nas regiões metropolitanas do Brasil, e do fraco poder explicativo dos modelos socioeconômicos como previsores da participação política.

### **Dados e características da amostra**

Este estudo utiliza dados do suplemento de participação política aplicados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 1988, IBGE (1990), e na Pesquisa Mensal de Emprego de abril de 1996 - PME, DPE/IBGE (1997) - além da variável *filiação a sindicatos* inquirida na PNAD de 1992. A PNAD é realizada anualmente e tem como objetivo a análise de condições sociodemográficas e econômicas dos domicílios e da população brasileira. Já a PME é feita mensalmente e visa o monitoramento do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas do Brasil, acompanhando o nível de desemprego e determinadas peculiaridades do emprego, como a opinião dos entrevistados sobre as condições dos seus respectivos trabalhos.

Durante a década de oitenta foram aplicados diversos questionários anexos à pesquisa principal<sup>4</sup> da PNAD sobre, por exemplo, o acesso à saúde (1981), à educação (1982) e participação política (1988). A partir de 1989, a pesquisa foi reformulada para aprofundar a temática "trabalho" e em 1996 foi aplicado o suplemento relativo à mobilidade social.

---

<sup>4</sup> Este procedimento ocorreu em 1973, com o suplemento de mobilidade social.

Os desenhos amostrais da PNAD e da PME são praticamente idênticos e as pequenas diferenças entre eles não alteram os objetivos da análise de dados almejada neste trabalho. A PNAD (DPE/IBGE, 1981) consiste em uma amostra por conglomerados, dividida em três estágios: município, setor censitário e domicílio. A primeira fase consiste na inclusão de municípios autorepresentativos - que têm probabilidade 1 de serem incluídos na amostra - além da seleção de outros municípios em função do seu tamanho populacional, o que é determinado pelo censo demográfico anterior. Num segundo estágio, são selecionados os setores censitários, cuja probabilidade de seleção é correspondente à quantidade de pessoas residentes no setor. No último estágio, todos os domicílios apresentam equi-probabilidade.

A PME (DPE/IBGE, 1983a) engloba seis regiões metropolitanas do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte), apresentando estágios de estratificação amostral equivalentes às segunda e terceira etapas da PNAD. Como decorrência da diferença entre a abrangência da PNAD - em nível nacional - e a PME - estritamente urbana - foi gerado um filtro no arquivo da PNAD de 1988 utilizado neste estudo, compatível com a estrutura de dados da PME de abril de 1996, permitindo uma análise comparada entre as duas pesquisas.

### **Especificação do modelo e variáveis**

Utilizo o modelo de regressão<sup>5</sup> descrito pela equação a seguir:

$$\ln(P/1-P) = \beta_0 + \beta_1(IG) + \beta_2(IS) + \beta_3(ISP) + \beta_4[\ln(ROC)]$$

onde **P** é a quantidade de pessoas que participam e **(1 - P)** das que não participam em nenhum movimento político<sup>6</sup>. **IG**, **IS** e **ISP** são categorias da variável escolaridade e **ROC** é a renda da ocupação principal. No caso da variável resposta, utilizo as seguintes modalidades de participação:

---

<sup>5</sup> O tipo de análise multivariada empregado neste trabalho pressupõe a equi-probabilidade das unidades de análise, (SILVA, 1996). Este pressuposto não é satisfeito pelo desenho amostral das pesquisas aqui analisadas, com probabilidades de seleção desiguais entre os múltiplos estágios da amostra - o que foi minimizado ponderando a análise pelo peso de indivíduo na amostra. Neste sentido, os testes de significância das estimativas do modelo descrito acima devem ser interpretados de forma descritiva, e não inferencial. A análise de dados realizada neste estudo utilizou o programa SPSS, módulo Advanced.

<sup>6</sup> As reduzidas taxas de participação política no Brasil - na maioria das vezes, abaixo de 2% em 1988 e em 1996, os percentuais não mudaram (FERREIRA, 1998 e 1999). Como a variável dependente binária é fortemente concentrada em uma das suas categorias - não-filiação a movimentos associativos, a qualidade da modelagem de regressão logística múltipla empregada neste trabalho é reduzida. Reconheço esta limitação, que é inerente ao meu objeto de pesquisa.

Filiação a sindicato;  
Filiação à associação de bairro;  
Filiação a partido político;  
Filiação à associação esportiva/cultural;  
Filiação à associação religiosa/filantrópica<sup>7</sup>;  
Reivindicação a político;  
Reclamação a político;  
Pedido a político;  
Sugestão a político;  
Filiação a associações de empregados;  
Assinou lista ou abaixo-assinado;  
Participação em manifestações de protesto;  
Trabalho voluntário para associações;  
Participação em reuniões de grupos locais; e  
Participação em greves.

A escolaridade é medida por quatro categorias: a) zero a 4 anos de estudo (primário mais analfabetos); b) 5 a 7 anos de estudo (ginasial), ou variável IG; c) 9 a 10 anos (secundário), ou variável IS; d) maior do que 11 anos, variável ISP, - superior ou pós-graduação. Neste caso, como as estimativas destas categorias são elaboradas a partir de uma categoria de referência - método denominado "desvios perante a média" (HOSMER e LEMESHOW, 1989) - utilizei como referência a categoria de zero a quatro anos de estudo.

A outra variável independente é logaritmo natural da renda da ocupação principal<sup>8</sup>, atualizada em reais de setembro de 1996 através de dois índices: o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) (DPE/IBGE, 1994). O primeiro foi empregado para a atualização de rendimentos inferiores a oito salários, enquanto o segundo para indivíduos com renda superior ao referido limite.

---

<sup>7</sup> Foi efetuada uma compatibilização na PME de abril de 1996 da variável relativa à filiação a entidades religiosas e da filiação a entidades filantrópicas, de forma que uma nova variável, composta pelas duas anteriores, teve a mesma forma da questão aplicada na PNAD de 1988, que indagava se o entrevistado era filiado a entidades religiosas e filantrópicas.

<sup>8</sup> O leitor poderá destacar duas limitações deste estudo: a) a não-utilização da variável renda familiar (sobre a relevância da utilização deste tipo de variável, ver Patrício, 1997), ao invés dos rendimentos da ocupação principal; e b) a definição da escolaridade como uma variável categórica, ao invés de ser intervalar. Entretanto, a compatibilização entre os arquivos de dados da PNAD e da PME utilizados neste estudo condicionou a escolha das referidas variáveis, uma vez que a PME não contém a renda familiar e nem a escolaridade mensurada em anos de estudo na escala intervalar.

## **Análise dos dados**

A modelagem empregada neste estudo objetiva analisar o declínio da escolaridade (**E**) como determinante da participação política nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1988 e 1996, além da precariedade do poder preditivo de modelos socioeconômicos de participação política. A equação abaixo resume o modelo de análise:

$$P = f(R^+)$$

A variável resposta **P** (participação) apresenta coeficiente nulo na variável independente **E** (escolaridade) e positivo na variável **R** (renda). Ou seja, algumas faixas de anos de estudo presentes nos modelos referentes às modalidades de participação: pedido, reclamação e reivindicação a político; associação de bairro, filantrópica/religiosa e esportiva/cultural não condicionam a participação política. Entretanto, os rendimentos influenciam a variável resposta.

Uma longa tradição na análise do comportamento político afirma que a escolaridade apresenta associação positiva com a participação, com os indivíduos mais escolarizados tendendo a participar mais do que os menos instruídos. Neste caso, o modelo seria:

$$P = f(E^+, R^+)$$

Utilizando como unidade de análise os países, a literatura aponta que o desenvolvimento econômico e a melhoria dos indicadores sociais também aumentariam as chances de participação na sociedade. O esperado seria que os países que experimentaram melhorias em suas condições sociais tivessem um incremento na sua vida associativa (DAHL, 1971).

Um outro ponto de destaque na literatura seria - ao contrário de outros fatores explicativos da participação política, como os institucionais, ideológicos ou racionais - o elevado poder predictor das modelagens socioeconômicas na explicação da participação. Até que ponto esse pilar básico do comportamento político é corroborado pela análise de dados efetuada neste estudo?

A Tabela 1 apresenta as estimativas dos modelos de regressão logística referentes ao contato político nas regiões metropolitanas do Brasil em 1988 e 1996. Percebe-se que todos os valores do Pseudo  $R^2$  são baixos, o que indica que a relação de causalidade proposta pela modelagem - onde renda e escolaridade são condicionantes da participação política - não inclui outras variáveis importantes para a explicação do fenômeno da participação.

Não ocorreu nenhuma alteração significativa nos coeficientes da variável renda entre 1988 e 1996. Entretanto, o mesmo não aconteceu com a escolaridade. As modalidades reclamação e reivindicação a político apresentaram o declínio do segundo grau de escolaridade como preditor da participação, enquanto o nível ginasial - que tinha uma estimativa significativa em 1988 no determinante da *reclamação e da reivindicação* - passou a ter um fraco coeficiente. Tanto o pedido quanto a reclamação ao político também apresentam o declínio da tendência de indivíduos com mais de 12 anos de escolaridade em *entrar em contato com o político*.

**Tabela 1**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: modalidades de contato pessoal com político**  
**nas regiões metropolitanas do Brasil, 1988-1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Sugestão a Político		Pedido a Político		Reclamação a Político		Reivindicação a Político	
	1988	1996	1988	1996	1988	1996	1988	1996
Escolaridade								
6 - 9 anos de estudo	-0,33	-0,24	-0,19	-0,06	-0,09	-0,06	-0,18	-0,02
9 - 11 anos de idade	0,15	0,12	-0,06	0,07	-0,11	0,02	-0,15	0,03
> 12 anos de estudo	0,92	0,66	0,29	0,06	0,44	- 0,008 <sup>ns</sup>	0,62	0,31
Renda da Ocupação Principal (Ln)	0,26	0,355	-0,18	-0,24	0,12	0,26	0,14	0,14
Constante	-6,33	-6,8	-2,3	-1,75	-5,3	-6,17	-5,3	-5,03
N <sup>9</sup>	33.619	30.278	33.608	31.289	33.608	30.242	33.612	30.443
P%(Y=1)	0,7	0,8	3,0	3,9	0,8	0,9	1,0	1,3
N(Y = 1) <sup>10</sup>	533	513	2.175	2.502	595	476	672	778
Pseudo R <sup>2</sup> (%) <sup>11</sup>	6,14	4,3	0,4	0,5	1,06	0,6	2,1	0,8

ns - estimativa não significativa ao nível de 5%

<sup>9</sup> Número de casos válidos incluídos na análise, segundo o output do SPSS. Entretanto, todas as variáveis foram ponderadas pelo peso do indivíduo na amostra.

<sup>10</sup> Representa o número, sem ponderação pelo peso do indivíduo na amostra, de entrevistados que declararam filiação a algum tipo de movimento associativo.

<sup>11</sup> Pseudo R<sup>2</sup>=  $\{ [ -2LL_{Nulo} - ( - 2LL_{Modelo} ) ] / -2LL_{Nulo} \} * 100$

A análise dos determinantes socioeconômicos na *filiação a sindicatos e a associação de empregados* revela-se heterogênea. Na Tabela 2, as estimativas referentes à alta escolaridade - entrevistados com mais de doze anos de estudo - são significativas em 1988 e 1996 nas duas modalidades de participação. No caso da *filiação à associação de empregados*, os coeficientes de renda e instrução são equivalentes no período analisado. Os indivíduos escolarizados em nível ginásial apresentam menores chances de filiação - o que é coerente com o comportamento previsto pela bibliografia. Os coeficientes relativos ao nível secundário de escolaridade são significativos no modelo logístico concernente ao ano de 1988; entretanto, estas estimativas são fracas no modelo referente ao ano de 1996. Ou seja, indicam o declínio das faixas médias de escolaridade como previsoras da filiação aos sindicatos no período de 1988 e 1996.

Destaco mais dois pontos relevantes na análise dos determinantes da *filiação a sindicatos ou associação de empregados*: não existe nenhuma diferença nas estimativas de renda entre as duas modalidades de participação entre 1988 e 1996, bem como nos coeficientes relativos à escolaridade, no caso da segunda modalidade de participação analisada; entretanto, a modelagem socioeconômica referente à associação de empregados descreve de forma adequada - para o tipo de análise que estou fazendo, ou seja, a modelagem de variáveis categóricas em dados de pesquisas amostrais na área de Ciências Sociais - o comportamento da variável resposta, tendo em vista o elevado valor do Pseudo  $R^2$ , 17,4%. O mesmo não acontece com os modelos relativos à filiação ao sindicato, cujos valores foram bem reduzidos - o que é coerente com a segunda hipótese que testo neste estudo.

Por outro lado, o Pseudo  $R^2$  de 8%, referente à filiação ao sindicato em 1992, revelou-se especial: este não é um valor baixo, mas também não é elevado, maior do que 20%. Em comparação com o ajuste dos modelos de filiação sindical em 1988 e 1996, ele apresenta um valor atípico, pois em 1992 o modelo socioeconômico teve uma melhora razoável na explicação da variável resposta (isso ocorreu na metade de um período de oito anos, no qual os anos de 1988 e 1996 apresentam modestos valores do Pseudo  $R^2$ ). Este foi um resultado inesperado.



**Tabela 2**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: filiação a sindicatos (1988-1992-1996)**  
**e associações de empregados nas regiões metropolitanas do Brasil, 1988-1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Filiado a Sindicato			Associado a Associação de Empregados	
	1988	1992	1996	1988	1996
Escolaridade					
6 - 9 anos de estudo	-0,11	0,01	-0,06	-0,19	-0,56
9 - 11 anos de estudo	0,09	0,01	0,05	0,18	0,10
> 12 anos de estudo	0,15	0,23	0,26	0,70	1,12
Renda da Ocupação Principal (Ln)	0,62	0,66	0,49	0,49	0,67
Constante	-5,46	-5,2	-4,05	-5,65	-7,47
N	33.656	33.185	32.284	33.660	25.075
P%(Y=1)	10,2	20,0	16,6	4,8	2,9
N(Y=1)	6.038	7.955	10.235	2.957	1.491
Pseudo R <sup>2</sup> (%)	5,8	8,0	5,2	10,5	17,4

**Tabela 3**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: modalidades de associativismo e filiação ao partido político**  
**nas regiões metropolitanas do Brasil, 1988-1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Filiado a Associação de Bairro		Filiado a Associação Religiosa/ Filantrópica		Filiado a Associação Esportiva/Cultural		Filiado a Partido Político	
	1988	1996	1988	1996	1988	1996	1988	1996
Escolaridade								
6 - 9 anos de estudo	0,09	0,08	-0,02	-0,14	0,10	0,01	-0,02	-0,16
9 - 11 anos de estudo	-0,15	-0,07	-0,06	-0,01	0,36	0,27	0,14	0,13
> 12 anos de estudo	-0,14	-0,26	0,21	-0,05	0,54	0,51	0,56	0,12
Renda da Ocupação Principal (Ln)	-0,13	-0,1	0,01	0,04	0,57	0,55	0,08	0,12
Constante	-2,6	-2,94	-3,12	-3,08	-5,72	-6,93	-4,07	-3,98
N	33.616	29.871	33.605	30.451	33.603	29.763	33.651	33.012
P%(Y=1)	3,1	2,8	4,6	5,9	8,0	2,9	2,1	2,9
N(Y=1)	2.196	1.853	3.346	3.437	5.101	1.613	1.325	2.088
Pseudo R <sup>2</sup> (%)	0,6	0,5	0,18	0,16	11,7	7,1	2,6	0,4

Os coeficientes dos modelos logísticos relativos à filiação a movimentos associativos e a partidos políticos, apresentados na Tabela 3, revelam que, entre 1988 e 1996, ocorreu o declínio da escolaridade secundária nas chances relativas de *participação em associações de bairros*. Isto também aconteceu com o nível ginasial de instrução na filiação a associações filantrópicas/ religiosas e esportivas culturais.

Uma análise desviante dos coeficientes analisados refere-se à significância da variável renda como determinante da filiação ao partido político em 1988, apresentando uma fraca estimativa; em 1996, ela foi estatisticamente significativa.

Contudo, tendo em vista os baixos valores de Pseudo  $R^2$ , a segunda hipótese prevista neste trabalho é totalmente confirmada. Outras variáveis, que não as socioeconômicas, têm um poder predictor maior do que as variáveis independentes renda e escolaridade do entrevistado.

A última modelagem analisada neste estudo, cujas estimativas dos modelos de regressão logística são apresentadas na Tabela 4, refere-se aos determinantes da participação em *modalidades não tradicionais de participação política*, como greves ou manifestações de protesto. Nesse caso, a pesquisa apenas foi realizada na PME de abril de 1996.

Em termos gerais, a análise das estimativas da Tabela 4 é coerente com a tese desenvolvida por Dalton (s/d). Segundo este autor, a participação política não tradicional tende a ser praticada por indivíduos jovens e de elevada escolaridade.

Dada a especificação do modelo, não foi possível incluir a idade como variável independente, mas o significativo coeficiente da escolaridade superior, combinada com a fraca estimativa da renda, nos modelos relacionados a *listas ou abaixo-assinados e reuniões de grupos locais* sugerem a hipótese de que os estudantes universitários são os agentes deste tipo de participação. Entretanto, esta idéia é uma mera especulação, cuja hipótese poderá ser testada, mas em um estudo com objetivo diferente do apresentado neste artigo.

**Tabela 4**  
**Estimativas dos modelos de regressão logística**  
**variáveis dependentes: modalidades não convencionais de**  
**participação política nas regiões metropolitanas do Brasil - 1996**  
**(Método: Enter)**

Variáveis Dependentes/ Modelo	Listas ou Abaixo-assinados	Manifestações de Protesto	Trabalhos Voluntários	Reuniões de Grupos Locais	Greves
Escolaridade					
6 - 9 anos de estudo	-0,1	0,11	-0,20	-0,003 <sup>ns</sup>	0,09
9 - 11 anos de estudo	0,09	0,12	0,06	-0,03	0,07
> 12 anos de estudo	0,42	0,41	0,44	0,04	0,31
Renda da Ocupação Principal (Ln)	-0,08	-0,1	0,14	0,07	0,12
Constante	-1,64	-4,05	-4,45	-4,10	-4,38
N	28.951	26.127	26.596	26.652	26.541
P%(Y=1)	9,3	0,8	2,5	2,5	1,8
N(Y=1)	5.582	455	1.363	1.466	923
Pseudo R <sup>2</sup> (%)	0,8	0,9	1,4	0,07	1,1

ns - estimativa não significativa ao nível de 5%

Destaco mais dois pontos: a) o sinal negativo dos coeficientes da categoria de escolaridade "ginasial" na participação em listas e trabalhos voluntários, (cujos valores indicam que o pertencimento a esta faixa reduz as chances de inserção neste tipo de atividade) e b) a total ineficácia do modelo proposto para explicar a participação em reuniões de grupos locais, (cujos coeficientes não têm nenhuma significância estatística, além do valor nulo do Pseudo R<sup>2</sup>, fato que destoa esta modelagem da maioria das que foram efetuadas neste trabalho).

Ressalto, porém, a relativamente "alta" proporção dos *que participam em listas ou abaixo-assinados*, em comparação com as baixas taxas de participação da maioria quase absoluta das modalidades analisadas neste texto. A influência do custo da participação pode explicar as baixas taxas. Atribuo o percentual de 9% de *assinaturas em abaixo-assinados* ao baixíssimo custo de participar nesta modalidade - nada mais do que assinar o nome numa lista qualquer, ato muitas vezes induzido por outros indivíduos. É o contrário do que ocorre com a tentativa de não se fazer

representar pelos sindicatos, que costuma apresentar custos bem maiores: "Para os agentes que gravitam em órbitas mais próximas das zonas de atração do pólo multinacional executivo, as empresas de representação [ou seja, os sindicatos] [...] são quase completamente estranhas. A tonalidade das apreciações que os agentes entrevistados nos ofereceram sobre aquelas entidades variou um pouco, mas eles sempre manifestam o seu desagrado e mesmo desaprovação em relação ao sindicato que estatutariamente os representam. Poderíamos agrupar suas apreciações na seguinte frase modal: "Do sindicato eu só lembro quando tenho que pagar um dia de trabalho, que sai muito mais caro." (GRÜN, 1992, p. 452). [grifo meu].

### **Conclusões**

O objetivo deste estudo foi acrescentar ao conhecimento acumulado sobre o comportamento político uma comparação entre os seus determinantes socioeconômicos: o nível de escolaridade e o logaritmo natural da renda da ocupação principal dos indivíduos.

As duas hipóteses, testadas com sucesso, estão relacionadas ao declínio da significância da escolaridade como determinante da participação nas regiões metropolitanas brasileiras entre 1988 e 1996 e ao parco poder previsor de modelagens socioeconômicas no que se refere à participação política. Quanto à escolaridade, apesar do declínio de sua significância, ela aparece ainda como importante variável previsora da inserção em modalidades não tradicionais de atuação política.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALDRICH, J. H. Positive theory and voice and equality. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, June 1997.

BOBO, L.; GILLIAN JR, F. D. Race, sociopolitical participation, and black empowerment. *American Political Science Review*, v. 84, n. 2, June 1990.

COHEN, Y. The benevolent leviathan: political consciousness among urban workers under state corporatism. *American Political Science Review*, v. 76, 1982.

DAHL, R. *Polyarchy*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, R. J. *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. New Jersey: Chatham House Publishers. (s/d).

DPE/IBGE. Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios na década de 70. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 1, 1981.

\_\_\_\_\_. Metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 2, 1983a.

\_\_\_\_\_. Metodologia do Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 4, 1983b.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Preços ao Consumidor: Métodos de cálculo. Rio de Janeiro: IBGE, série Relatórios Metodológicos, n. 14, 1994.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Mensal de Emprego: abril de 1996. Associativismo, representação de interesses e participação política. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

FERREIRA, M. C. *As Múltiplas formas de participação política e os seus determinantes socioeconômicos*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996: revisitando a questão da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, outubro 1999. (no prelo).

FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto*. São Paulo: IDESP/Sumaré, 1991.

GRÜN, R. Sindicalismo e anti-sindicalismo e a gênese das novas classes médias brasileiras. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 35, n. 3, 1992.

HILDRETH, A. The importance of purposes in "purposive" groups: incentives and participation in the sanctuary movement. *American Journal of Political Science*, v. 38, n. 2, may 1994.

HOCHSCHILD, J. L. Practical politics and voice and equality. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, June 1997.

HOSMER, D.; LEMESHOW, S. *Applied logist regression*. New York: John Wiley & Sons, 1989.

IBGE. *Participação político social - 1988: Brasil e grandes regiões*. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

JENNINGS, M. K. Political participation in the chinese countryside. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, june 1997.

JOHNSON, G. Research note on political correlates of voter participation: a desviant case analysis. *American Political Science Review*, v. LXV, sept. 1971.

KALAYCIOGLU, E.; TURAN, I. Measuring political participation: a cross - cultural application. *Comparative Political Studies*, v. 14, n. 1, april 1981.

KENNY, C. B. Political participation and effects from the social environment. *American Journal of Political Science*, v. 36, n. 1, feb. 1992.

LIMA JUNIOR, O. B. A alienação eleitoral e os seus determinantes: nota de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 14, oct. 1990.

MANSBRIDGE, J. Normative theory and voice and equality. *American Political Science Review*, v. 91, n. 2, june 1997.

MARQUETTE, J. F. Social mobilization and the philippine political system. *Comparative Political Studies*, v. 4, n. 8, oct. 1971.

MILBRATH, L. W. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally & Company, 1965.

NELSON, D. C. Ethnicity and socioeconomic status as sources of participation: the case of ethnic political culture. *American Political Science Review*, v. 73, 1979.

NIE, N. H.; JR POWELL, G. B.; PREWITT, K. Social structure and political participation: developmental relationships, Part I. *American Political Science Review*, v. LXIII, n. 2, june 1969.

PATRÍCIO, I. Democracia e distribuição de renda: a viabilidade distributiva do Plano Real. *Série Estudos*, n. 97, dec. 1997.

REIS, A. C. A. *A participação eleitoral no Brasil (1988-1989)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1992. Mimeo.

ROSS, M. H. Political organization and political participation. *Comparative Politics*, oct. 1988.

SHINGLES, R. D. Black consciousness and political participation: the missing link. *American Political Science Review*, v. 75, n. 1, march 1981.

SILVA, J. *Estatística econômica e social*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

SILVA, P. L. N. *Planejamento, estimação e análise de dados em pesquisas por amostragem: desvendando a realidade brasileira com o "telescópio da estatística"*. Trabalho apresentado no CONFEST/CONFEG, Rio de Janeiro, 1996.

SOARES, G. A. D. Pesquisa rica em países pobres?. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 16, July 1991.

SOUZA, A. Determinismo social, racionalidade e voto flutuante em 1960. *Dados Revista de Ciências Sociais*, n. 9, 1972.

\_\_\_\_\_. *The nature of corporative representation: leaders and membership of organized labor in Brazil*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1978.

SPSS CORPORATION. *SPSS 6.1 Advanced statistics*. Chicago: Marketing Department, 1994.

VERBA, S.; NIE, N.; KIM, J. *Participation and political equality: a seven nation comparison*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H.; NIE, N. Citizen activity: who participates? what do they say?. *American Political Science Review*, v. 87, n. 2, June 1993.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. *Voice and equality: civic voluntarism in american politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995a.

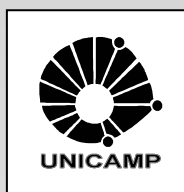
\_\_\_\_\_. Beyond SES: a resource model of political participation. *American Political Science Review*, v. 89, n. 2, June 1995b.



# TENDÊNCIAS

Ano 5, nº 2

ENCARTE  
DA  
REVISTA  
DO  
CESOP



*Tendências destaca opiniões e expectativas da população brasileira sobre o Plano Real no período do primeiro governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.*

*O gráfico comparativo das tendências, apresentado no início, mostra como a avaliação do Plano e a avaliação do desempenho do Presidente caminharam na mesma direção nas várias oscilações do período entre o início do primeiro mandato e o início do segundo mandato de FHC. Os movimentos de subida e queda das avaliações positivas do Plano Real foram acompanhados pelas avaliações do Presidente, embora com diferenças percentuais significativas.*

*Os percentuais de avaliação positiva dados ao Real no ano de 1995 não foram obtidos em nenhum outro momento dentro desses 4 anos, e tiveram uma queda importante no início de 1999.*

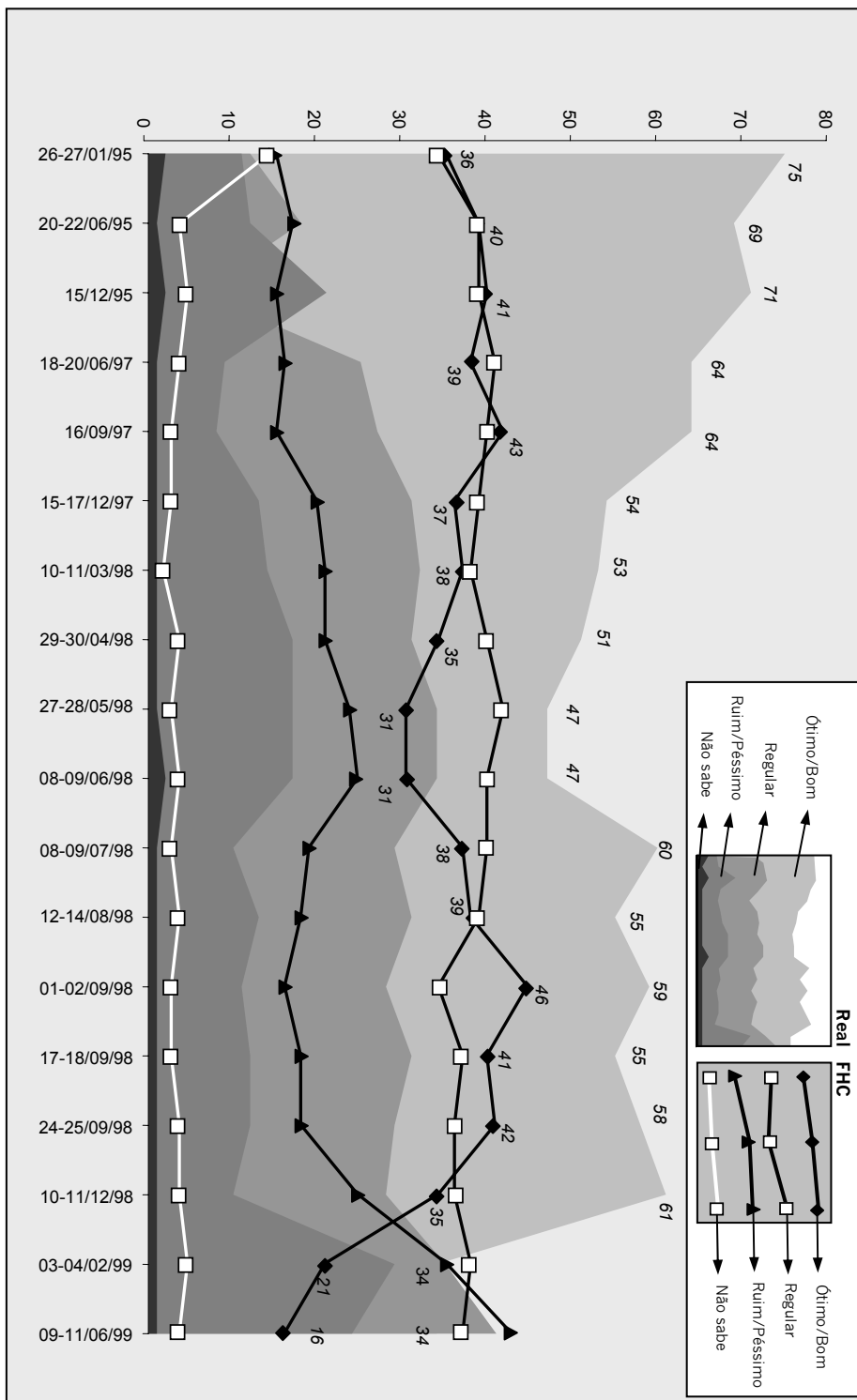
*Para o Presidente, percentuais significativos de avaliação positiva ocorrem para todo o período até o final de 1998, sendo que no início do segundo governo caem bruscamente, acompanhando a avaliação do plano econômico.*

*Em junho de 1999, os dados apontam a definição de uma tendência de autonomização da avaliação do Plano Real frente à avaliação do Presidente: a queda da avaliação positiva do desempenho de FHC no governo de 21% para 16% não vem acompanhada da queda da avaliação positiva do Real.*

*Este Encarte apresenta também as expectativas da população brasileira quanto a aspectos da situação econômica do país. Para este ponto, o desemprego emerge como a principal preocupação geral.*

## O Plano Real e o Presidente FHC

### Evolução das tendências de avaliação do Plano Real e de FHC / 1995-1999



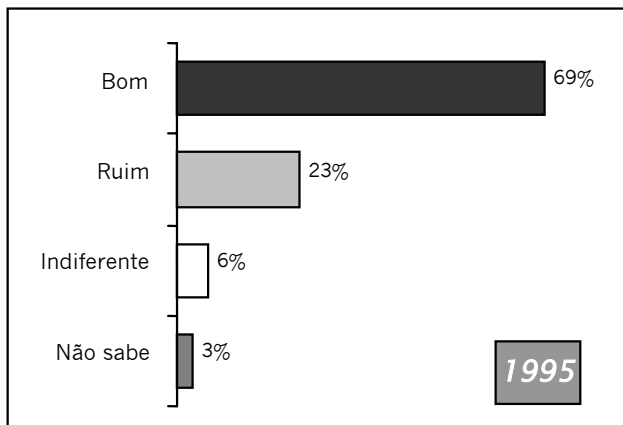
Avaliação	26-27/01/95	20-22/06/95	15/12/95	18-20/06/97	16/09/97	15-17/12/97	10-11/03/98	29-30/04/98	27-28/05/98	08-09/06/98	08-09/07/98	12-14/08/98	01-02/09/98	17-18/09/98	24-25/09/98	10-11/12/98	03-04/02/99	09-11/06/99
Ótimo/Bom	75*	69*	71*	64	64	54	53	51	47	47	60	55	59	55	58	61	34	34
Regular	12*	18*	6*	25	27	31	32	31	34	34	29	31	28	31	29	28	35	41
Ruim/Péssimo	11*	12*	21*	9	8	13	14	17	17	17	10	13	11	12	12	10	29	24
Não sabe	2*	1*	2*	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1

Avaliação	01/95	06/95	12/95	06/97	09/97	12/97	03/98	04/98	05/98	06/98	07/98	08/98	09/98	09/98	09/98	12/98	02/99	06/99
Ótimo/Bom	75*	69*	71*	64	64	54	53	51	47	47	60	55	59	55	58	61	34	34
Regular	12*	18*	6*	25	27	31	32	31	34	34	29	31	28	31	29	28	35	41
Ruim/Péssimo	11*	12*	21*	9	8	13	14	17	17	17	10	13	11	12	12	10	29	24
Não sabe	2*	1*	2*	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	1

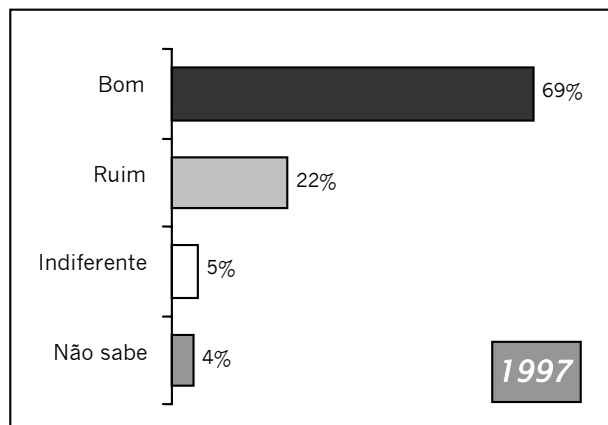
Avaliação	26-27/01/95	20-22/06/95	15/12/95	18-20/06/97	16/09/97	15-17/12/97	10-11/03/98	29-30/04/98	27-28/05/98	08-09/06/98	08-09/07/98	12-14/08/98	01-02/09/98	17-18/09/98	24-25/09/98	10-11/12/98	03-04/02/99	09-11/06/99
Ótimo/Bom	36	40	41	39	43	37	38	35	31	31	38	39	46	41	42	35	21	16
Regular	35	40	40	42	41	40	39	41	43	41	41	40	35	38	37	37	39	38
Ruim/Péssimo	15	17	15	16	15	20	21	21	24	25	19	18	16	18	18	25	36	44
Não sabe	14	3	4	3	2	2	1	3	2	3	2	3	2	2	3	3	4	3

Fonte: Datafolha  
 Perguntas: Real – “De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?”  
 FHC – “Na sua opinião, o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?”  
 \* As pesquisas sobre o Plano Real até 15/12/95 trazem como alternativas: bom, indiferente, ruim e não sabe.

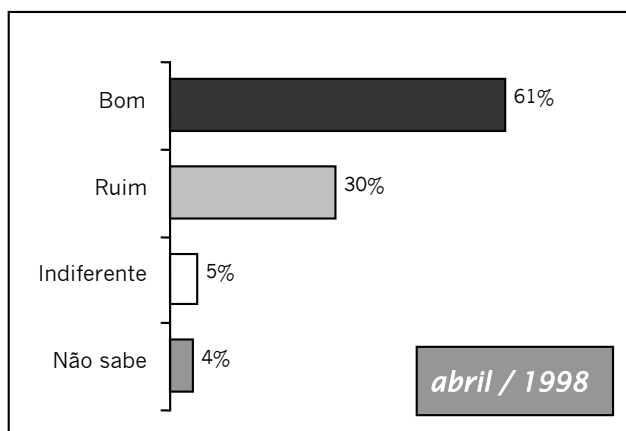
### Avaliação do PLANO REAL para o país



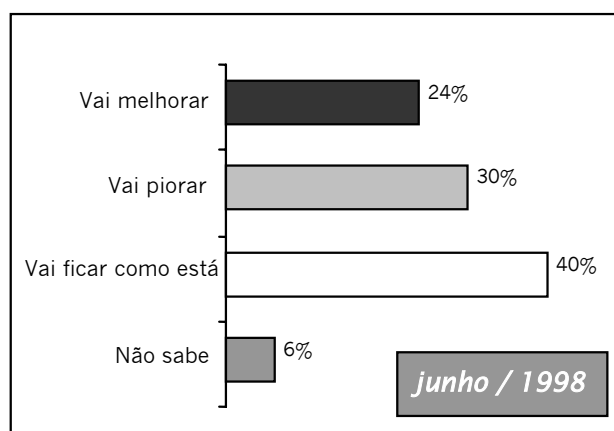
**Fonte:** Datafolha.  
**Pergunta:** A implantação do Real, que substituiu o Cruzeiro Real, completou um ano no último mês. De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para o País?



**Fonte:** Datafolha.  
**Pergunta:** De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para o país?

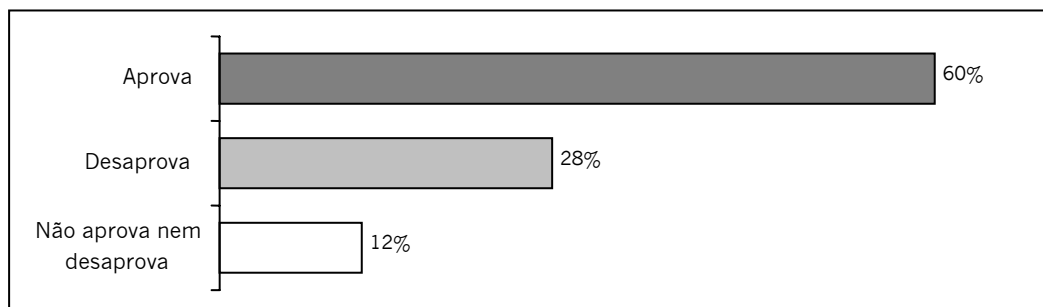


**Fonte:** Datafolha.  
**Pergunta:** De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para o país?



**Fonte:** Datafolha.  
**Pergunta:** Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?

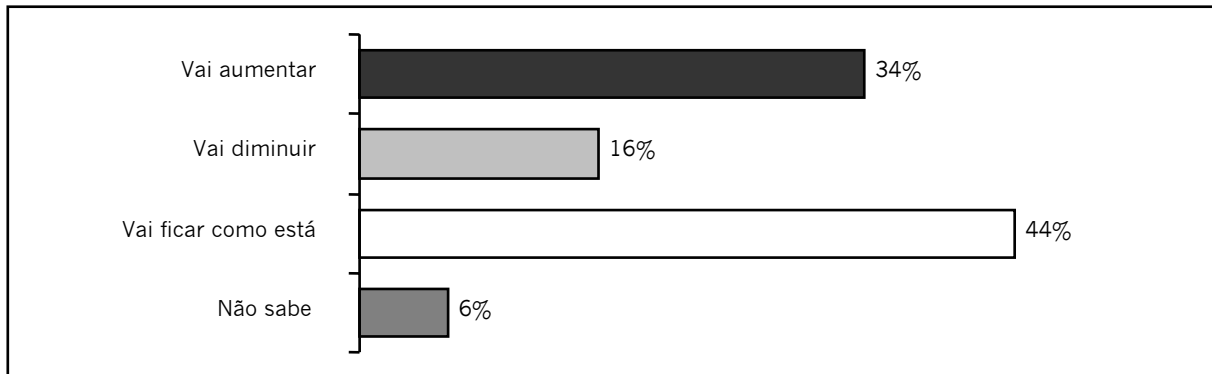
### Aprovação do PLANO REAL 1996



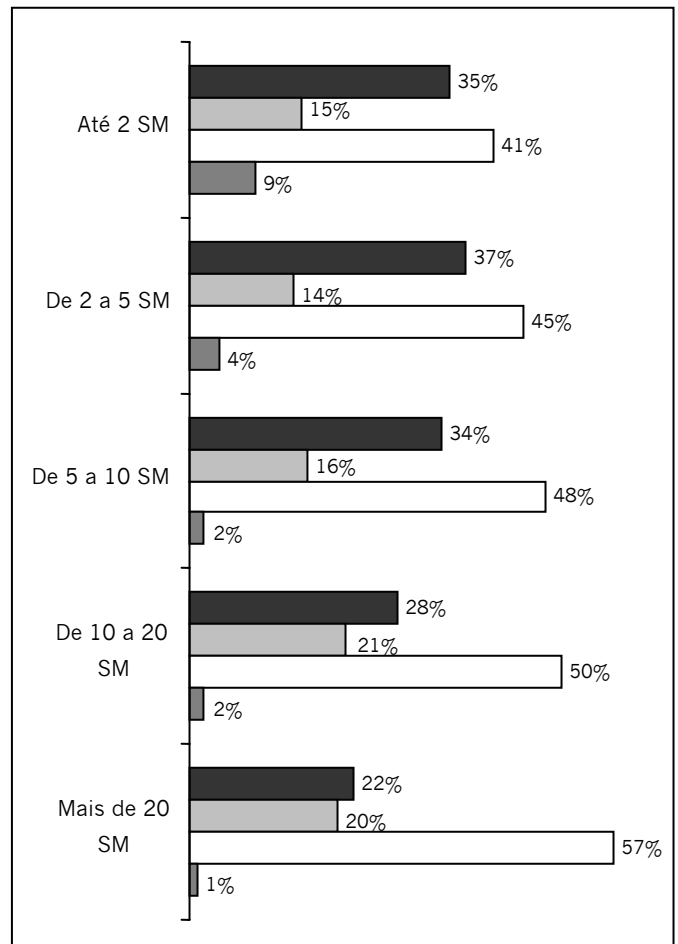
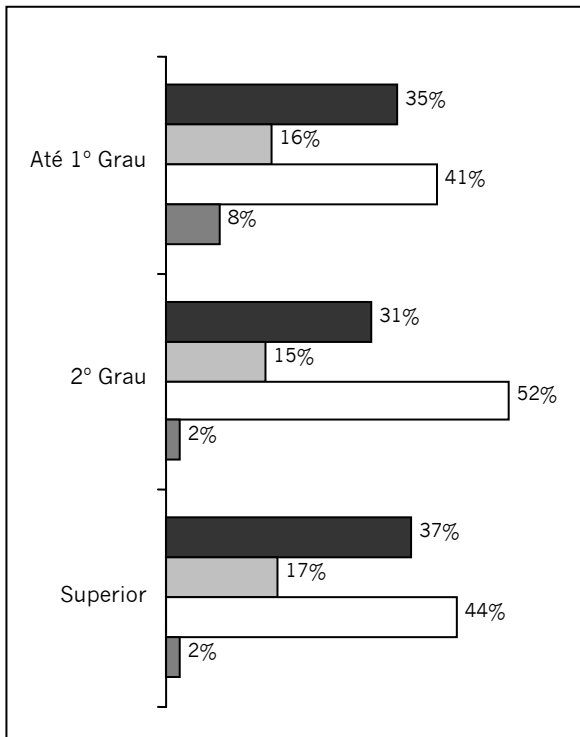
**Fonte:** Ibope.  
**Pergunta:** O(a) Sr(a) aprova, desaprova ou não aprova e nem desaprova o plano econômico que criou o Real?

Expectativa quanto à INFLAÇÃO

1995



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

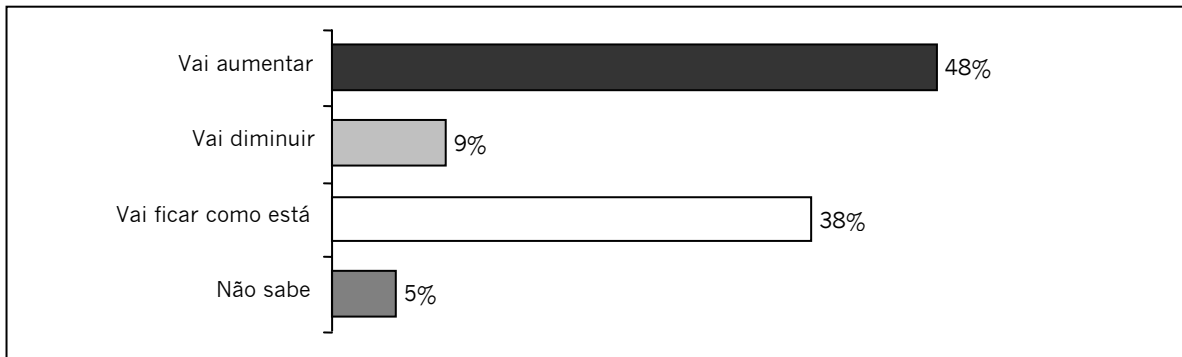


Fonte: Datafolha.

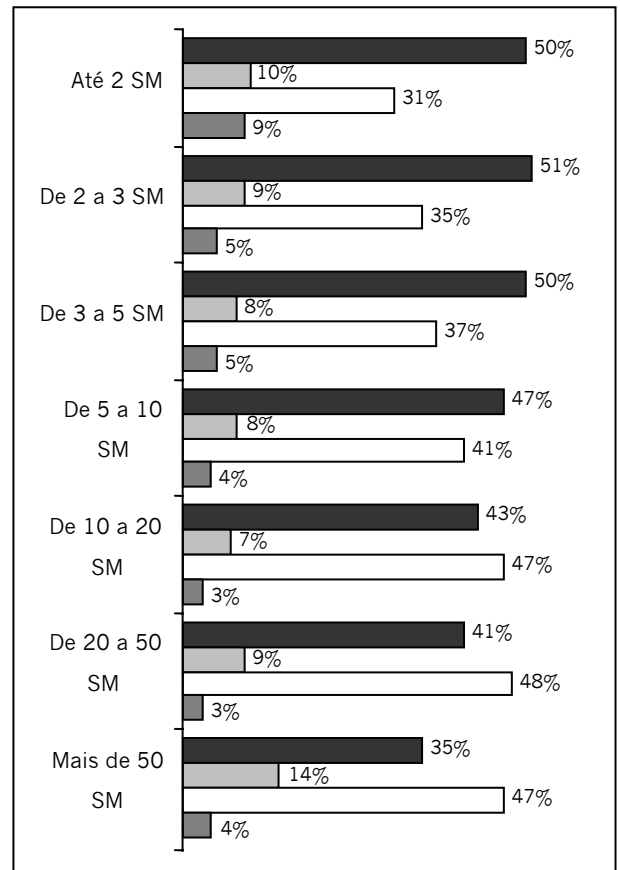
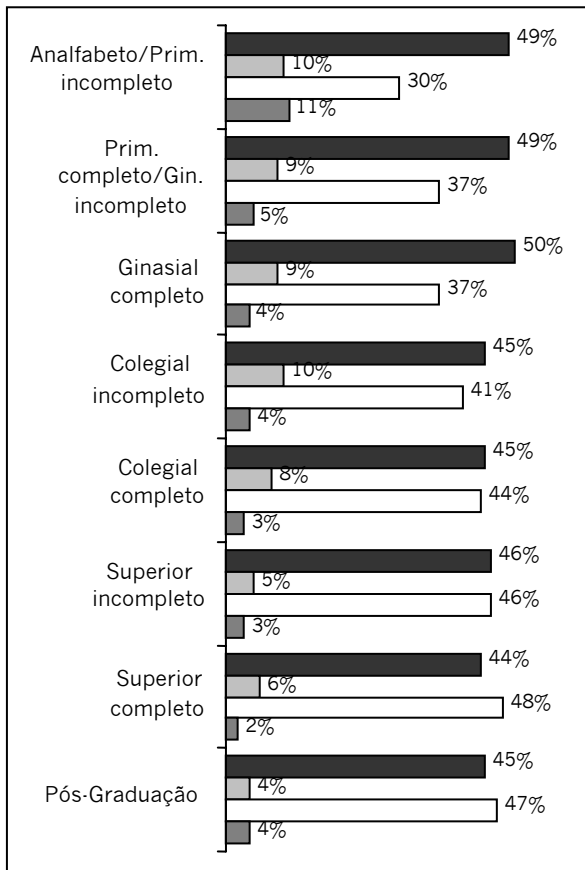
Pergunta: Na sua opinião, a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

### Expectativa quanto à INFLAÇÃO

1997



### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

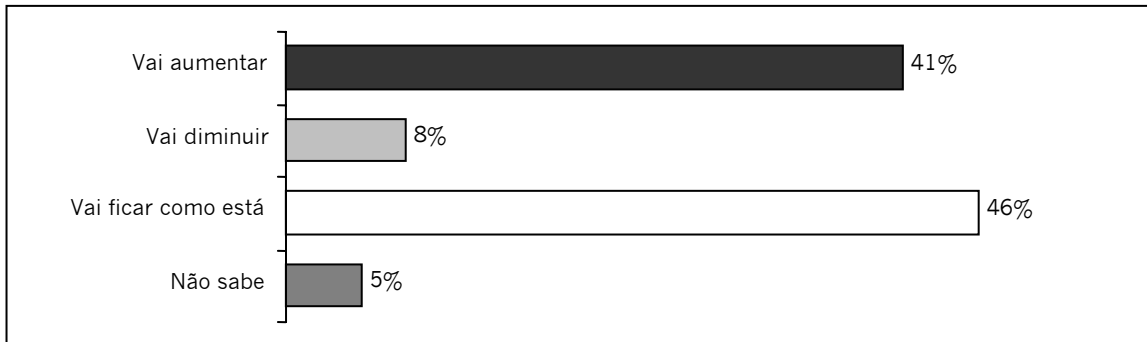


Fonte: Datafolha.

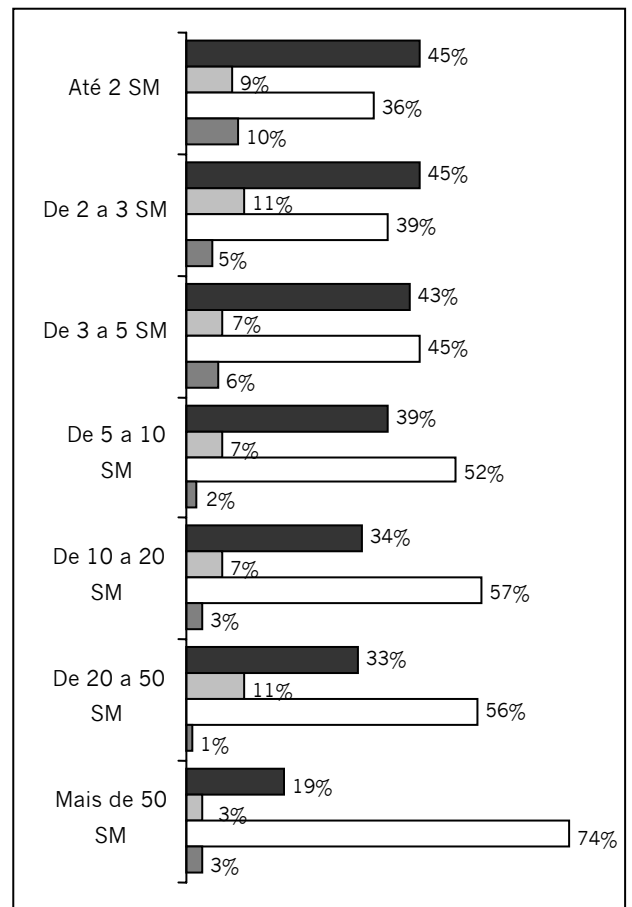
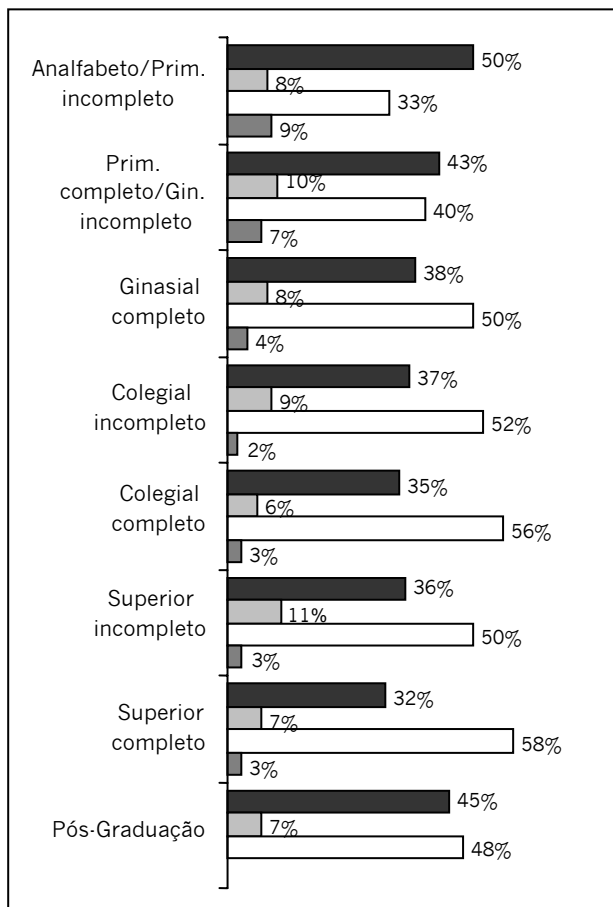
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

Expectativa quanto à INFLAÇÃO

abril / 1998



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

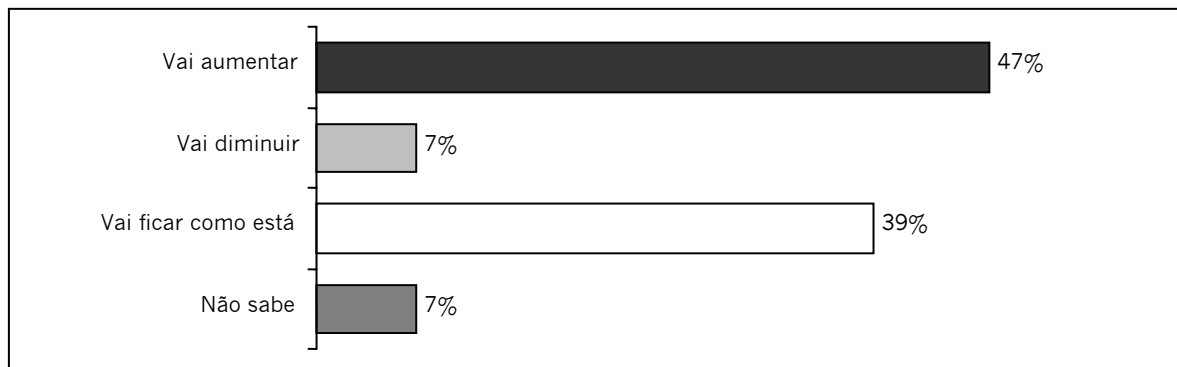


Fonte: Datafolha.

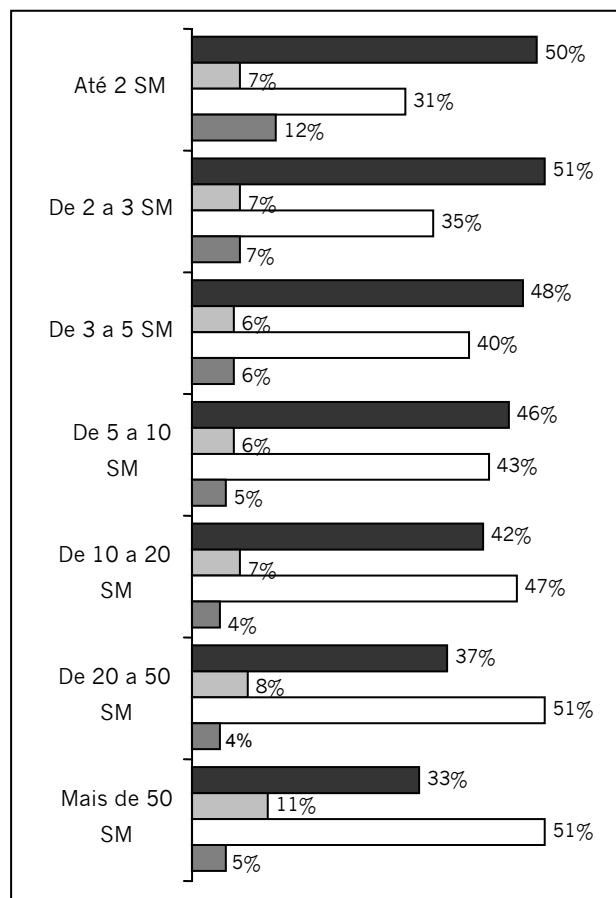
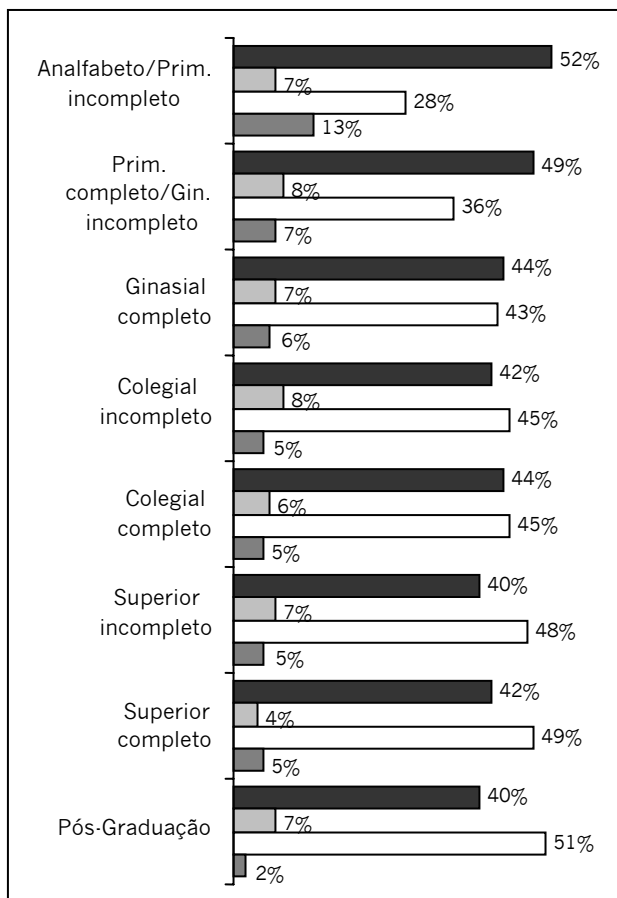
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

### Expectativa quanto à INFLAÇÃO

junho / 1998



### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



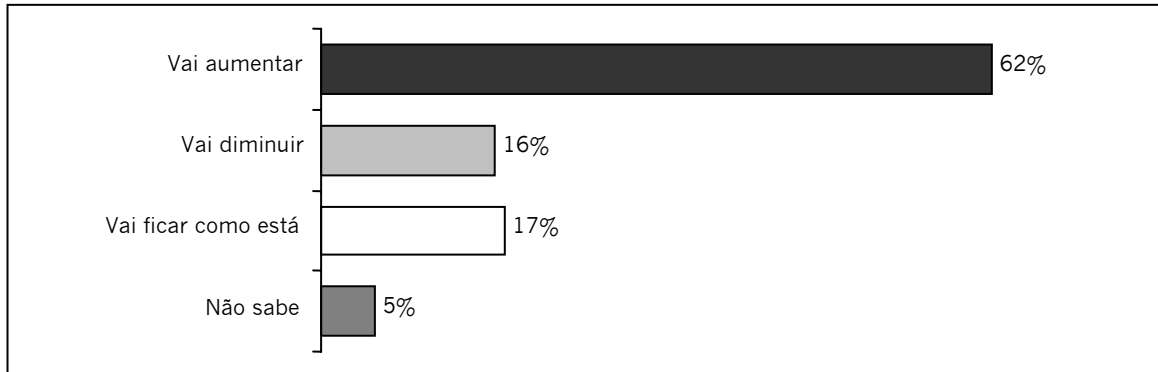
Fonte: Datafolha.

Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

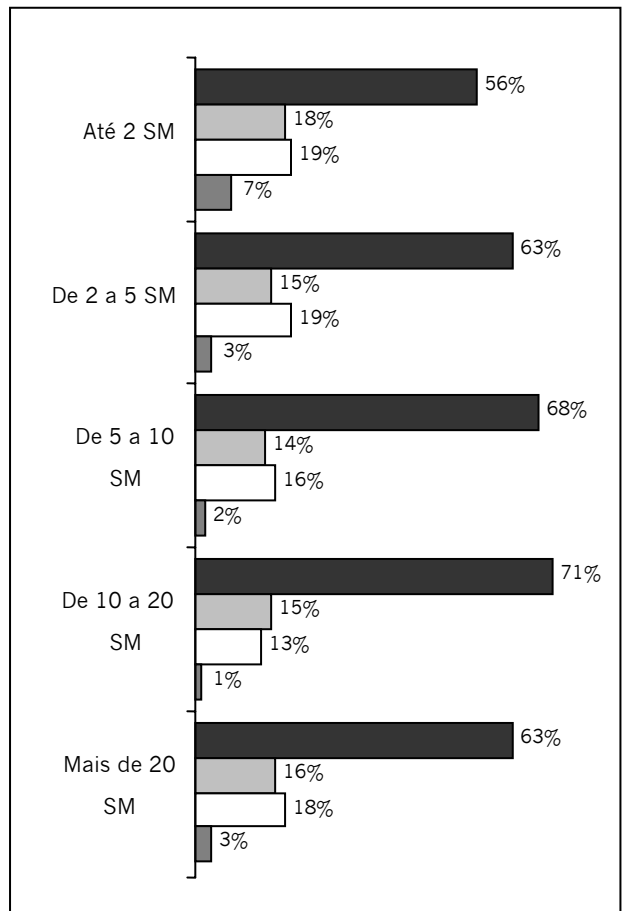
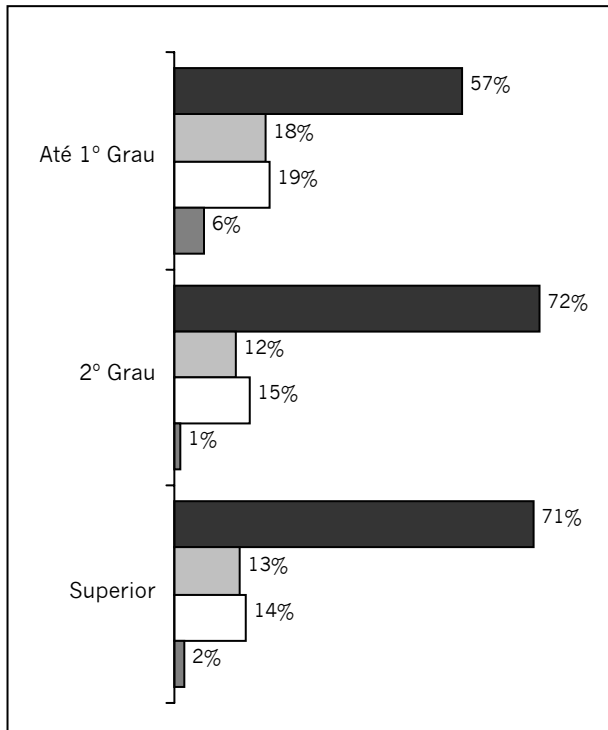


Expectativa quanto ao DESEMPREGO

1995



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

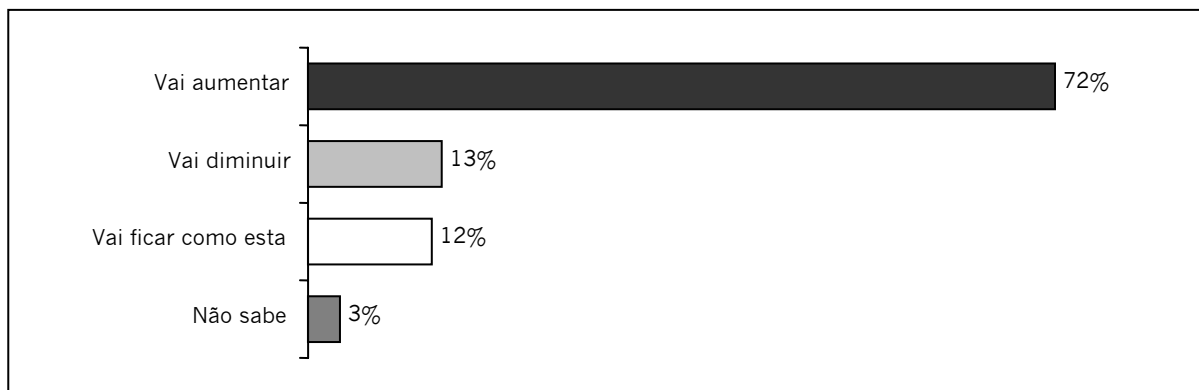


Fonte: Datafolha.

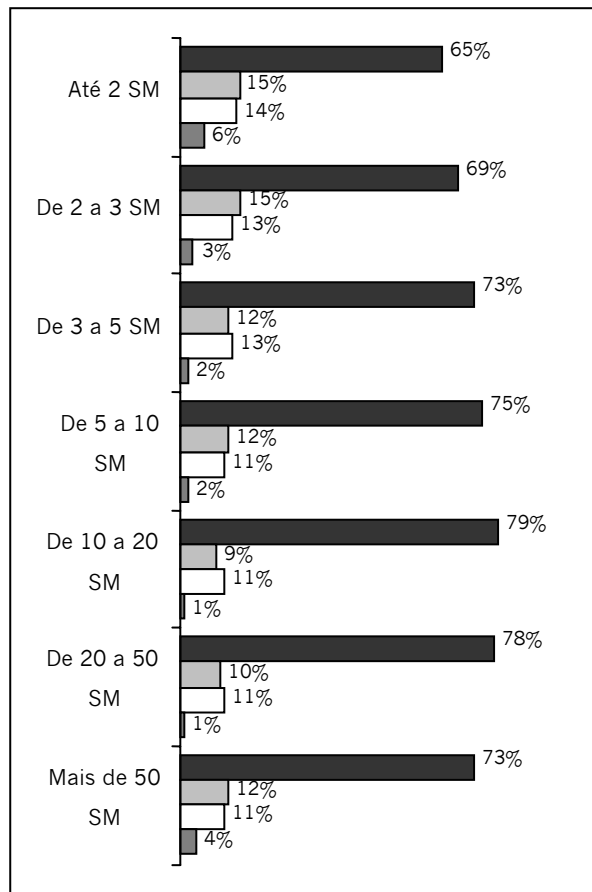
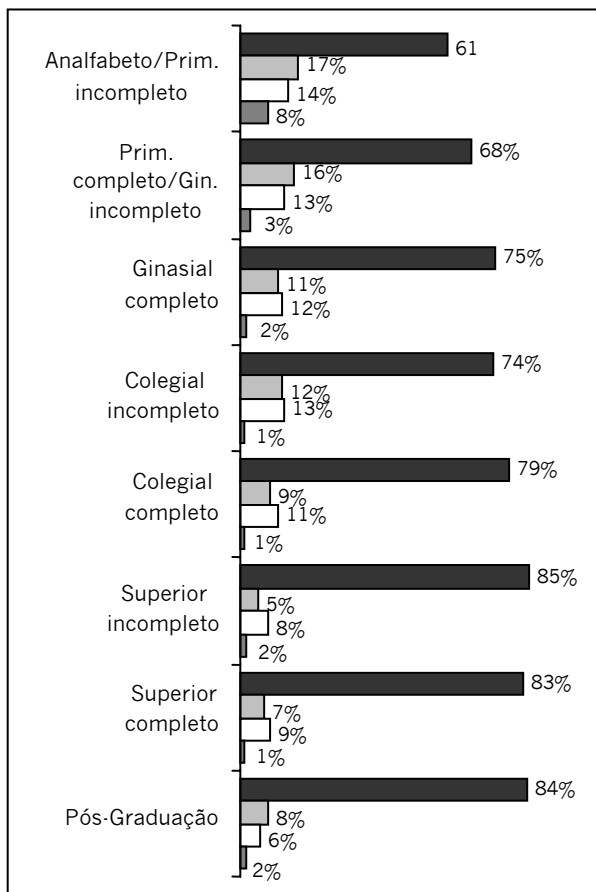
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

**Expectativa quanto ao DESEMPREGO**

1997



**As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA**

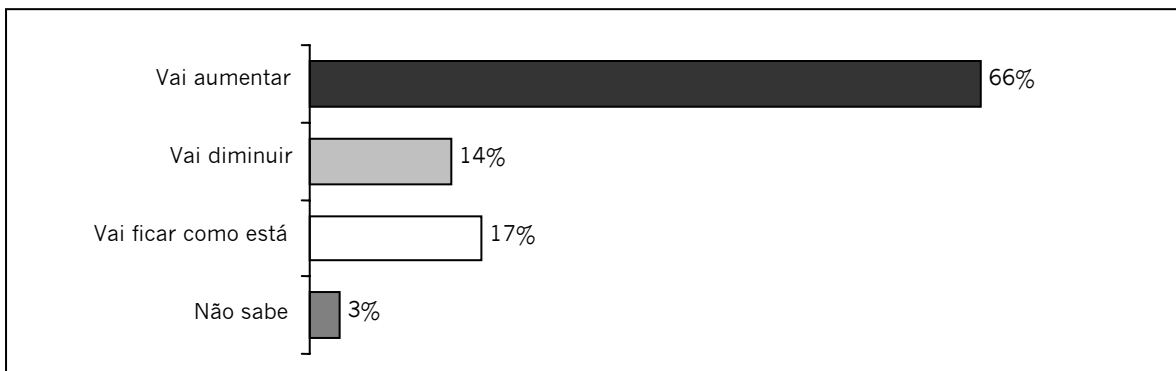


Fonte: Datafolha.

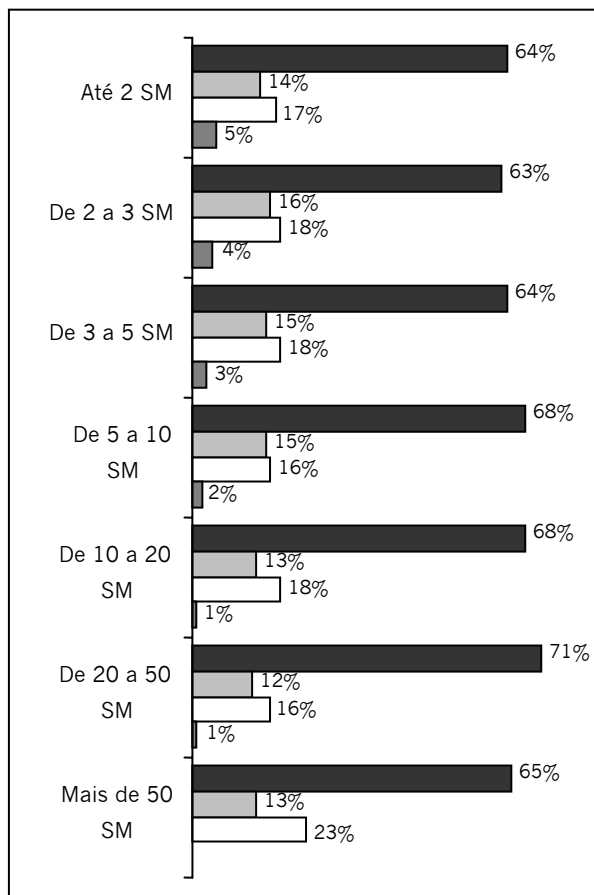
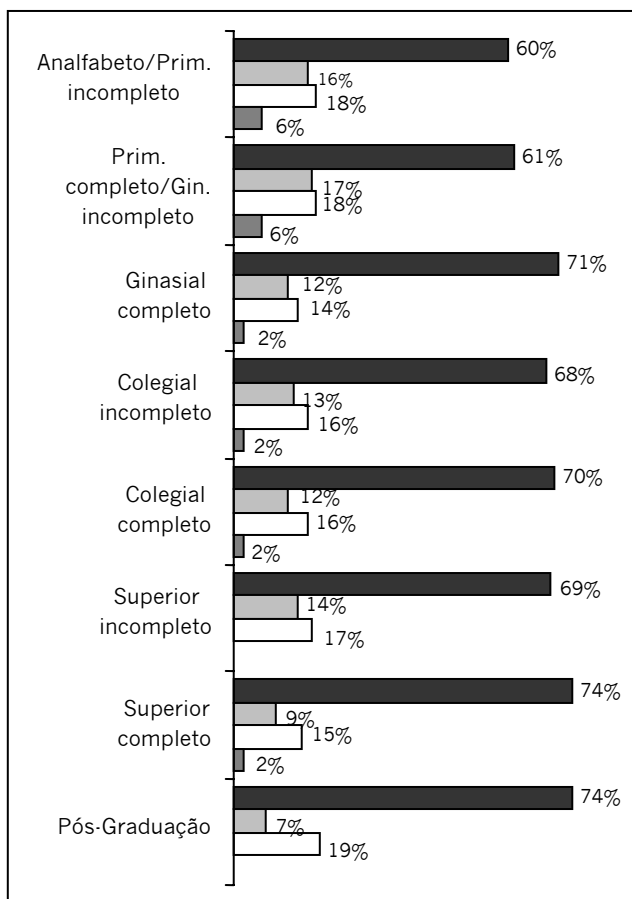
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou vai ficar como está?

Expectativa quanto ao DESEMPREGO

abril / 1998



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

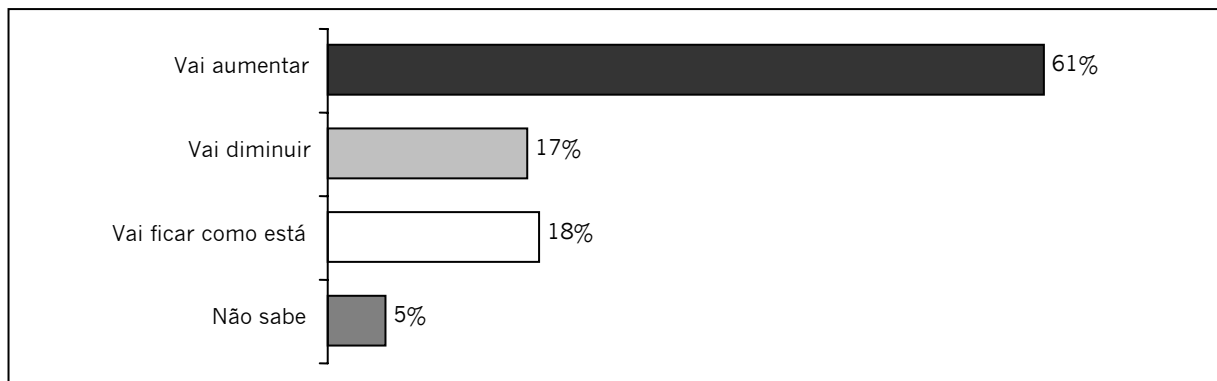


Fonte: Datafolha.

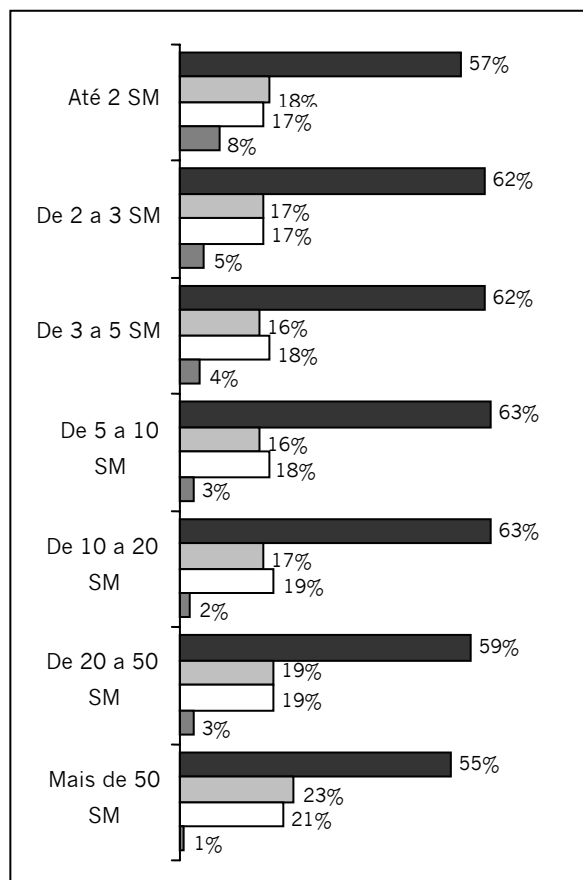
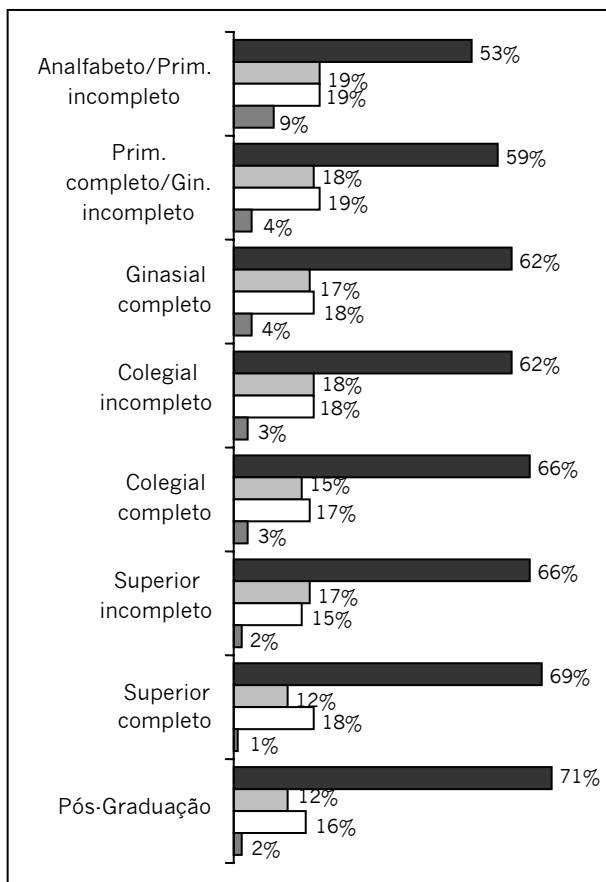
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

**Expectativa quanto ao DESEMPREGO**

junho / 1998



**As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA**

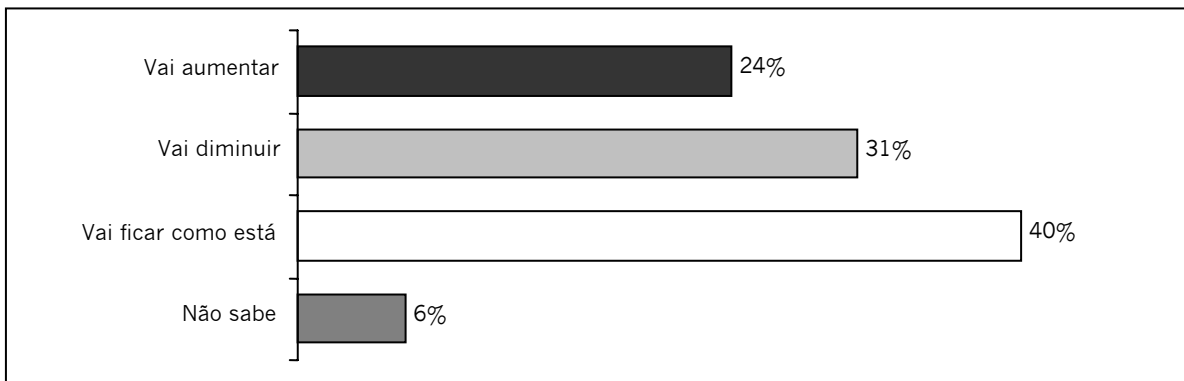


Fonte: Datafolha.

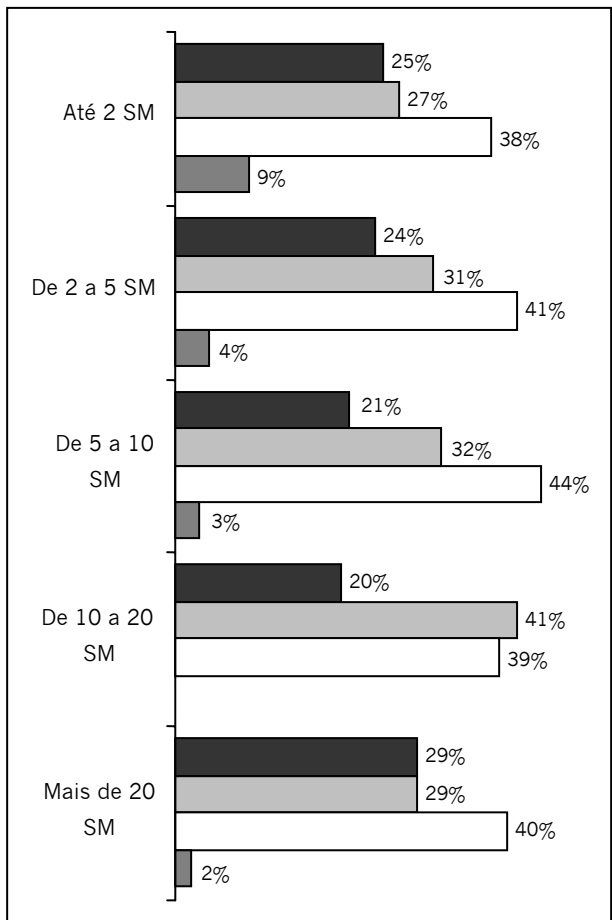
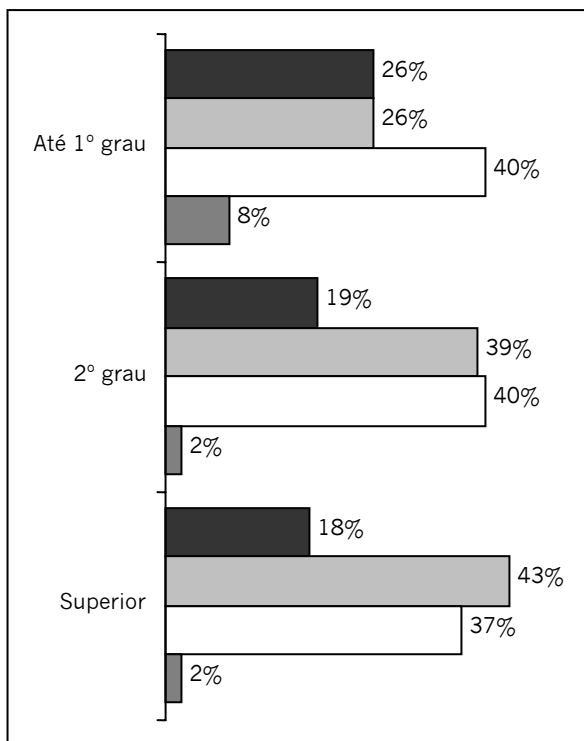
Pergunta: Na sua opinião, daqui para frente o desemprego vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

Expectativa quanto ao PODER DE COMPRA

1995



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

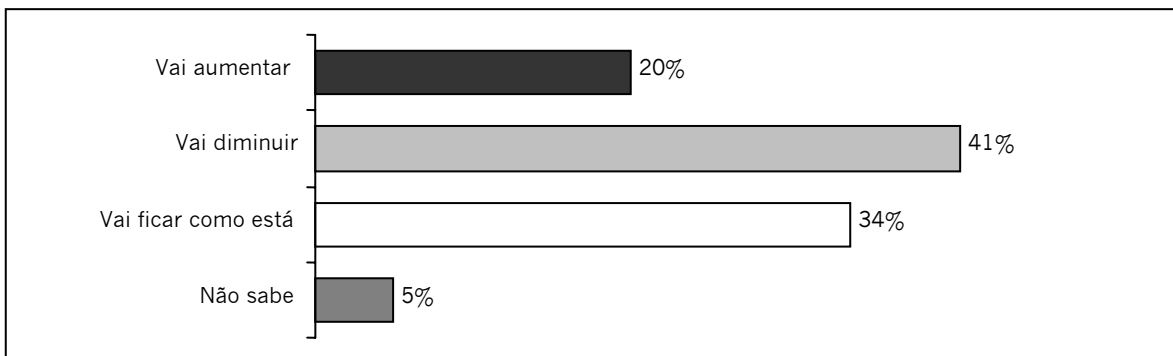


Fonte: Datafolha.

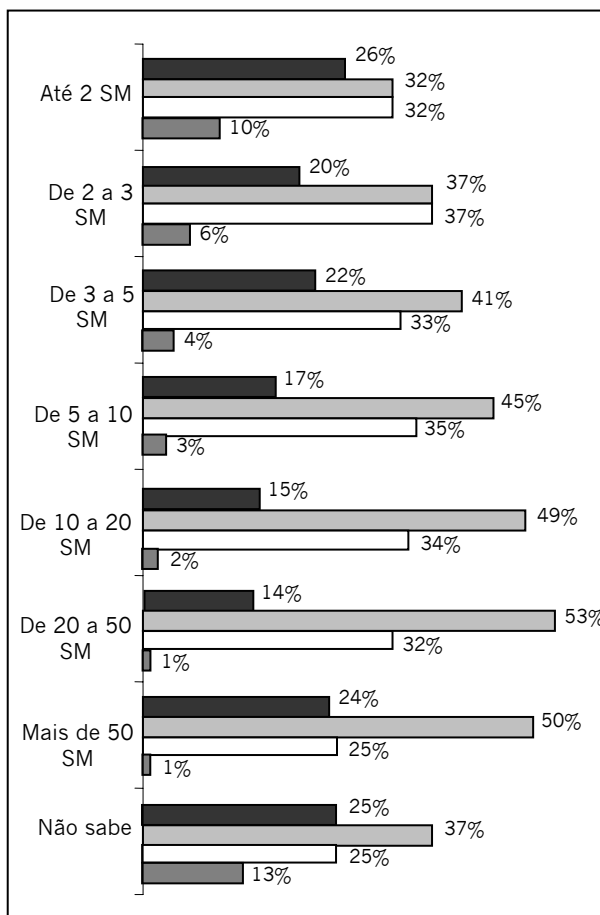
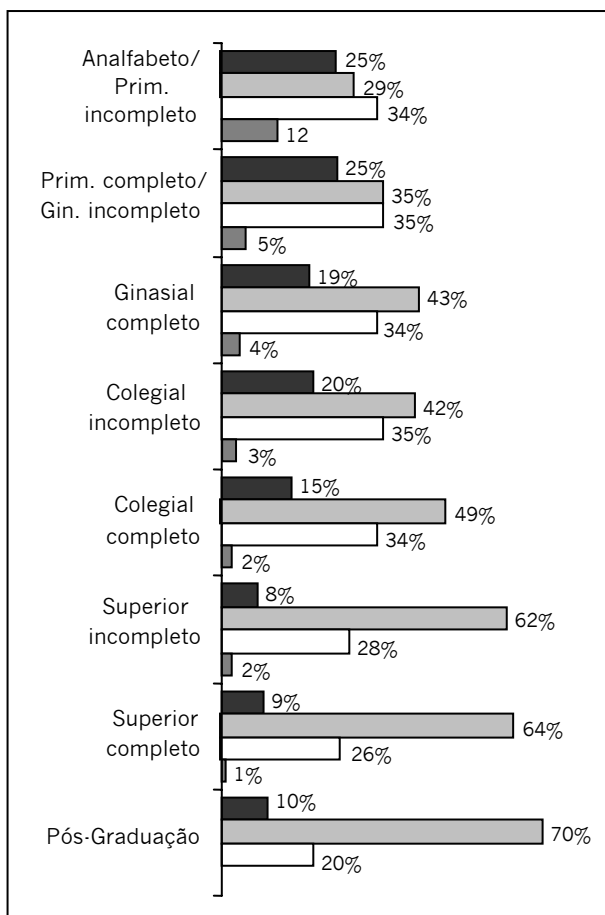
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente o poder de compra vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

Expectativa quanto ao PODER DE COMPRA

1997



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

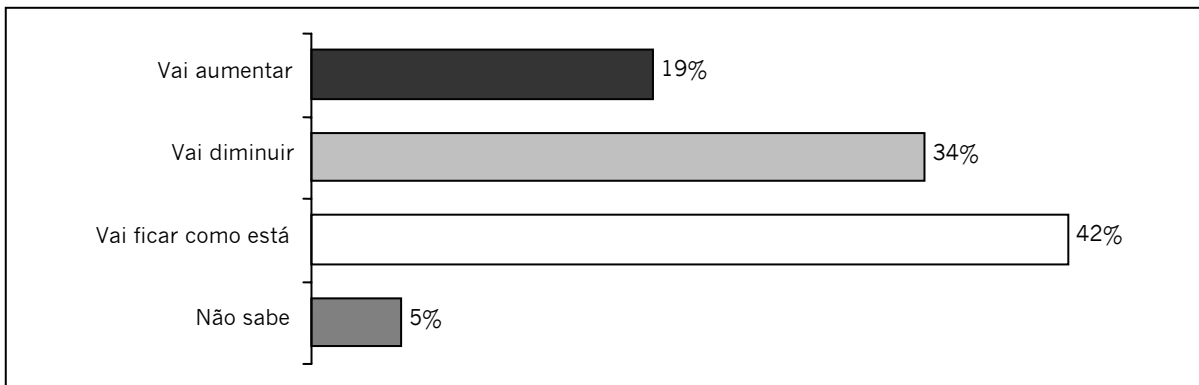


Fonte: Datafolha.

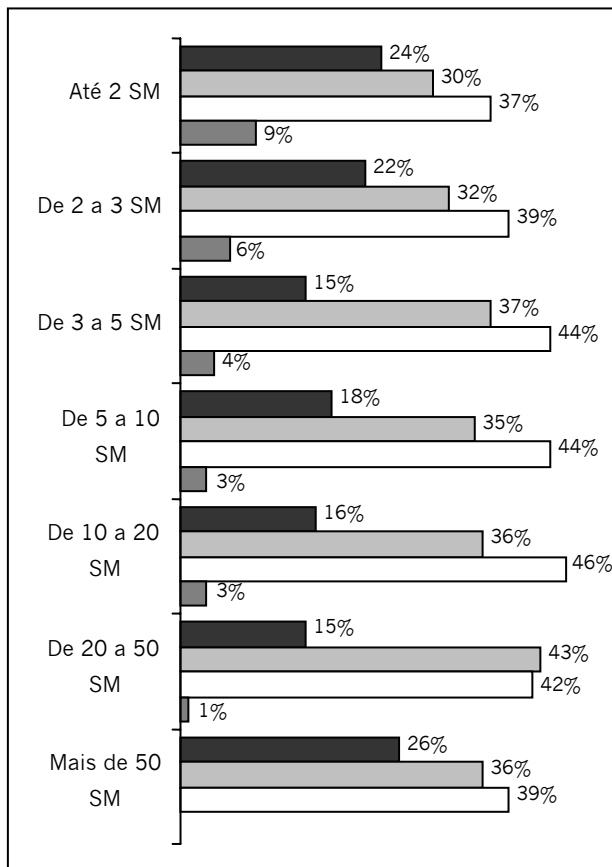
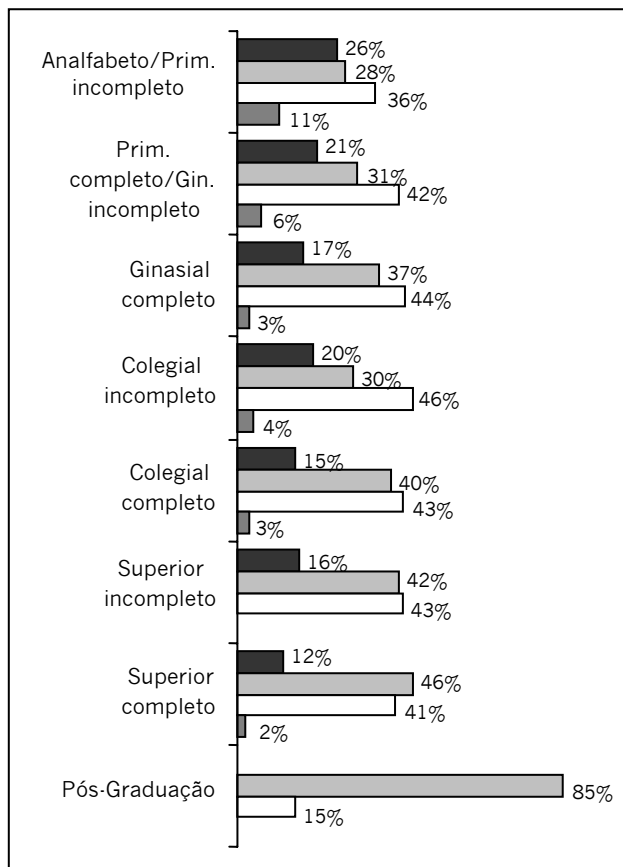
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente o poder de compra vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

**Expectativa quanto ao PODER DE COMPRA**

**abril / 1998**



**As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA**

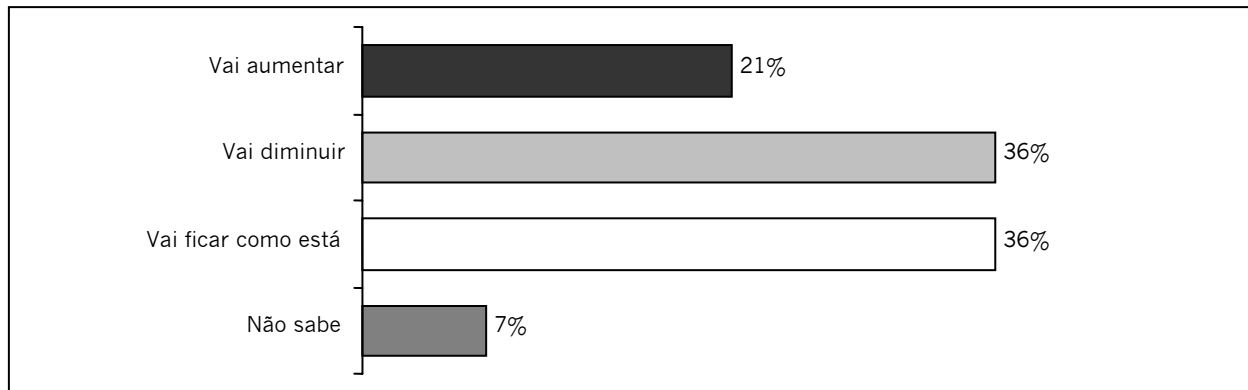


Fonte: Datafolha.

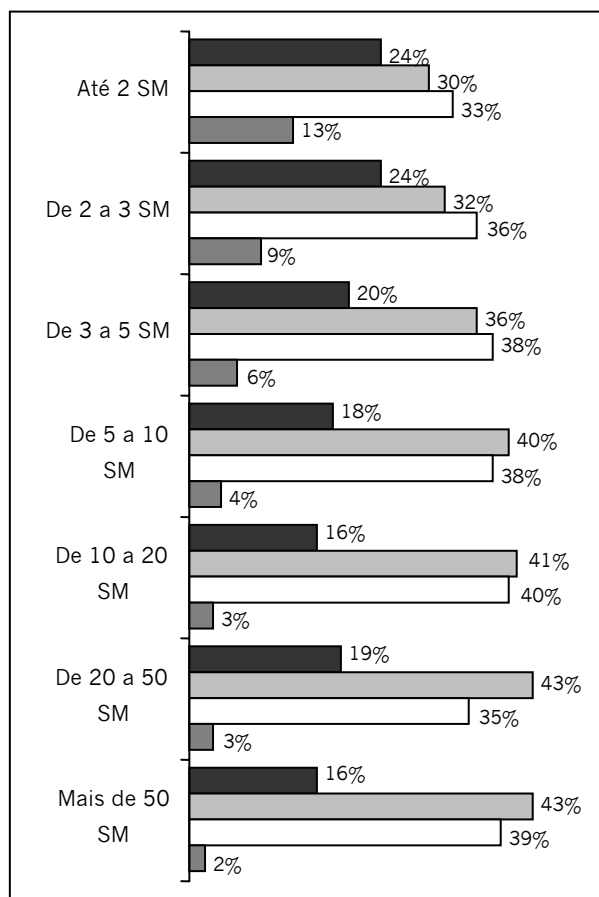
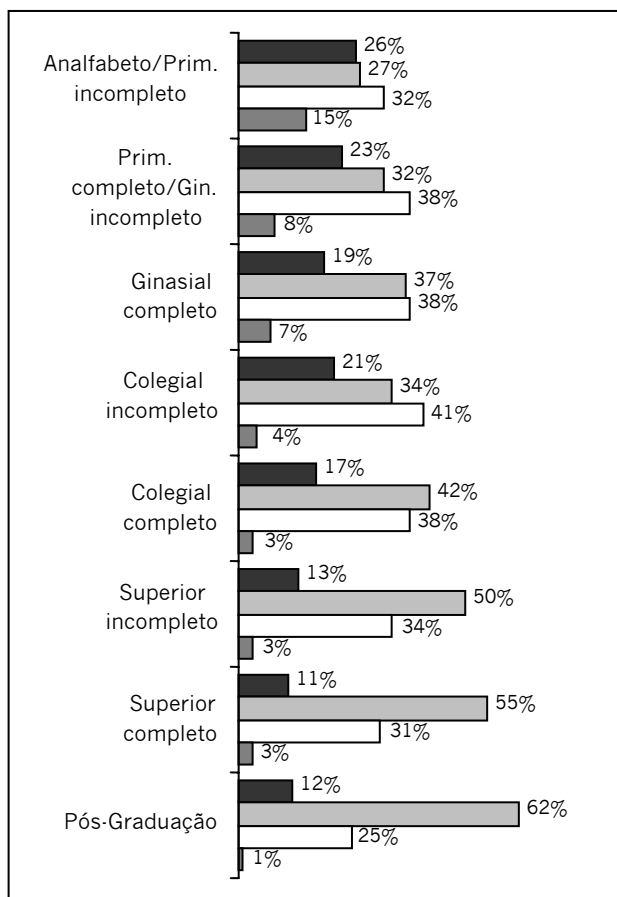
Pergunta: Na sua opinião, daqui para a frente o poder de compra vai aumentar, diminuir ou ficar como está?

Expectativa quanto ao PODER DE COMPRA

junho / 1998



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



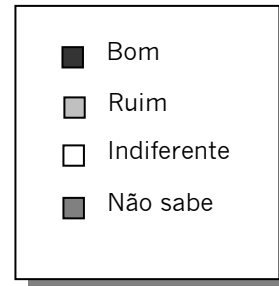
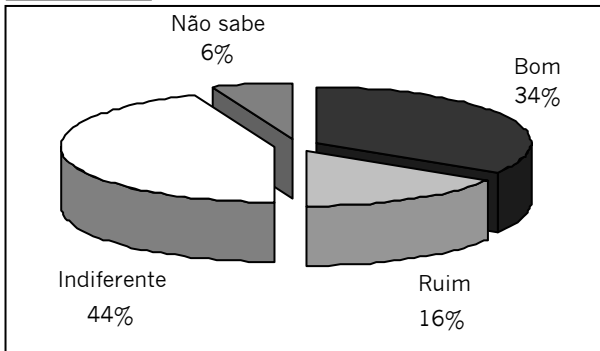
Fonte: Datafolha.

Pergunta: Na sua opinião daqui para a frente o poder de compra vai aumentar, diminuir ou ficar como está?



### Avaliação do PLANO REAL para o entrevistado

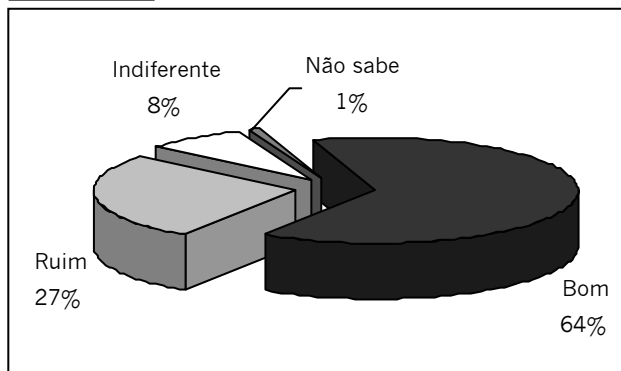
1995



Fonte: Datafolha.

Pergunta: A implantação do Real, que substituiu o Cruzeiro Real, completou um ano no último mês. De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para você?

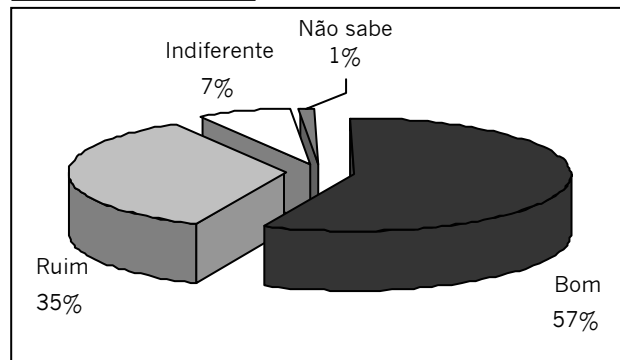
1997



Fonte: Datafolha.

Pergunta: De modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para você?

abril / 1998



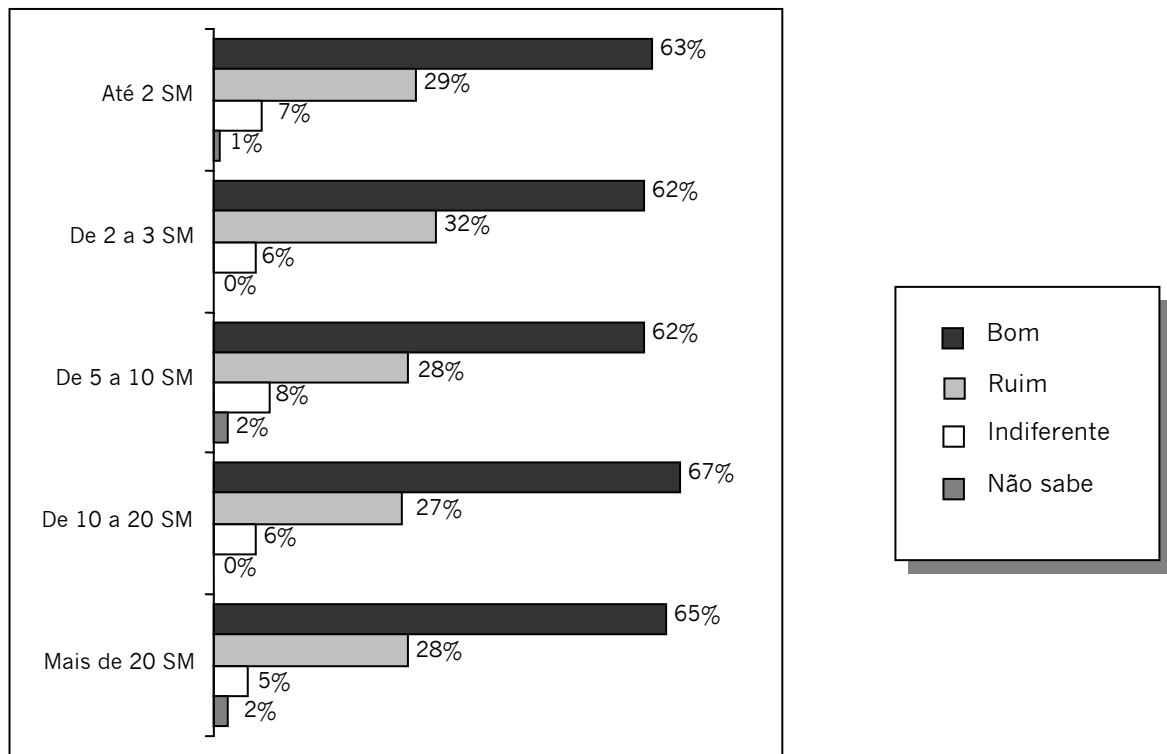
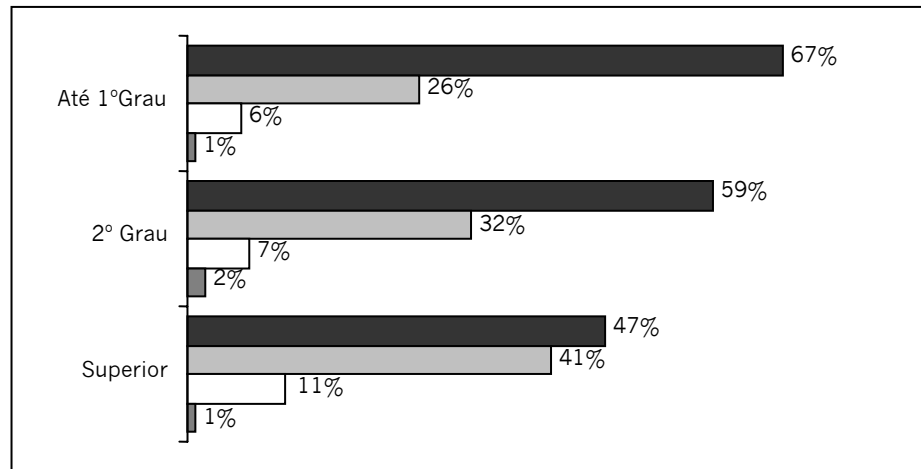
Fonte: Datafolha.

Pergunta: De modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para você?

Avaliação do PLANO REAL para o entrevistado

1995

As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



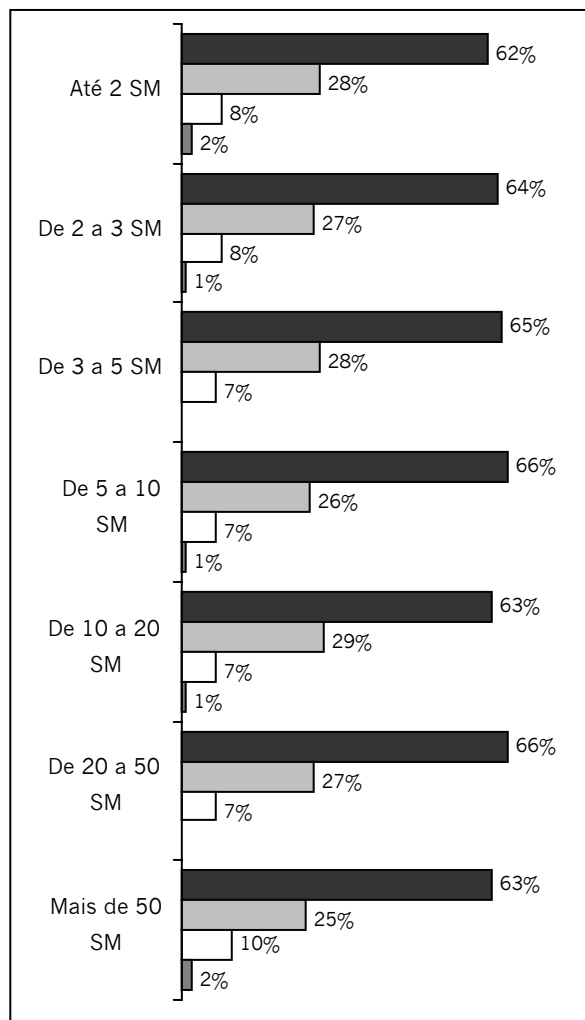
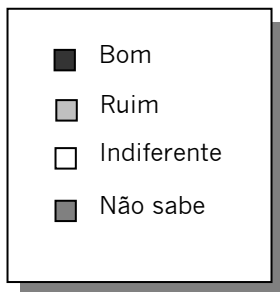
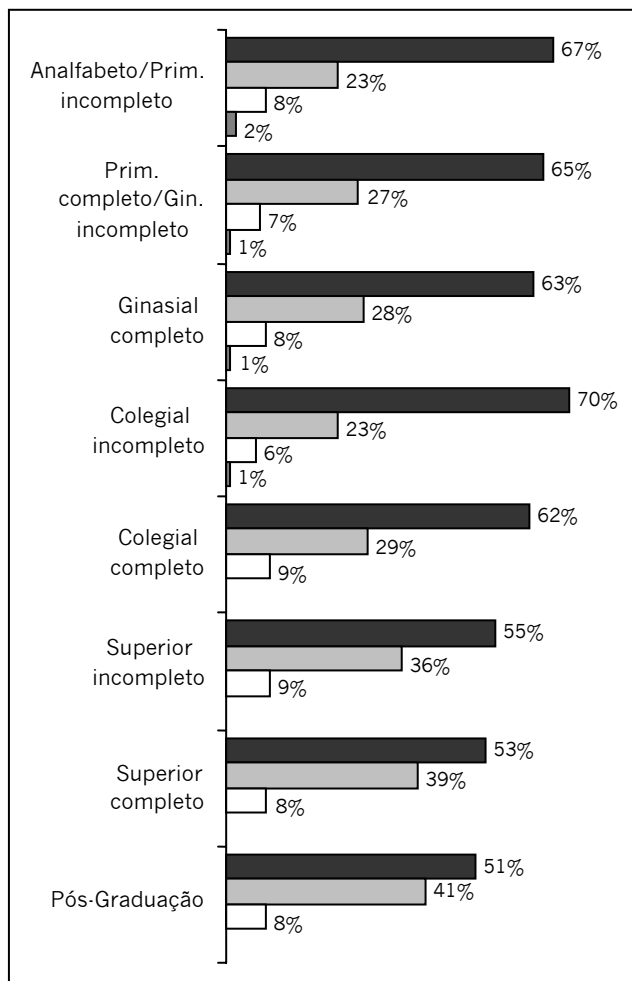
Fonte: Datafolha.

Pergunta: A implantação do Real, que substituiu o Cruzeiro Real, completou um ano no último mês. De um modo geral, você acha que o plano real está sendo bom ou ruim para você?

Avaliação do PLANO REAL para o entrevistado

1997

As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



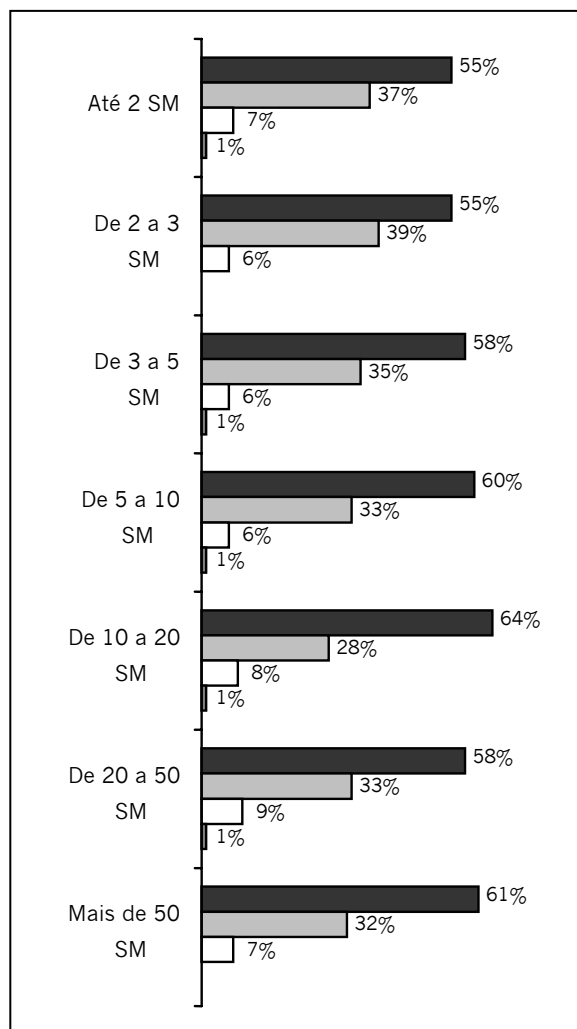
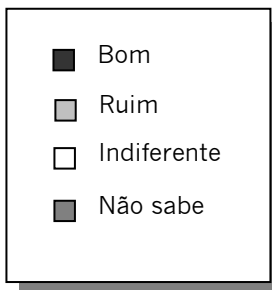
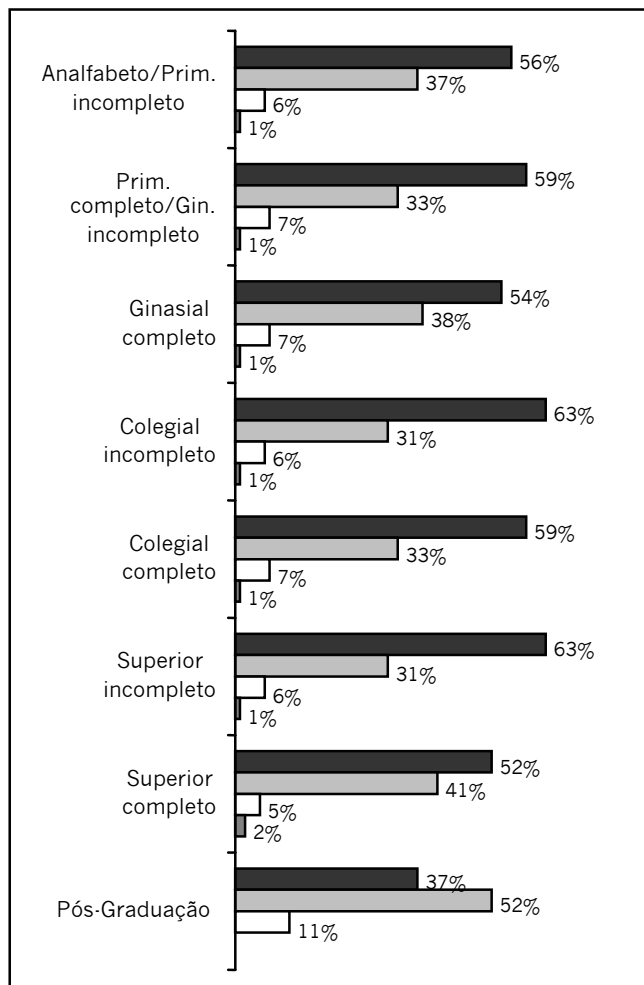
Fonte: Datafolha.

Pergunta: De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para você?

Avaliação do PLANO REAL para o entrevistado

abril / 1998

As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

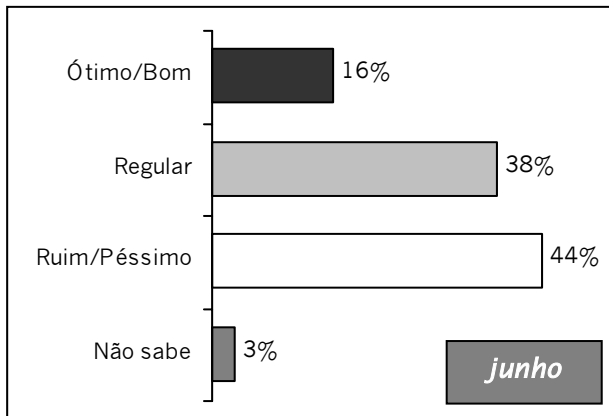
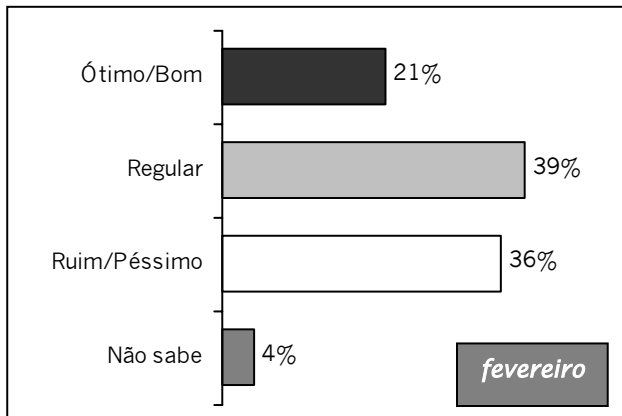


Fonte: Datafolha.

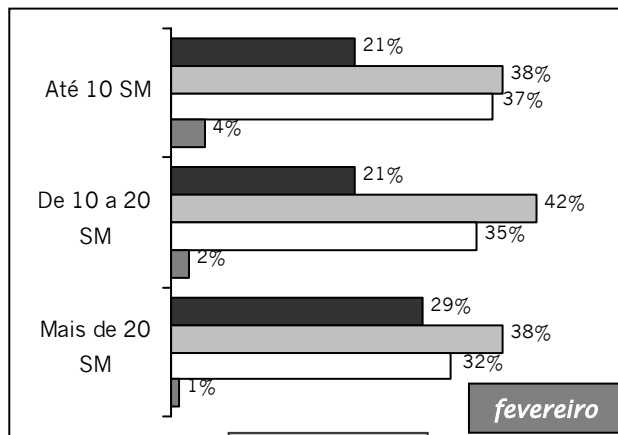
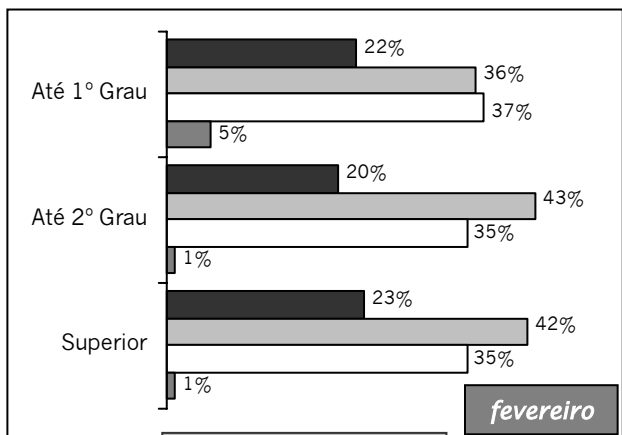
Pergunta: De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo bom ou ruim para você?

Avaliação do Presidente FHC

1999

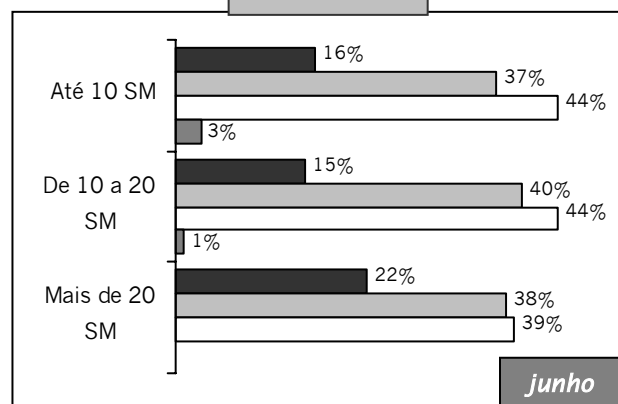
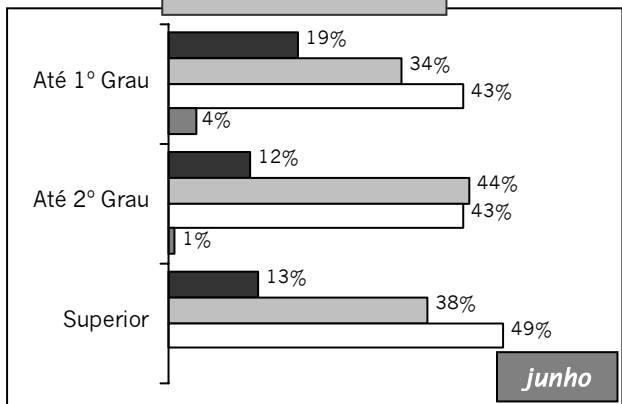


As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



escolaridade

renda



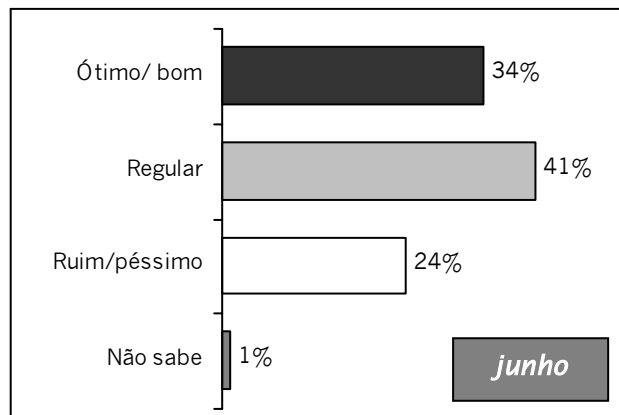
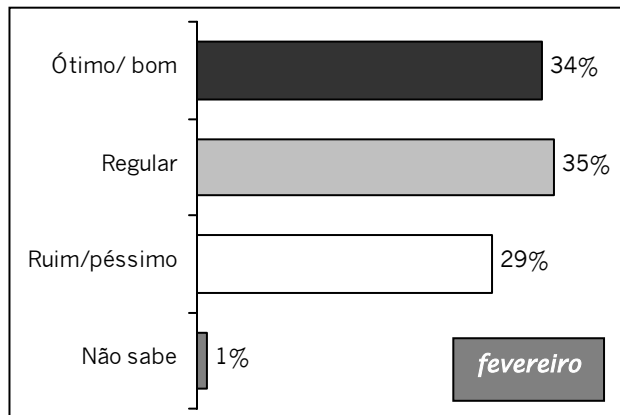
Fonte: Datafolha.

Pergunta: "Na sua opinião, o presidente está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?"

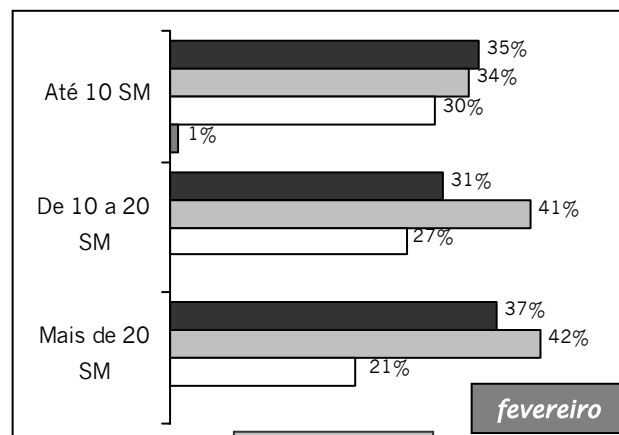
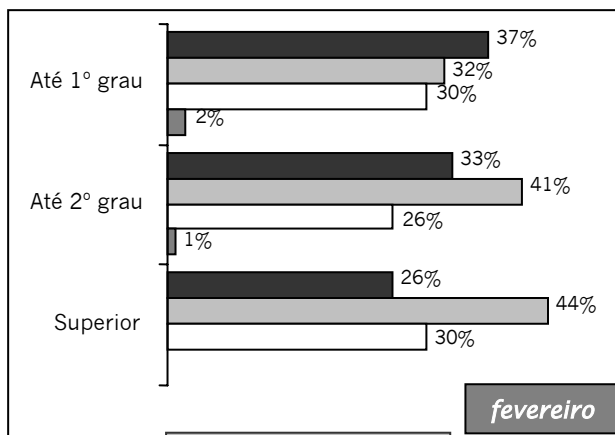
Obs.: A diferença para 100% corresponde às respostas "não respondeu" e "não se aplica".

### Avaliação do PLANO REAL

1999

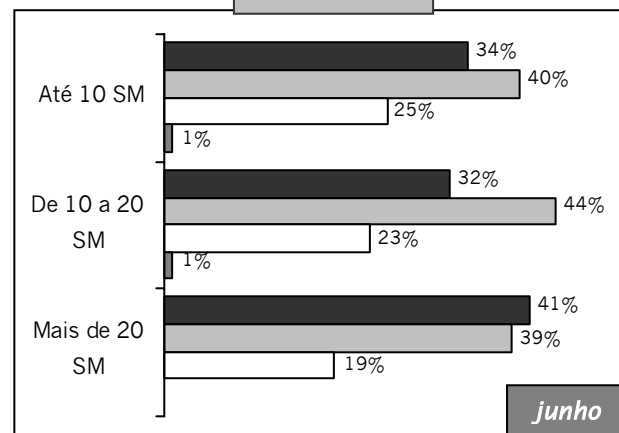
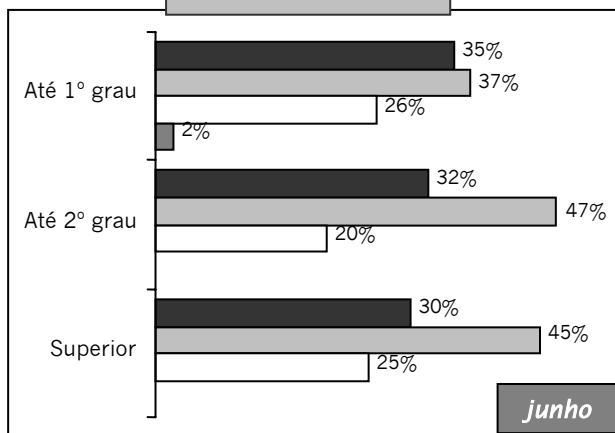


### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



escolaridade

renda

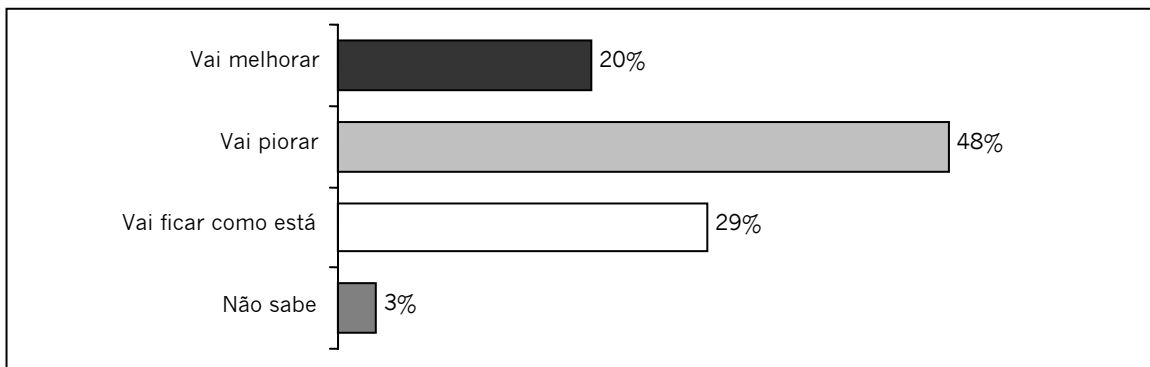


Fonte: Datafolha.

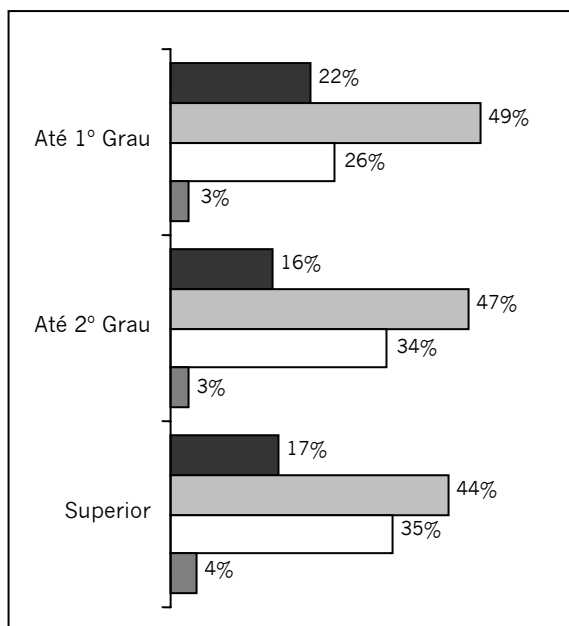
Pergunta: "De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?"

Obs: A diferença para 100% corresponde às respostas "não respondeu" e "não se aplica".

## Os Paulistanos e a Avaliação da SITUAÇÃO ECONÔMICA do país

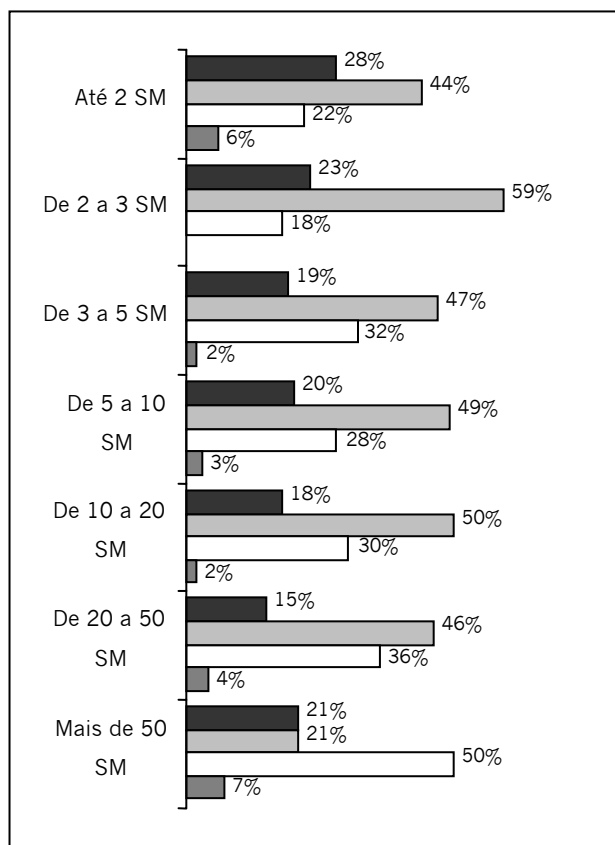


### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



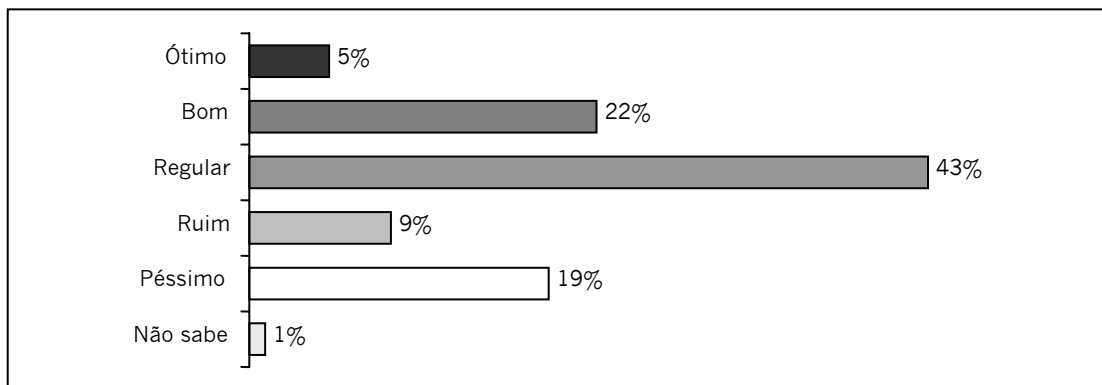
Fonte: Datafolha.

Pergunta: Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está?

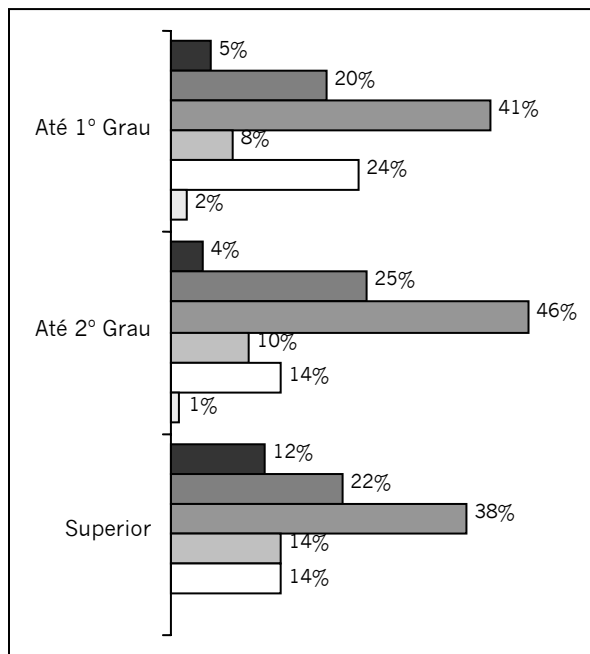


### Avaliação do Presidente FHC

SP - 1997

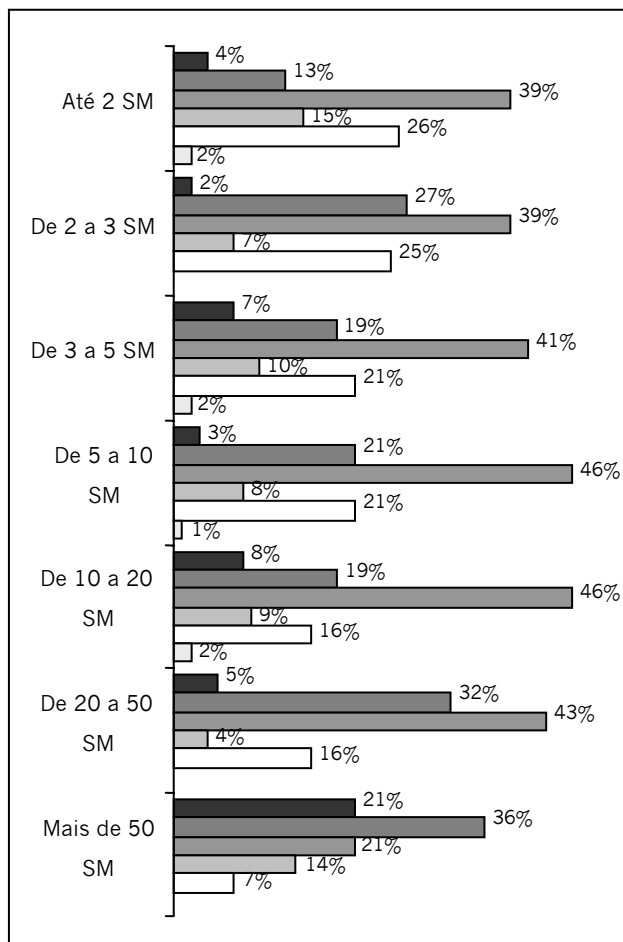


### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



Fonte: Datafolha.

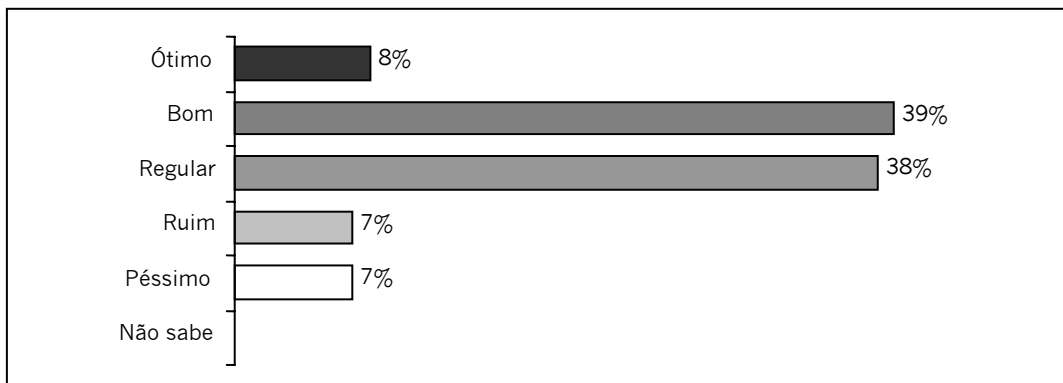
Pergunta: Na sua opinião, o presidente Fernando Henrique está fazendo um governo?



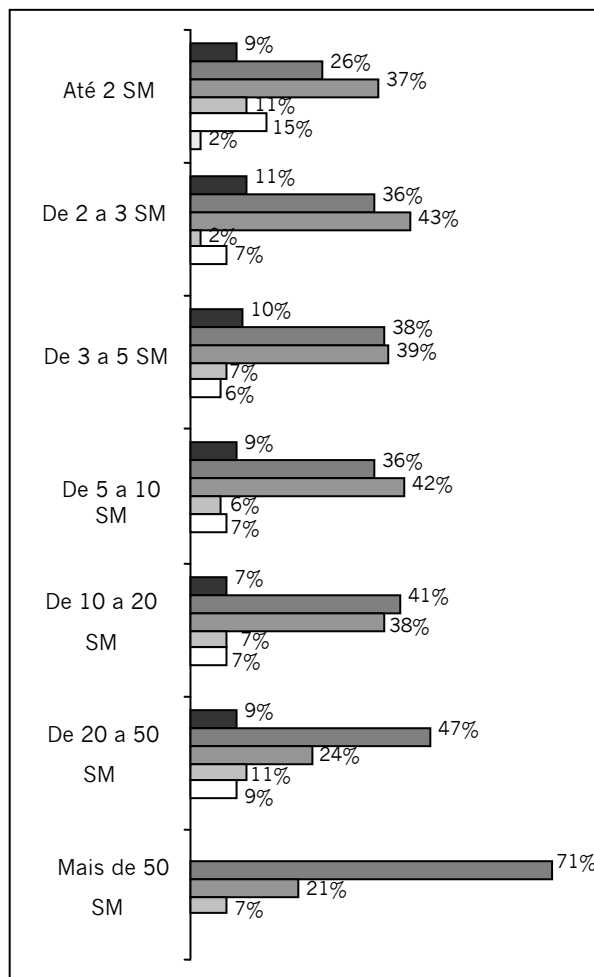
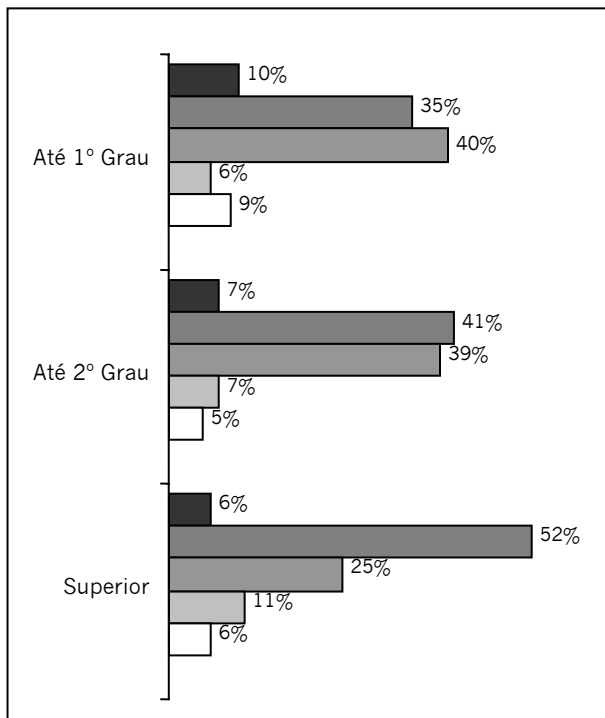


Avaliação do PLANO REAL

SP - 1997



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



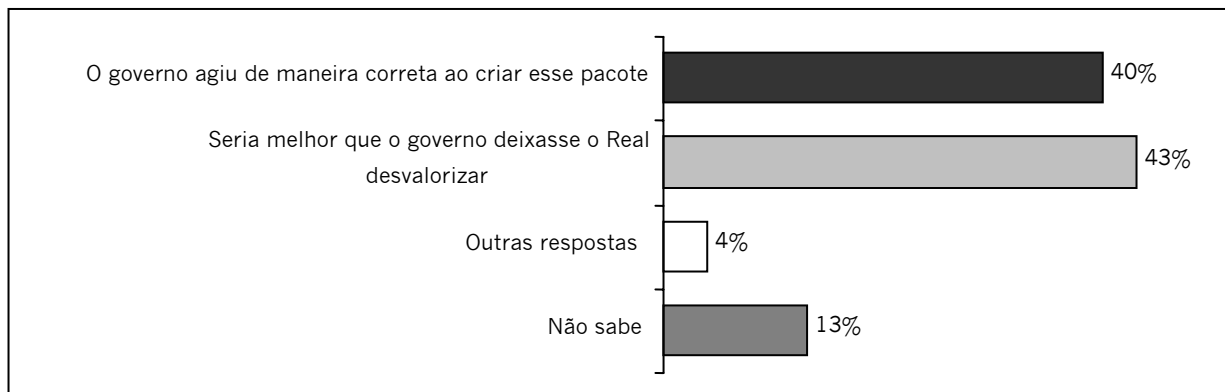
Fonte: Datafolha.

Pergunta: De um modo geral, você acha que o Plano Real está sendo?

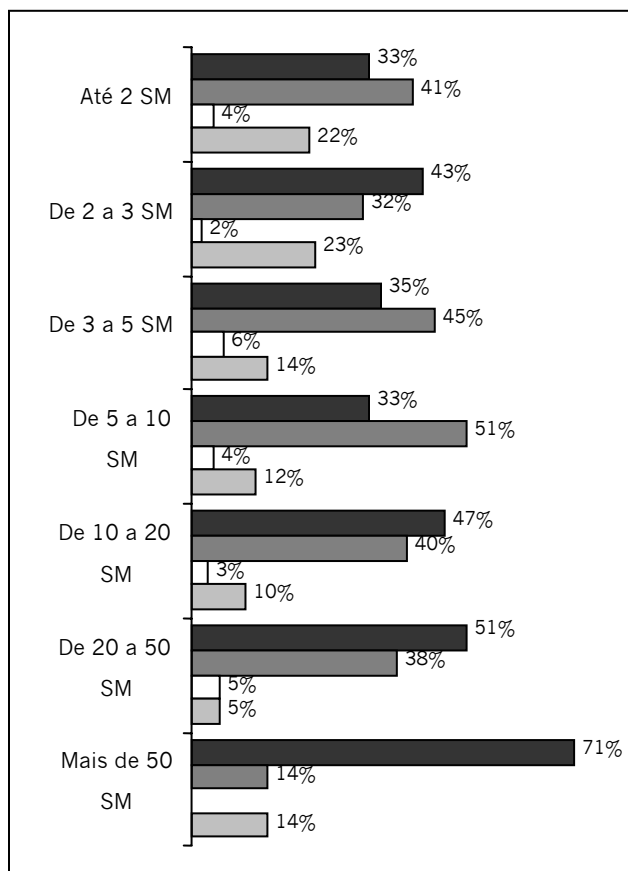
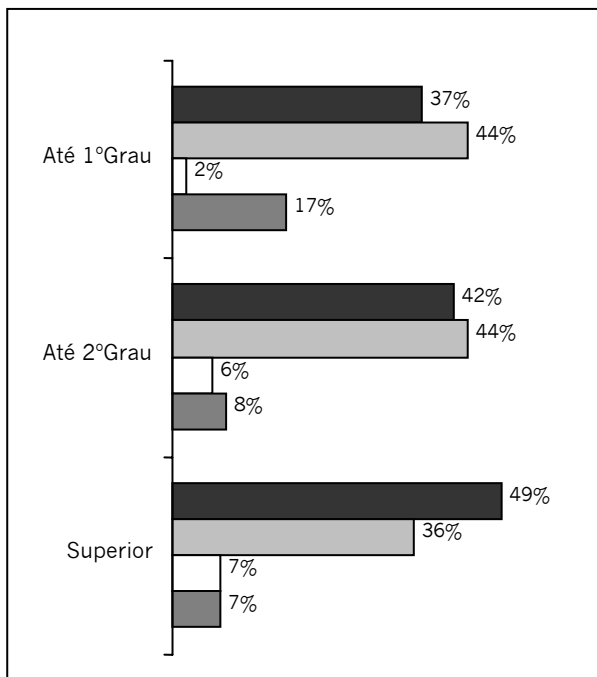
## O “Pacote” Econômico de 1997

### Avaliação sobre a ATITUDE DO GOVERNO

SP – 1997



### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



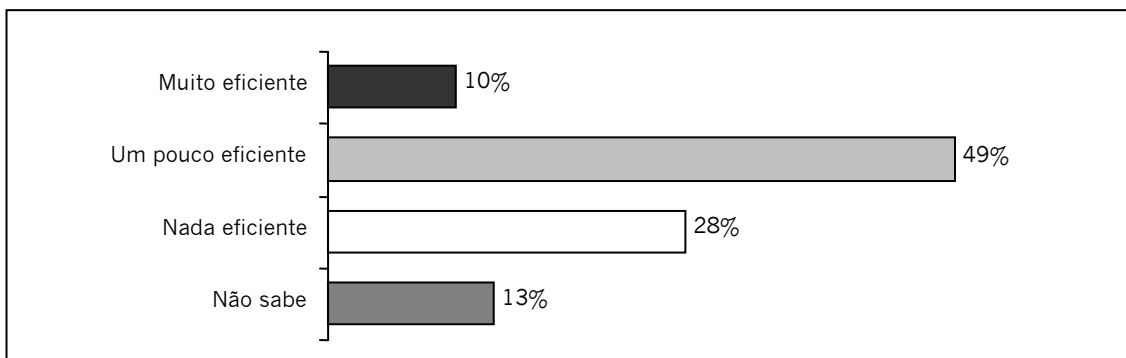
Fonte: Datafolha.

**Pergunta:** O governo afirma que essas medidas são necessárias para evitar a desvalorização do Real o que dificultaria os investimentos estrangeiros e poderia trazer a inflação de volta. Outras pessoas acham que, ao invés de tomar essas decisões, o governo deveria deixar o Real ficar um pouco desvalorizado em relação ao dólar, como acontece com a moeda de outros países. Na sua opinião”

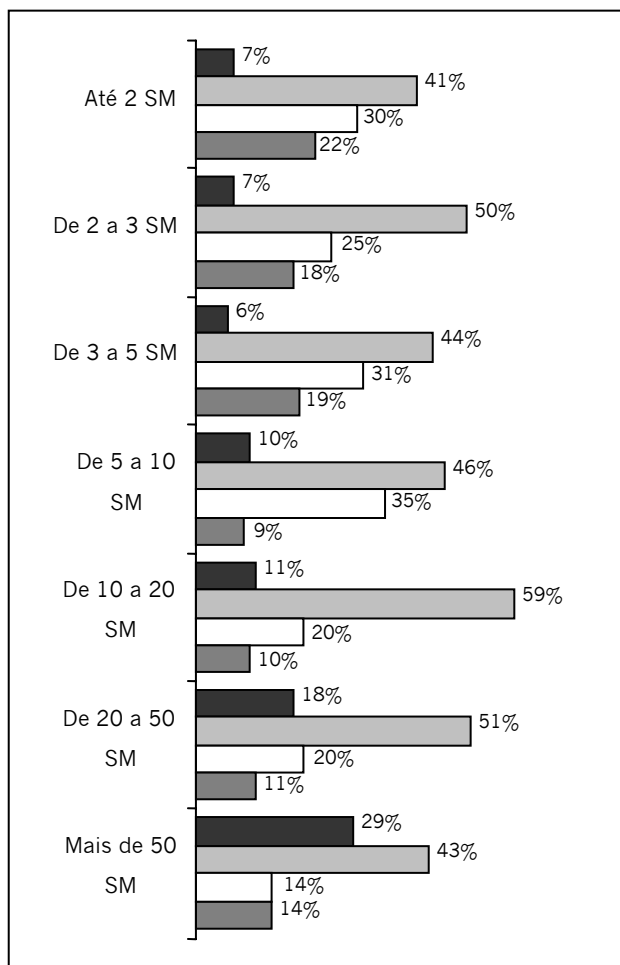
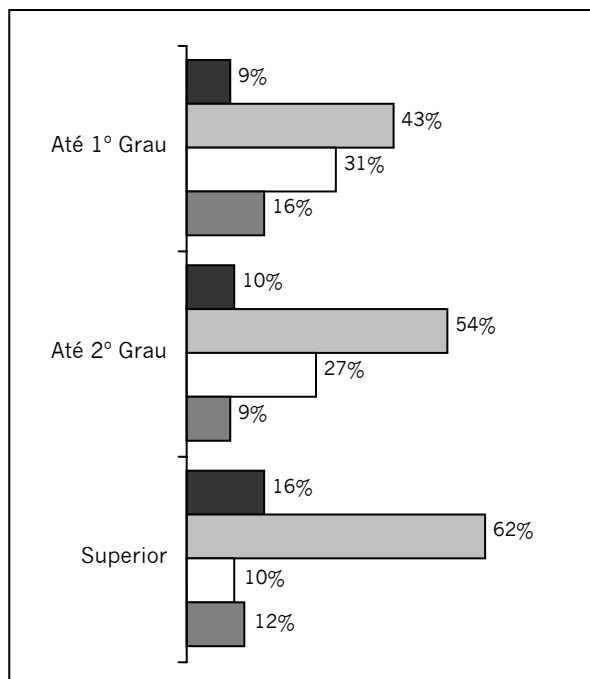
O "Pacote" Econômico de 1997

SP - 1997

Avaliação da EFICIÊNCIA do "Pacote"



As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA

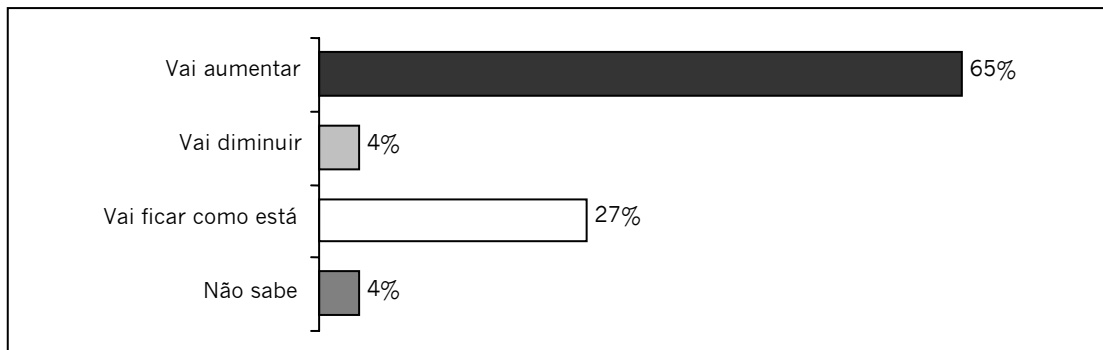


Fonte: Datafolha.

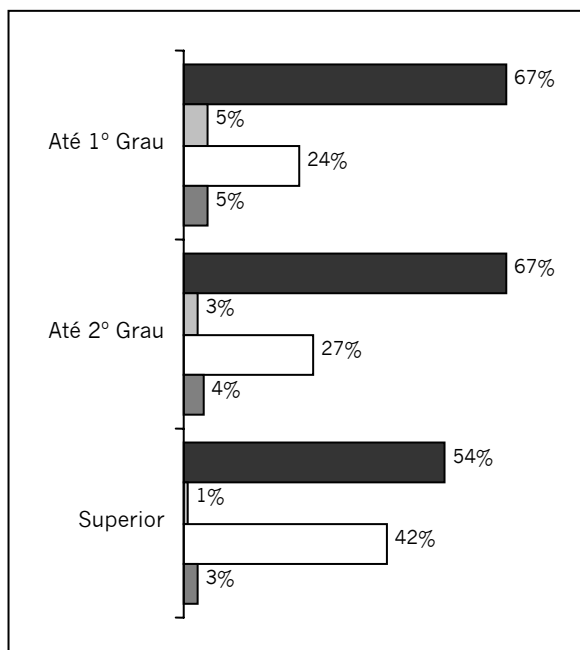
Pergunta: "Na sua opinião, esse pacote econômico será muito eficiente, um pouco eficiente ou nada eficiente para impedir a desvalorização do Real?"

## Expectativa de INFLAÇÃO dos Paulistanos

SP – 1997

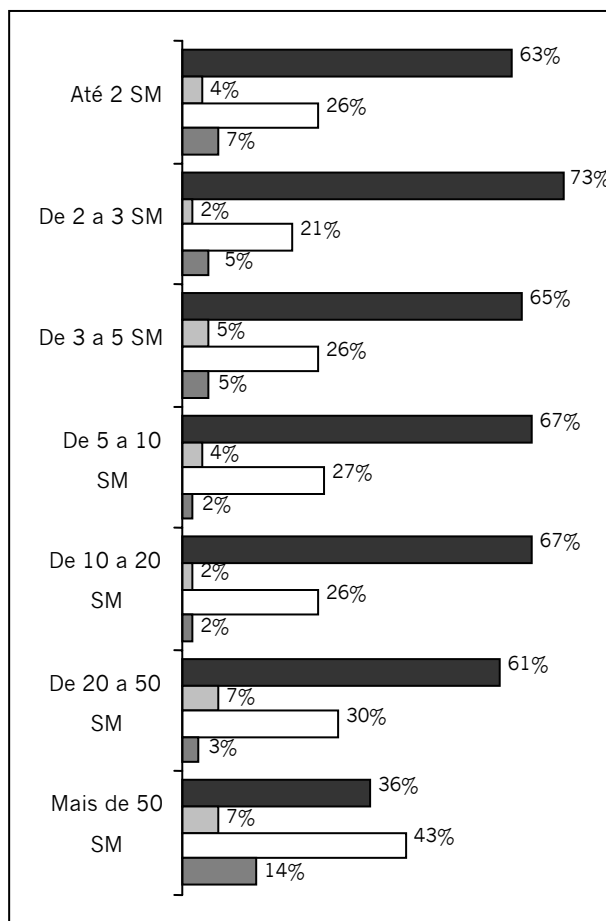


### As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



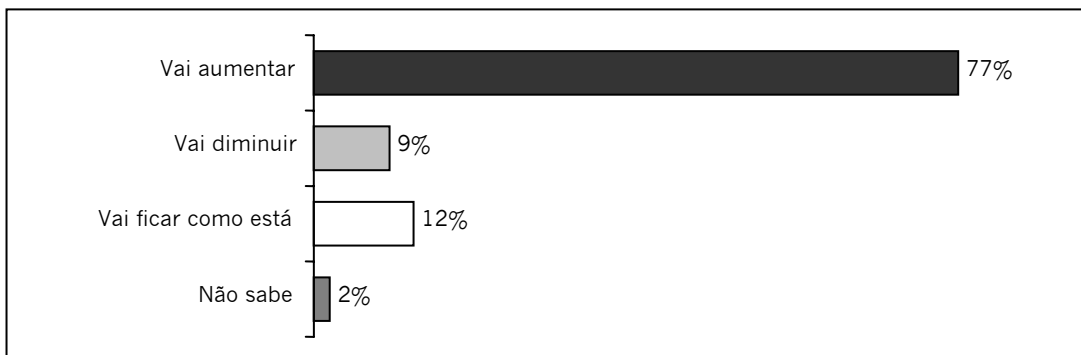
Fonte: Datafolha.

Pergunta: "Na sua opinião, daqui para a frente a inflação vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?"

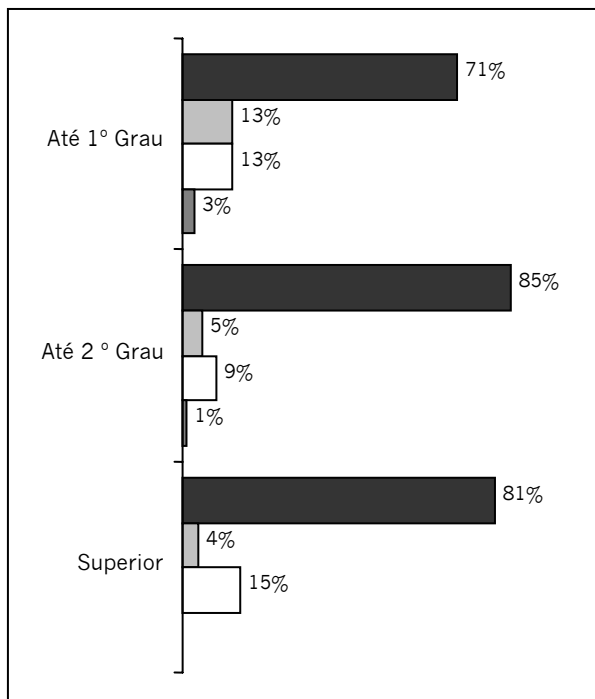


Expectativa de DESEMPREGO dos Paulistanos

SP – 1997

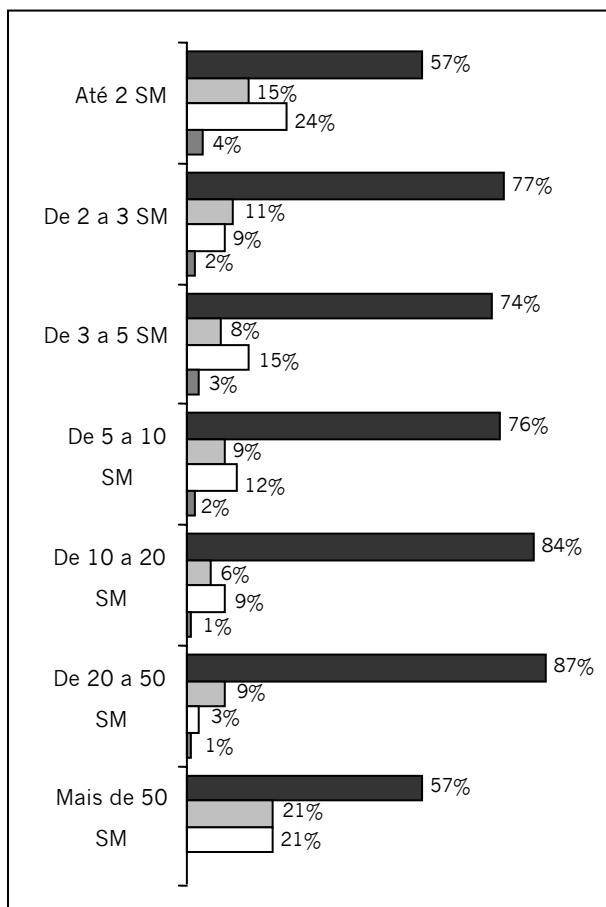


As opiniões segundo ESCOLARIDADE e RENDA



Fonte: Datafolha.

Pergunta: "Na sua opinião, daqui para a frente o desemprego vai aumentar, vai diminuir ou vai ficar como está?"



## Ficha Técnica

### Datafolha

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
<b>Gráfico de Evolução da Avaliação FHC x Real</b>			
26 e 27/01/95	3.044	População do Brasil, acima de 16 anos	Estratificação por sexo e por idade, com sorteio aleatório
20 a 22/06/95	14.562		
12 a 15/12/95	12.495		
18 a 20/06/97	15.688		
16/09/97	2.698		
15 a 17/12/97	13.437		
10 e 11/03/98	2.980		
29 e 30/04/98	3.728		
27 e 28/05/98	3.132		
08 e 09/06/98	12.592		
08 e 09/07/98	4.380		
12 a 14/08/98	10.289		
01 e 02/09/98	13.859		
17 e 18/09/98	17.797		
24 e 25/09/98	20.228		
10 e 11/12/98	11.851		
03 e 04/02/99	2.076		
09 e 11/06/99	12.028		
<b>Seção Nacional</b>			
09/1995	2.921	População do Brasil, acima de 16 anos	Estratificação por sexo e por idade, com sorteio aleatório
12/1997	13.437		
04/1998	3.728		
06/1998	12.592		
02/1999	2.076		
06/1999	12.028		
<b>Seção São Paulo</b>			
11/11/1997	640	População da Cidade de São Paulo, acima de 16 anos	Amostragem por moradores da cidade de São Paulo

### IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
13/05/1996	3.000	População do Brasil, acima de 16 anos	Representativa do eleitorado do país, elaborada por cotas proporcionais em função de variáveis significativas do universo: sexo, idade, atividade e posição na ocupação

#### Tabela de Comparação Salário Mínimo x Dólar:

<b>1995</b>	<b>1999</b>
<b>1 SM = US\$ 112,00</b>	<b>1 SM = US\$ 80,00</b>

*Cidadania, opinião pública e meios de  
comunicação:  
a Argentina dos anos 90*

---

**Isidoro Cheresky**

Universidade de Buenos Aires

---

**Resumo**

O autor analisa as transformações da representação política, de significado da cidadania e do papel da opinião pública nos processos políticos. Mostra como a opinião pública constituída em torno dos meios de comunicação definiu importantes alterações nas formas de mobilização e participação na Argentina dos anos 90.

**Palavras-chave:** cidadania, opinião pública, participação política, meios de comunicação.

**Abstract**

The author analyses the transformation of the political representation, the meaning of citizenship and of public opinion in the political processes. He shows how the role of public opinion established by the mass media produced significant changes in the mobilization and political participation in Argentina in the 90's.

**Keywords:** citizenship, public opinion, political participation, mass media

## **Uma política sem sujeito**

O termo cidadania ganhou força nos últimos tempos (ZOLO, 1993), particularmente no caso da Argentina. O uso estendido deste vocábulo faz parte de uma renovação na linguagem, ilustrativa de mudanças no regime político, especialmente nas sociedades com tradição populista.

De quais mudanças está dando conta o emprego renovado do termo cidadania? Uma observação dirigida ao que vem sendo questionado ou está em vias de extinção na vida política parece justificar um diagnóstico de crise para o conjunto do dispositivo democrático. A própria representação política que, desde o nascimento do governo representativo no século dezenove transitava pelos partidos e pelas corporações sócio-profissionais, está em mutação. Em lugar do antigo enquadramento encontramos cada vez mais indivíduos “liberados” das atribuições com as quais tradicionalmente se identificavam, as quais são, ao menos em parte, substituídas por um laço virtual que se constrói nos cenários oferecidos pela televisão e por outros meios de comunicação. Neste cenário, uma variedade de agentes procura estabelecer uma relação comunicativa e interpretativa com a audiência. Para muitos contemporâneos esta é a principal, senão exclusiva conexão com a vida pública e política. A representação política nestas novas condições parece ter adotado características distintas das conhecidas e parece ter se ampliado, incluindo em uma relação bastante direta representantes que aspiram ao poder político, junto a outros agentes representativos, no sentido de se encarregarem da interpelação política.

Neste contexto emerge também um forte personalismo, posto que os líderes concentram uma identificação que antes se dirigia, ao menos em parte, às instituições. Contudo, o envolvimento com estas personalidades da mídia não tem o sentido do vínculo que no passado ligava as massas ao líder populista. Os novos cidadãos, longe de adotar identidades permanentes no plano político, freqüentemente escolhem segundo o fluxo dos acontecimentos, o laço “mass-midiático” e instável. Os líderes sustentam uma dependência inédita em relação a uma opinião pública mutante, mas a audiência e os eleitores correm o risco de serem confinados a uma posição passiva e, além disso, não têm uma resposta prática à questão sobre se é possível conquistar um lugar ativo nessas redes comunicativas.



Em sociedades como a Argentina, de tradição populista, a referência à cidadania está ocupando o lugar que se destinava ao povo quando se menciona a fonte de legitimidade. O povo era o ator do qual emanava a legitimidade do poder e era reconhecido por sua alteridade com relação a um adversário com o qual se franqueava uma luta existencial. Este ator, o ator político por excelência, estava dotado de uma vontade considerada constitutiva, isto é, preexistente à competência política que existe entre aqueles que pretendem representá-lo ou dirigi-lo.

Este caráter natural, não construído, aspirado por esta noção serviu para fundar pretensões de legitimidade alternativas às que se justificam pelos procedimentos eleitorais democráticos. Líderes e vanguardas em contextos populistas ou revolucionários estabeleceram relações de representação baseadas não na liberdade política, mas em um saber ou em uma consubstancialidade com a identidade do povo que servia para burlar a expressão livre e formalizada da vontade política. Porém, em contextos mais legalistas, a referência ao povo também foi predominante na época em que as forças políticas se assentavam real ou imaginariamente em uma base social definida.

Por oposição, a legitimidade contemporânea tem sua fonte em uma massa de indivíduos heterogênea com apenas certos atributos formais como condição comum. Esta referência ganha uma forma a tal ponto universal que não é reconhecida como um antagonismo concreto e permanente. As clivagens de grupo e de enfrentamento da cidadania em consequência são transitórias, dado que esta não é em si mesma um sujeito, nem parece gerar sujeitos com pretensão substancial como era o povo anteriormente.

O termo cidadania tem, antes de tudo, a significação de um *status* que alude ao conjunto de direitos garantidos pela lei e em particular aos direitos políticos que estão na base da representação legítima. Neste sentido, a cidadania é uma categoria abstrata que, com o mero requisito da nacionalidade, reagrupa os indivíduos independentemente de suas identidades particulares e os confronta à simples reclassificação de suas preferências políticas, que pode permanecer anônima.

Mas ao dizer cidadania alude-se também aos indivíduos que participam de alguma maneira da deliberação pública e mais especificamente da vida associativa política e político-social. Neste segundo sentido, são cidadãos aqueles que manifestam interesse efetivo nos assuntos públicos, isto é, traduzem uma condição potencial em alguma forma de atividade, mesmo que seja tão somente a de constituir opiniões publicitadas<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Quando se considera a cidadania nesta dimensão ativa costuma empregar-se o termo "sociedade civil". Este conceito foi difundido para referir-se ao renascimento da vida pública não estatal nos países do Leste Europeu logo após a queda dos regimes comunistas. E. Gellner, que considera uma visão alternativa ao ideal comunista, o define nestes termos: "A mais simples, imediata e intuitivamente óbvia

Embora o termo cidadania refira-se essencialmente à relação dos indivíduos com a vida política, esta relação está condicionada por dimensões sociais mais gerais. As transformações no mundo do trabalho - transformações tecnológicas, jurídicas e associativas - e a revolução comunicacional - geradora de vínculos sociais virtuais e deslocados - estão modificando significativamente as relações sociais e, nessa medida, condicionam especificamente os vínculos políticos. Porém, essas transformações gerais são apenas condições e, em consequência, não explicam os processos de cidadania que serão tratados aqui.

A cidadania, conjugando sua definição de *status* cidadão com sua consideração como modo de atividade cívica efetiva, define um modo específico de consideração da legitimidade. Neste conceito convergem a idéia democrática de fonte da representação (a vontade popular), que pode ser vista a partir de uma perspectiva individualista (o eleitorado); a idéia liberal de um âmbito onde se desenrolam direitos de índole civil, mas garantidos pela lei (o âmbito da liberdade negativa segundo I. Berlin), e a idéia republicana de atividade cidadã especificamente política, porém não meramente representativa, respaldada por um dispositivo institucional de equilíbrio de poderes (a organização republicana do poder).

Produz-se, então, uma mutação na fonte do poder que tem uma significação mais vasta. A passagem do povo à cidadania vai da unidade e unanimidade a diferenciação e diversidade. Ao reconhecer a primazia dos direitos, retira-se da vontade política toda a pretensão de ser um dado natural e passa-se a considerá-la como uma construção possibilitada pela autonomia dos indivíduos e pelas clivagens deliberativas. Porém, se a cidadania não chega a instituir-se, isto é, se não há a conformação de um espaço público habilitado para sua atividade, tal passagem pode simplesmente conduzir da unidade à fragmentação e da mobilização à passividade. Dado que essa passagem é incerta, ela é vista com desconfiança ou ainda com rejeição, não apenas pelos nostálgicos do comunitarismo popular, mas também pelos que almejam uma sociedade com política no sentido de uma representação crítica de si mesma.

As ressalvas a que a cidadania implique na afirmação da liberdade política se originam nas debilidades da constituição do próprio *status* cidadão, que faz com que certos direitos sejam frágeis ou não estejam assegurados. Este déficit inicial na configuração da cidadania reside nas insuficiências do estado de direito (ver

---

definição, que tem também uma boa quantidade de mérito, é a de que a sociedade civil é um conjunto de diversas instituições não governamentais bastante forte para contrabalancear o estado, ainda que não o impeça de cumprir seu papel de mantenedor da paz e árbitro dos interesses maiores, pode evitar, que domine e atomize o resto da definição”, em *Conditions of liberty - Civil society and its rivals*, Penguin, 1996. Esta definição insiste na sociedade ativa como freio ao poder do Estado e por isso mesmo dá as instituições um caráter de conjunto unificado.

O'DONNELL, 1998). O hiato entre as disposições constitucionais e o marco legal, por um lado, e a debilidade do estado, a ausência de uma burocracia pública confiável, em particular no plano da justiça e da segurança, e a proliferação de micropoderes particularistas que fazem aqui e ali sua própria lei, por outro lado, é uma primeira dimensão da limitação do *status* cidadão.

Essas limitações do estado de direito são gerais e alcançam a muitos em diversos graus. Porém, pode-se reconhecer uma disparidade entre os que têm o amparo da lei e em consequência gozam das liberdades civis e não tão somente do exercício dos direitos políticos e os que carecem dessas proteções. Esse dualismo está associado à distribuição desigual de recursos econômicos e de poder político, de modo que a eficácia da condição de cidadania permanece ameaçada pela constituição insuficiente das instituições que devem garantir o uso dos direitos.

No outro extremo dos atributos da cidadania, os direitos sociais têm sido consideravelmente recortados, como se sabe, pelo efeito da retração das políticas sociais. Esses direitos tiveram sempre um caráter mais indefinido, e habitualmente não são considerados como princípios constitutivos, cujo respeito ou descumprimento põem em jogo a natureza do regime político, e sim, como guias normativos que não constituem verdadeiramente direitos dos quais cada indivíduo possa sentir-se credor pessoal (direito à educação, ao trabalho, à habitação etc.).

Contudo, as transformações que levaram à extensão da exclusão social e à precarização do trabalho reativaram a centralidade da questão social como objeto das decisões políticas. O reconhecimento da caducidade dos mecanismos de negociação e das normativas com que se promovia a seguridade social foi generalizado, mas a expectativa de que o Estado e as políticas públicas venham a promover alternativas continua a constituir na Argentina e em outros países da região uma referência básica da vida em sociedade<sup>2</sup>. A questão que surge neste âmbito é qual modo de inclusão, não meramente assistencialista, podem pretender os que se vêem ameaçados de perder o "direito a ter direitos"<sup>3</sup>.

Este enfraquecimento nas bases tradicionais da identidade social favoreceu uma nova lógica de conformação das preferências políticas observada no que ocorre nas próprias instituições políticas.

Precisamente a referência à cidadania tem uma conotação potencialmente mais política do que a alusão ao povo, mas esta referência está associada a um

---

<sup>2</sup> Ver mais adiante a informação sobre as atitudes da população argentina comparada com a média latino-americana e dos EUA.

<sup>3</sup> Esta expressão que C. Lefort toma de H. Arendt, ainda que lhe dê um uso próprio, alude à idéia de que o pertencimento social está dado pela inserção na vida pública através da pretensão de direitos. Ser cidadão neste sentido é ter "direito a ter direitos", poder fazer um chamado à consciência pública e ter oportunidade de ser escutado. Porém, a exclusão cria essa privação maior a reclamar politicamente, que se produz quando se está próximo de perder todos os pertencimentos, isto é, os lugares mundanos onde pode-se falar e pretender reconhecimento.

contexto geral onde predominam novos termos. Assim, em sociedades de tradição diversa - entre elas a Argentina e outras novas democracias - o “estado da opinião” expande-se como elemento central da nova arena política. Se no passado a elite política estava condicionada em suas decisões pelos sindicatos e pelas corporações - a base social - por uma parte, e pela estrutura partidária por outra, agora se vê liberada dessas estruturas. Não a do poder econômico por certo, pois este reaparece sob uma nova forma: a das restrições da globalização econômica. Porém, a atenção dos políticos deslocou-se para o referencial da opinião pública, completamente onipresente, pois não tem a permanência de interesses das estruturas mencionadas e se revela enigmaticamente pelas pesquisas de opinião. Este estado da opinião costuma cristalizar-se em “opinião pública”, indicando com este termo um suposto ator, na verdade inexistente, mas que configura uma espécie de “democracia direta” ou de vontade ativa<sup>4</sup>. O estado da opinião antecipa as tendências eleitorais em uma vida política cuja substância é cada vez mais a campanha eleitoral permanente.

A opinião pública é perscrutada pelos dirigentes para orientar suas promessas e decisões, e nesse sentido é uma figura central da nova arena. A opinião pública adota a entidade da audiência à qual se dirigem os líderes políticos como objeto de sedução, e a sua outra face é a de categoria mantenedora de opiniões sondada através das medições realizadas por institutos especializados.

A opinião pública tem sido tradicionalmente objeto de controvérsia, posto que sua consistência, assim como sua eficácia em influir nas decisões governamentais, sempre foram objeto de dúvidas (ver ADROGUÉ, 1998). A importância desta categoria em sua significação atual de opinião pública *mass midiática* parece fora de dúvida, mesmo que seu peso pareça variável em cada sociedade.

O que é objeto de discussão atualmente é o significado da centralidade da opinião pública. Certamente, a posição de “audiência dos meios” comporta uma passividade que pode levar a que a opinião, ainda que não possa ser simplesmente manipulada - a menos que acreditemos que os meios de comunicação são efetivamente controlados por um agente que possa regular os efeitos de sua ação, crença esta que deve ser descartada<sup>5</sup> - possa, de fato, estar submetida a um campo de experiências políticas limitadas e permanecer como fator de heteronomia social. Contudo, a opinião pública *mass midiática* tem também um acesso inédito à informação política e constitui a audiência do espetáculo político interpretado por dirigentes, expostos como nunca à prova de verossimilhança que essa extraordinária visibilidade oriunda da televisão implica. Estas são, certamente,

---

<sup>4</sup> Ver Rosavallon, op. cit.

<sup>5</sup> Verossimilidade da interpretação de Bourdieu sobre o microclima dos periodistas, em *De La Televisión*, Anagrama, 1998.

bases novas para a liberdade política, mas por acaso, podem essas bases se desenvolver, sem um quadro de cidadania mais ampla e mais participativa?

O sujeito popular, enquanto agente da vontade política parece estar definitivamente superado, a menos que imaginemos condições nas quais se produza um retorno a um antagonismo dramático no qual esteja em jogo o próprio regime político. Mas, para a política atual<sup>6</sup> das sociedades democráticas, a cidadania tem substituído o povo. Esta cidadania não é um sujeito nem real nem eventual, como era o povo, mas sim um espaço de permanentes reagrupamentos. Sua atomização em vontades individuais no momento decisivo dos atos eleitorais é ilustrativa de sua natureza abstrata, quer a consideremos em seu caráter de *status* ou de atividade cidadã.

Inaugura-se assim a possibilidade de uma política sem sujeito, ou seja, sem identidades sociais muito duradouras. Porém, se efetivamente a evolução deu-se na direção da mera existência de líderes individuais e de audiência de massa regularmente figurada em opinião pública por meio de pesquisas, estaríamos nos aproximando do fim da política, porque não é possível imaginar sobre que bases se produziriam as lutas políticas, dado que estas sim reconhecem a dimensão do antagonismo, ainda que não revestido de um caráter substancial. A constituição da cidadania neste contexto implica a possibilidade de focos de iniciativa gerados no espaço público que, junto às instituições plurais e às forças políticas, alimentam uma vida política. A autonomia da cidadania seria a contrapartida e, provavelmente, o complemento ativo da opinião pública.

### **Genealogia da “cidadania independente”**

A expansão de uma nova cidadania evidencia-se na atualidade por uma diversidade de signos que incluem a instabilidade do voto, que faz com que o resultado das eleições dependa, mais do que no passado, do que acontece na conjuntura política e em particular no transcurso das campanhas, e das variações no estado da opinião sobre diversos temas, fato que faz com que a opinião pública seja examinada permanentemente pelos que adotam decisões políticas. É neste sentido tão particular que a referência à nova cidadania está associada à liberdade política. A fonte de legitimidade do poder aparece mais do que nunca indeterminada<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Para a distinção entre a política corrente e as conjunturas de decisão constitucional ver ACKERMAN, 1993.

<sup>7</sup> Já em 1983 o triunfo do candidato da UCR à presidência, R. Alfonsín, foi um sinal de "cidadanização" no sentido de crescimento do voto independente, que preparou o resultado então insólito da derrota de um candidato peronista em eleições livres. As eleições internas do *justicialismo* em 1988 foram interpretadas como uma reação **de identidade** dos eleitores peronistas que aderiram às promessas nacional-populares de Menem, mas, por outro lado, para isso tiveram que votar em um "outsider" contra

As transformações que levaram a conformação desta cidadania na Argentina são de natureza variada. O acesso a direitos políticos universais foi resultado de um processo que consumiu boa parte deste século. Por uma parte, sua extensão deu-se por obra da sucessão geracional: a população estrangeira, privada de tais direitos políticos, teve um peso numérico considerável nas primeiras décadas deste século, e somente nos anos trinta, e mais decisivamente no período pós-guerra, a imensa maioria da população ativa chegou a gozar dos direitos derivados da nacionalidade (DI TELLA, 1989). Por outra parte, já mais recentemente, esses direitos foram estendidos à população feminina<sup>8</sup>.

Porém, para além do fato de terem sido constitucionalmente consagrados, os direitos sofreram os constrangimentos de legislações e de restrições de fato. Os anos trinta foram célebres pela fraude eleitoral e pelas perseguições à oposição social. Posteriormente, com o peronismo, estabeleceu-se uma contraposição entre liberdades públicas e direitos sociais que deixou seu traço duradouro na crença e nos costumes populares. Seguindo a mencionada dissociação, a afirmação da vontade foi acompanhada nos primeiros anos do peronismo de uma pauta de limitada garantia aos direitos políticos (exercício formal do direito de voto, porém com impedimentos para a atividade dos partidos e de parlamentares da oposição), e de severa restrição aos direitos civis (em particular à liberdade de opinião de associação de livre acesso e permanência na função pública, das garantias à liberdade das pessoas diante da autoridade do Estado). O discurso vigente estabelecia uma relação entre essas privações e a extensão de direitos para o âmbito econômico-social que produziu grandes benefícios para os trabalhadores. Estes direitos, que inicialmente resultaram da ação sindical retomada pela intervenção do Estado, derivaram finalmente em garantias estatais reguladas pela burocracia sindical e estatal.

---

a liderança oficial do partido. Esta disjuntiva contribuiu para dissolver valores anti-pluralistas como o de lealdade e para **partidarizar** o movimento. Durante os anos 1990 houve sinais que alentaram a hipótese da independência cidadã, mesmo no período em que predominou o consenso perante a emergência econômica. Diferentes signos tornavam claro que a relação com o governo era mais crítica do que permitia ver o recorrente apoio eleitoral que recebia.

A emergência de uma terceira força - cuja denominação final seria Frepaso - ilustrou nas eleições constituintes de 1994, e o reiterou nas eleições presidenciais de 1995, a sensibilidade do eleitorado mais conectado com a informação política e sua disposição a reconsiderar suas opções partidárias.

O triunfo da oposição coligada na "Aliança" para as eleições legislativas de 1997 poderia ser considerado um fato banal em outro contexto político, mas a particularidade é que tratando-se de um triunfo frente a um governo bem sucedido desmentiu, ao menos parcialmente, as suposições sobre a atração do voto peronista (sobretudo na grande Buenos Aires, mas também em províncias do interior), assim como as conjecturas sobre o comportamento de um eleitor racional guiado por seus interesses econômicos. Uma parte daqueles setores médios que prosperaram durante a modernização conservadora compõem parte do eleitorado opositor. O elemento comum desse eleitorado, certamente heterogêneo, é sua rejeição ao estilo decisivo de governar e à corrupção.

<sup>8</sup> As mulheres conquistaram o direito de voto em 1947.

A sociedade corporativa que sobreviveu ao deslocamento do peronismo do poder preservou esta lógica que privilegiava as corporações e os acordos entre elas, prescindindo das instituições políticas que foram marginalizadas.

Como contrapartida, o antiperonismo reivindicou as liberdades públicas e as garantias individuais, as quais se pretendia assegurar, quando forças dessa inspiração chegaram ao poder com restrições aos direitos políticos. Logo após a queda do peronismo devido a um golpe de Estado, essa força ficou durante anos em uma curiosa situação de semi-legalidade. Os peronistas, salvo raras exceções, gozavam do direito de eleger, mas geralmente não podiam apresentar suas próprias listas de nomes e seus candidatos estavam impedidos de competir se pretendessem fazê-lo sob outras legendas. Fomentou-se deste modo, um imaginário político segundo o qual a preservação das liberdades públicas requeria precisamente restrições aos direitos políticos e, em conseqüência, a algumas dessas liberdades públicas. O resultado dessa situação foi a instabilidade política e a precária legitimidade dos governos civis que ocasionalmente surgiam de consultas populares. Neste contexto de inconsistência, a própria idéia de direitos se congelou e permaneceu relegada em proveito das lógicas de relações de força que buscavam fórmulas dirigidas ao estabelecimento da própria hegemonia. Durante este período não houve um princípio de legitimidade normalmente admitido e a luta dos partidos/movimento tinha como perspectiva o estabelecimento de um regime político excludente. Durante décadas a experiência comum foi uma universalização de direitos cidadãos ignorada na prática institucional, o que deixaria como saldo uma tendência a considerar o direito e as instituições como máscaras de poderes arbitrários.

A exaltação aos ideais sociais contra os direitos e a ordem política favoreceu a emergência de lutas revolucionárias não-democráticas ou antidemocráticas. Uma perspectiva distinta e crítica destas tradições surgiu nos anos oitenta com a expansão do movimento dos direitos humanos.

A transformação que leva à emergência potencial de uma nova cidadania foi um processo composto de ondas sucessivas e de natureza distinta, mas que esteve fortemente condicionado pela experiência destruidora da ditadura militar estabelecida em 1976. As ondas mais significativas foram derivadas do movimento de direitos humanos nascido sob a ditadura e da transformação da relação com o Estado e com os bens públicos resultante do processo de modernização.

Sob a ditadura militar, surgiu um movimento pelos direitos humanos que mobilizou as crenças políticas dos argentinos e impulsionou sua reformulação. Foram circunstâncias excepcionais que possibilitaram que surgisse uma problemática alheia às tradições dominantes. Esse regime político gerou uma repressão tão inédita que mesmo o emprego do termo parece impróprio, pois banaliza o que aconteceu. O “desaparecimento de pessoas” constituiu uma prática

orientada à remodelação cruenta da sociedade por efeito de um dispositivo que privava o destino das pessoas afetadas da luz pública onde transcorrem normalmente os assuntos humanos. É por isso que a sociedade se viu confrontada a fatos que não chegavam a sê-los, isto é, que não podiam ser percebidos ou eram vistos de forma embaçada, não só porque transcorriam na sombra, mas porque não podiam ser captados, uma vez que faltavam parâmetros para dar-lhes sentido.

Dessa forma os direitos humanos foram reinventados e readaptados ao contexto nacional em resposta a uma circunstância muito específica: restituir pessoas desaparecidas à condição comum, devolver-lhes a identidade e para isso reivindicar os direitos a partir de um ponto básico, o de pertencimento a uma comunidade. O direito à vida descartava a pretensão de que, em alguma circunstância, as pessoas pudessem ser arrancadas da sua existência, e assinalava a criminalidade especial de quem assim procedesse. O direito à vida traçava um caminho de restituição da condição humana para os desaparecidos: o de saber a verdade sobre as circunstâncias de sua subtração e morte.

Os familiares e próximos das vítimas que passaram de gestões privadas a uma demanda pública que interpelava o Estado como garantia de segurança das pessoas, inscreviam-se, por esse modo de atuar, em uma visão distinta da vida em sociedade da que havia predominado até então. Se as tradições “populares” tinham a vontade popular como referência de legitimidade, em compensação, a idéia de um estado de direito era débil ou ausente. O Estado havia sido considerado um instrumento de facções políticas em uma sociedade em que os próprios antagonistas se consideravam inimigos. O direito como um amparo a todos era uma experiência limitada e particularmente incerta no âmbito público.

De modo que o movimento pelos direitos humanos devia inovar no sentido de criar as palavras para constituir os fatos que haviam perdido visibilidade: o desaparecimento de pessoas - o agrupamento das múltiplas subtrações sob esta denominação convidava a considerar a ordem política de modo diferente do habitual. Se a apropriação sobre os corpos era inadmissível porque os seres pertenciam a uma existência da qual não podiam ser privados sem uma lesão decisiva à sua condição humana, então reconhecia-se um terreno sólido para pensar os cidadãos como titulares de direitos que o Estado, ainda que governado pelos militares, não podia ignorar. Esta concepção precisou abrir caminho frente à pretensão marcial, segundo a qual a negação do desaparecimento de pessoas era parte de uma operação mais ampla de perda de sentido, dado que alegava-se que a sociedade havia estado em guerra e na “guerra não há direitos”, o que é como dizer que não há pessoas e que o que acontece não pode ser tratado nem da perspectiva da lei nem do humanismo.



Essa grande transformação abriu caminho através de ações banais, porém heróicas: apresentar recursos legais, evocar direitos civis além dos direitos políticos, e inclusive manifestar-se publicamente desafiando o poder militar. Porém, ao reclamar que o Estado assumisse as responsabilidades próprias de um estado de direito, o movimento emergente estabelecia os direitos como princípios constitutivos da vida pública, independentes do poder. Este segmento social que reclamava direitos se fortaleceu até reverter o isolamento inicial em hegemonia. Deste modo ficou configurada uma experiência de poder social, ilustrativa da capacidade de uma novidade nascida na sociedade em estender-se e conseguir que o curso dos acontecimentos mudasse. Essa experiência instalou a idéia de que os direitos, além de sua consagração legal, são princípios que inspiram a própria vida social, que buscam o Estado como garantia, ao mesmo tempo em que constituem um parâmetro para criticar ou limitar as competências do poder. As bases da vida social se renovaram na medida em que esta experiência ia contra a corrente dos movimentos e instituições populistas dominantes até então. A “Plaza de Mayo”, que desde os anos 40 concentrou as massas como resposta à convocação do líder, converteu-se no lugar em que semanalmente as mães dos desaparecidos, auto-convocadas, faziam sua ronda em um silencioso, e às vezes, explícito protesto perante os governantes.

O movimento pelos direitos humanos teve que lidar não somente com a ditadura mas também com boa parte do sistema institucional e partidos de oposição, esses últimos sensíveis à perda dos direitos políticos, mas relutantes em ver o desaparecimento de pessoas como um marco decisivo, que retirava da ditadura militar o estatuto de mera repetição do ciclo de instabilidade política.

A dinâmica de direitos continuou sua expansão com o estabelecimento de um regime constitucional, levando a que prevalecesse uma legitimidade humanista sobre a legalidade de fato, e que permitiu que leis de anistia fossem anuladas e se iniciasse o processo que culminou com a condenação dos chefes militares. Esse movimento traduziu a independência dos princípios constitutivos do direito com respeito à lógica dos poderes e à razão de Estado<sup>9</sup>. A consciência dos direitos enraizou-se de tal modo que os ecos do desaparecimento de pessoas continuaram através de denúncias e buscas que mantêm atualizada e viva a lembrança do acontecido.

A experiência do movimento pelos direitos humanos deu bases consistentes ao estabelecimento de um regime democrático. O processo iniciado em 1983 não tem o caráter de uma restauração da democracia, mas de uma refundação, precisamente porque foi abandonada parte da tradição em benefício de uma

---

<sup>9</sup> Ver a esse respeito, CHERESKY, 1997.

concepção deliberativa e pluralista da democracia, garantida por instituições compatíveis com a idéia de que o Estado é de todos.

Uma segunda onda na conformação da nova cidadania originou-se na experiência de hiperinflação de 1989 e na política de estabilização e modernização da economia e do estado empreendidas no governo Menem<sup>10</sup>. Produziu-se uma transformação das relações com o Estado e com a política em uma direção individualista. O que parece incerto é se esta evolução favorecerá um vínculo mais político com as instituições ou o seu distanciamento, bem como uma entrega completa à lógica do mercado.

As reformas econômicas tiveram início quando o governo obteve autoridade suficiente para adotar medidas excepcionais que alteraram a relação do Estado com a economia. Basicamente, o Estado se descomprometeu da gestão dos serviços públicos, bem como das políticas de incentivo a setores ou a regimes particulares. Foi adotada uma lei de conversão monetária que equiparou legalmente o peso ao dólar, permitindo estabilidade e segurança nas receitas, mas restringindo as negociações salariais. As privatizações dos serviços públicos e a abertura da economia ao comércio e aos capitais internacionais trouxeram, de um lado, uma melhora na qualidade de alguns serviços, mas, de outro, geraram desemprego e diminuição na capacidade de controle estatal sobre os serviços básicos gerais. Finalmente, ocorreram modificações na legislação trabalhista orientadas a reduzir as conquistas sociais e, por mais que esta legislação tenha mantido certos privilégios para os sindicatos, avançou consideravelmente na mercantilização das relações trabalhistas.

Essas transformações restringiram a esfera estatal e marginalizaram o papel das corporações em proveito do mercado, porque a idéia de direitos e de cidadania foi reformulada: os direitos sociais não gozam tanto das garantias estatais, mas estão potencialmente politizados, na medida em que sua reformulação está sujeita mais às decisões do parlamento e, às vezes, à interpretação da justiça do que à negociação entre representantes sociais.

As transformações econômicas que promoveram estabilidade e crescimento emergiram associadas à supressão dos direitos sociais, levando a estabelecer-se uma relação necessária entre elas. As conseqüências dessas transformações na população foram contraditórias; de um lado, permitiram um crescimento econômico e estabilidade monetária, embora seus benefícios tenham sido muito desigualmente distribuídos e, por outro lado, a situação dos assalariados em certos aspectos piorou, porque para alguns houve estancamento na renda mensal e um crescimento do desemprego em níveis nunca alcançados no passado. A dificuldade

---

<sup>10</sup> A distinção entre as medidas orientadas estritamente à estabilização da economia e aquelas outras que comportaram uma reforma estrutural estão tratadas em TORRE e GERCHUNOFF, 1996.

dos atores sociais e políticos em discriminar os diferentes aspectos das políticas de modernização e de propiciar alternativas específicas favoreceu um clima social de atonia. Esse processo transformou profundamente a sociedade, mas esta permaneceu essencialmente passiva sem que emergisse do seu seio novos atores ou novas formas participativas; inclusive, as resistências a essas transformações foram limitadas.

A modernização foi empreendida como uma “revolução de cima para baixo” (PALERMO; NOVARO, 1996) na qual a sociedade traumatizada, mas majoritariamente em acordo com a estabilidade monetária, viu-se submetida a políticas que contrariavam a até então ideologia dominante nos setores populares.

Nesse sentido, o aspecto mais claro da modernização foi a privatização de certos serviços públicos (sobretudo telefonia, gás, eletricidade, ferrovias, e também a companhia aérea) que, entretanto, uma vez efetuada, foi apoiada pela maioria<sup>11</sup>. Com o tempo percebe-se uma evolução na atitude da população frente aos serviços públicos privatizados, indicadora de uma expectativa em relação ao papel do Estado<sup>12</sup>.

O enfraquecimento das formas tradicionais de pertencimento - corporações e partidos políticos - definiu uma reacomodação e desagregação dos atores sociais,

---

<sup>11</sup> A atitude em relação ao papel do Estado parece ter sido muito variável. No início dos anos 1980 os que apoiavam o papel do estado eram em uma proporção claramente majoritária. A afirmação “o Estado deve proporcionar os serviços públicos com tarifas moderadas sem preocupar-se com possíveis perdas”, contou com a aprovação dos 63% dos entrevistados em 1981, 56% em 1982 e 58% em 1986, segundo pesquisas de Ipsa e Sip realizadas em grandes centros urbanos, citadas por Catterberg, E. em “Los argentinos frente a la política”, Planeta: 1989. A política de privatizações, mais especificamente, foi percebida com diferenças consideráveis segundo as conjunturas. Recebeu um grande apoio no momento da hiperinflação, mas a partir de 1992, as opiniões contrárias cresceram e superaram as positivas. Por exemplo, em 1986 as opiniões favoráveis a privatizações alcançaram 29,8%, enquanto as negativas chegaram a 26,3%. Em 1989, ocorre uma virada e os prós chegam a 59,4% enquanto os negativos a 16,4%, isto é, três opiniões a favor para cada uma contrária. Com uma abrupta queda nos anos subseqüentes, as opiniões favoráveis às privatizações alcançaram em 1993 36,4% superando por pouco as negativas que alcançaram 33,3%, (Centro de Estudos União para a nova maioria - CEUNM: Indicadores da opinião pública, dezembro de 1983).

Porém, no ano seguinte, observando os dados de uma pesquisa de novembro de 1994, Rosendo Fraga comentava: “A política econômica tem 38% de imagem positiva e a de privatizações 26%, enquanto a imagem negativa das privatizações é de 35% e a política econômica tem apenas 25%” (Centro de Estudos para a nova maioria – CEUNM: Contexto político e privatizaciones en Argentina, novembro de 1994).

<sup>12</sup> Segundo dados recentes, uma maioria dos argentinos pensa que as escolas (72%), o sistema de saúde (62%), a água (56%), os fundos de pensão (58%), o petróleo (63%), a eletricidade (54%) e a mineração (58%) devem estar em mãos do Estado. Apenas 26% dos argentinos entrevistados mostraram-se favoráveis às privatizações efetuadas, enquanto esta porcentagem é de 34% para o conjunto dos países latino-americanos. Segundo os responsáveis por esta investigação, o descontentamento maior entre os entrevistados argentinos não é tanto com a realização das privatizações, mas sim com a falta de controle do Estado sobre os novos prestadores, (Suplemento *El Espejo de America*, publicado em *La Nación*, 16 de abril de 1998).

a partir do que a referência da cidadania adquiriu uma base mais fragmentária e individualista.

O sindicalismo deixou muito rapidamente de ser um protagonista central da cena política. E logo após a celebração do pacto de Olivos (1993) que permitiu ao presidente Menem candidatar-se à reeleição, o bipartidarismo entrou em crise pela aparição de uma terceira grande força política nacional. A centro-esquerda então emergente, se opôs a esse pacto com argumentos republicanos referentes aos limites da renovação do mandato presidencial. Desde então, a competição política intensificou-se sobre novas bases. De um lado, os temas da concentração do poder, das instituições políticas e da corrupção tornaram-se centrais, substituindo em boa medida as divergências sobre o modelo econômico. De outro lado, a competição foi animada por um sistema multipartidário que tinha como contrapartida uma cidadania cada vez mais independente com respeito às legendas partidárias, flexibilizando as intenções de voto.

A transformação no sistema partidário provocado pela emergência de uma terceira força teve grande influência em estimular a expansão de uma cidadania independente. A própria emergência desta terceira força de centro-esquerda ilustrava a existência de uma disposição prévia de alguns setores em modificar suas possíveis identificações. Esta modificação repentina, dado que a nova força cresceu muito rapidamente, com pretensões de ser a segunda em importância substituindo o tradicional partido de oposição, foi precipitada pela fissura na representação do eleitorado de oposição provocada pela assinatura do pacto de Olivos. A identidade da nova força fundou-se justamente na crítica ao sistema institucional e às falhas na representação que comportava o “decisionismo” do governo e a cumplicidade da oposição do partido radical. Mas esta “reação” ao pacto de Olivos converteu-se em uma presença duradoura que coroou a tendência de vários anos em enfraquecer a clivagem peronismo/ antiperonismo herdada da época em que a existência de movimentos constituía um obstáculo para a afirmação de um sistema político estável. A nova força não apenas não se enquadrava na dicotomia histórica, mas também colocava suas expectativas de crescimento em uma estratégia de “transversalidade”, que pretendia reagrupar líderes e setores políticos sobre suas antigas bases partidárias, inaugurando uma modalidade de circulação política que tornava vulnerável as hipóteses de identificação política permanente e de competição entre organizações.

Um dos fatores que mais incidiu nas transformações mencionadas foi a experiência do “estado de emergência econômica”, uma situação na qual as bases da vida social achavam-se seriamente ameaçadas, permitindo ao governo enfrentar a estabilização e, aproveitando a concentração de poder obtida por circunstâncias

excepcionais, ir muito além iniciando uma modernização que, em circunstâncias normais, teria sido muito difícil de empreender<sup>13</sup>.

Esses acontecimentos incorporaram novos parâmetros para a relação da cidadania com sua representação política. Em primeiro lugar, uma experiência “delegativa” (Ver O’DONNELL, 1992), cuja imposição se viu facilitada pelas circunstâncias. Em geral, os diferentes setores estiveram propensos a resignar suas reivindicações e as forças políticas a atribuir uma autoridade maior ao Estado, justificando um uso concentrado do poder<sup>14</sup>. Mas a delegação supõe uma resignação mais ampla do mandato, posto que limita a expectativa de que a política a longo prazo seja a continuação da tradição da força política governante. O laço delegativo, como modo de representação tornou-se evidente na situação de emergência, mas parece destinado a marcar longamente as relações de representação.

Isso ocorreu particularmente para o eleitorado peronista que manteve o “seu” governo quando este começou a praticar uma política oposta às suas promessas e à sua tradição. A partir do momento em que o governo de Menem se afastou de sua promessa “nacional e popular”, recriou sua legitimidade com base em uma combinação entre o reconhecimento por sua capacidade em restabelecer uma ordem mínima com o controle da inflação e a crença de que a política praticada era a única viável dadas as circunstâncias, sem que aparecesse claramente qual seria o curso da ação uma vez superada a situação de emergência. Esta ambigüidade permitiu durante muito tempo que coexistissem o apoio à modernização conservadora e a manutenção de uma ideologia peronista tradicional.

Em segundo lugar, a descoberta dos limites da ação tanto política quanto reivindicativa na função de reconhecer um bem comum. A estabilidade econômica foi paulatinamente valorizada como um bem a ser preservado, prolongando-se deste modo a experiência de patrimônio comum, cujo núcleo fora o reconhecimento dos princípios democráticos em 1983. Essa noção de bem comum possui uma diversidade de matizes, mas consiste essencialmente na admissão de que as políticas de governo devem preservar o sistema e que constituem um limite para as demandas setoriais. A evolução em direção à cidadania encontra também no reconhecimento de que as clivagens e conflitos sociais se produzem no interior de um pertencimento comum nacional. Esta mesma evolução possibilitou que as forças políticas se distanciassem da pretensão de expressar cruamente as demandas sociais na vida política, e que aqueles que o pretendiam fossem vistos com receio.

---

<sup>13</sup> Ver a esse respeito PALERMO e NOVARO, 1996 e TORRE e GERCHUNOFF, 1996.

<sup>14</sup> Ilustra o voto das leis de emergência econômica e reforma do Estado consentido por todos os legisladores em 1989.

Por último, embora a relação com o poder seja de natureza delegativa na situação de emergência, revelou-se muito diferente da forte subordinação característica da liderança populista de outrora.

A experiência de relação com a liderança política de Menem foi marcada por uma ambivalência básica que fazia com que o reconhecimento das conquistas da política econômica fosse acompanhado das resistências a este estilo político presidencial. Isso evidenciava-se no fato de que, para muitos setores, não se tratava de um governo que pudesse ser considerado como o governo de todos, não por suas opções de política, mas pelo desconhecimento das regras democráticas: “decisionismo”, pouco respeito pelas instituições e pela divisão de poderes e com um entorno que era alvo de denúncias sobre corrupção. Ou seja, a experiência de cidadania conformada na situação de emergência incluía uma capacidade de discriminar diferentes aspectos da ação de governo, e a suposta premissa que explicava a renovação do apoio popular nas urnas por uma espécie de cinismo<sup>15</sup> generalizado, não se revelou um diagnóstico acertado.

Os novos laços políticos basearam-se em uma recuperação da autoridade do Estado paralela ao enfraquecimento das corporações e da oposição política. Embora o poder econômico concentrado e as agências internacionais de crédito e de monitoração tenham visto seu poder reforçado, o Estado desenvolveu uma certa autonomia<sup>16</sup>. Essa autoridade estatal foi acompanhada, entretanto, por um descontentamento quanto à atuação das instituições públicas concretas.

Todas essas tendências concorrem para apontar como característica das novas relações à separação crescente entre Estado e sociedade. De um lado, há o papel reforçado do poder na adoção de decisões com capacidade organizadora e geradora de novas percepções ideológicas<sup>17</sup>. É certo que o contexto de crise hiperinflacionária favoreceu a mencionada delegação, porém essa característica parece perdurável e influenciou na tendência de procurar no representante certas qualidades pessoais que o tornem confiável, mais que uma promessa programática.

De outro lado, há a expansão de uma consciência dos direitos “dos anos noventa”, orientada a reclamar sobre os bens públicos quer seja diante do Estado ou diante dos particulares, e que pode adquirir um sentido mais ou menos político. A desconfiança nas instituições produziu uma inflexão na orientação dos direitos. É nesse contexto que se desenvolvem as identificações que favorecem as legendas

---

<sup>15</sup> Supunha-se que a premissa que guiava o comportamento de muitos eleitores oficialistas dava primazia absoluta à idéia: “rouba mas faz”.

<sup>16</sup> Ver a esse respeito PALERMO e NOVARO, 1996.

<sup>17</sup> A modernização empreendida por Menem seria uma ilustração dessa capacidade ordenada e em certas circunstâncias radicalmente transformadora que o controle do poder de Estado proporciona. M. Mora y Araujo, ao contrário, sustenta uma interpretação societal das mudanças ideológicas “modernizadoras”. Ver *Ensayo y Error*, Planeta, 1991.

mais individuais em termos do usuário, consumidor ou contribuinte, ainda que estas identificações também possam veicular demandas coletivas<sup>18</sup>.

Em conseqüência, pode-se considerar que a mencionada independência da cidadania abrange diferentes aspectos. Por um lado, registra-se uma dimensão de desorganização resultante do já aludido enfraquecimento dos pertencimentos. Neste plano, pode se dizer que a política de modernização desenvolvida por um governo peronista pôs em crise a crença na articulação entre o social e o político. As reivindicações sociais são recebidas com prudência no âmbito da sociedade global e foi desenvolvida uma consciência sobre sua diversidade e irredutibilidade. De modo que se está longe da imagem de um povo cujas diferentes reivindicações integram-se e conjugam-se harmonicamente. Esta diversidade irredutível gera um panorama de fragmentação.

É certo que, ao mesmo tempo, a alusão à independência da cidadania está fundada em um juízo autônomo crescente dos indivíduos que tem múltiplas expressões na vida política, uma das quais é a crescente imprevisibilidade dos resultados eleitorais. Mas, se esta independência não é acompanhada por algum grau de autonomia social no sentido da produção de iniciativas deliberativas ou atores sociais, seu alcance pode ser limitado. Daí a própria ambigüidade do termo “opinião independente”, pois revela desprendimento dos laços de filiação, mas, ao mesmo tempo, um estado de passividade tal qual o sentido do termo opinião expressa.

As mencionadas ondas na conformação da cidadania independente geraram uma dinâmica que abre possibilidades diversas, de definição incerta. Foram desenvolvidas potencialidades deliberativas que podem resultar em novas formas de participação política, embora também seja possível a evolução para uma articulação individualista e atomista dos direitos que acentuem o desinteresse nos assuntos públicos.

Para completar o panorama da genealogia da cidadania independente, deve-se prestar atenção às condições presentes da vida pública e, em particular, a conformação em curso de uma arena na qual o papel dos meios de comunicação é crescente.

Os meios de comunicação são cada vez mais o lugar de convergência da vida pública. A credibilidade cada vez maior que lhes é outorgada, em particular ao rádio e a televisão, tem como contrapartida a deterioração da imagem de outras

---

<sup>18</sup> C. Smolovitz estudou as **demandas** dos cidadãos levadas à Defensoria pública e à controladoria geral comunal. Embora o número de demandas seja limitado, segundo suas conclusões, constata-se uma mudança na percepção do direito dos consumidores, posto que, desde que as empresas de transporte, gás e eletricidade e telecomunicações foram privatizadas, aumentaram as reclamações de consumidores, em *Ciudadanos, derechos y política*, Ágora, número 7, inverno 1997.

instituições estatais e públicas<sup>19</sup>. Os meios aumentaram sua credibilidade na medida em que se constituíram em órgãos de informação não-partidários e uma arena de denúncia e deliberação. A sua crescente mercantilização gerou uma procura por melhores índices de audiência sob um emblema de um serviço para o público, a que parece ter favorecido sua “neutralização” política.

A lógica de seu funcionamento parece guiada pela pretensão de seguir fielmente as preferências do público. O público participa das cenas deliberativas por procuração, uma vez que os debates pretendem expressar a diversidade das opiniões sociais e, sobretudo, porque o jornalista ou o comunicador se investe do papel de procurador e agente da representação completa (diversidade) e do esclarecimento da verdade (juízo).

O papel dos meios parece ter crescido paralelamente às falências do sistema político e, em particular, à expansão dos procedimentos de decisão centralizada que retiram as decisões da deliberação pública e do parlamento; e paralelamente a debilidade da oposição política na primeira parte dos anos 90 e ao descrédito das instituições e da justiça (esta última, em particular, para sancionar os atos de corrosão que envolviam altos funcionários públicos e o pessoal de segurança, difundindo um sentimento de insegurança na população). Contudo, o que parece ser chave na expansão do papel dos meios de comunicação na vida pública é o particular clima político que se formou nos primeiros 5 anos da década de 1990 sob a emergência econômica, quando boa parte da população tinha uma relação cindida com o poder: apoio à estabilidade econômica e descontentamento

---

<sup>19</sup> Enquanto os meios de comunicação têm uma imagem positiva entre 57% da população (12% de negativa), os partidos políticos, o congresso, o poder judicial e os sindicatos têm preferências positivas numa ordem que vai dos 5% aos 7% (dados do Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría - CEUNM), em *"Medios de comunicación y política"*, junho de 1997. A imagem positiva dos meios de comunicação aumentou ao longo dos anos 1990. No início deste ciclo, em novembro de 1990, a imagem positiva é de 24,6% e a negativa de 35,9%, em um segundo momento (maio de 1992) as porcentagens são de 42,6% e 18,7% de modo que a imagem positiva era o dobro da negativa. Desde então a medição mostra oscilações, mas sem que se altere substancialmente esta relação positiva. Porém, desde o final de 1994, nota-se uma nova inflexão (novembro de 94) sendo a imagem positiva de 55,2% e a negativa de 19,2%. Desde então esta relação de avaliação positiva dos meios de 5 a 1 se mantêm. Dados obtidos da publicação do CEUNM: *"La imagen de los medios de comunicación"*, junho de 1996.

Um estudo mais recente - Latinobarómetro - confirma a alta valorização dos meios de comunicação, posto que 56% confiam algo ou muito na imprensa, enquanto 47% confiam algo ou muito na televisão. Segundo este estudo, a confiança na imprensa e na televisão é mais elevada nos setores de maior nível de escolaridade.

Este estudo também destaca que essa tendência não tem um caráter universal, pois os dados dos Estados Unidos mostram uma atitude inversa da população: confiança nas instituições estatais e menor confiança nos meios de comunicação (em *El Espejo de America*, op. cit.).

Enquanto a credibilidade dos meios pesquisas recentes de Sofres/ Ibope parecem estabelecer diferenças significativas entre estes. As rádios têm um alto grau de confiabilidade, seguidas pelos jornais e finalmente pela televisão. Pesquisa de janeiro de 1998. Agradecemos a E. Zuleta Puceiro a informação ministrada.



com o estilo político. A expressão eleitoral da dimensão crítica foi debilitada, o que provavelmente favoreceu a ampliação do papel crítico do jornalismo. A desconfiança na justiça e o desenvolvimento de técnicas de filmagem oculta dos atos de corrupção facilitaram as investigações jornalísticas espetaculares com denúncias e provas de casos de corrupção. Junto ao eco que se dava à demanda da justiça, produzia-se uma espetacularização adequada aos índices de audiência e para o sentimento de satisfação dos espectadores com os meios. Nos casos judiciais, a televisão desempenhou um papel de difusão da informação (alguns julgamentos foram transmitidos ao vivo) com efeitos de controle público sobre o desempenho da justiça. O mais chamativo foi o acompanhamento do primeiro julgamento aos acusados por um crime no qual estavam comprometidas personagens próximas ao poder, que culminou com a gravação de cumplicidades indevidas entre membros do tribunal, e dada a pressão pública, resultou na renúncia dos magistrados<sup>20</sup>.

Mas os meios de comunicação apenas atuaram como os olhos vigilantes da audiência neste caso em particular e, em alguma medida, atuaram em outros “como 'partes' do julgamento, procurando provas alternativas, entrevistando possíveis testemunhas, armando julgamentos paralelos e, assim, provocando fatos novos dentro do processo” (BARROS, 1996).

A arena pública com influência dos meios de comunicação está em permanente ampliação. Uma tendência recente é a concentração, em um mesmo espaço midiático, da espetacularização ante a audiência e o registro de sua influência através de formas simuladas de “democracia direta”. À leitura das mensagens da audiência que seguia uma pauta de equilíbrio não representativo foi acrescentado agora o televoto, que tem em si uma pretensão de pronunciamento e de conformação do “estado de opinião<sup>21</sup>”.

Esta atividade multivariada excede amplamente a canalização da informação e estende-se à produção de acontecimentos políticos e de natureza pública. Em particular, a televisão exerce uma influência crescente, pois em seu âmbito se estabelecem regras específicas para os que nela se apresentam, ao mesmo tempo que promove seus próprios agentes como organizadores da vida política que nela se produz. O que ocorre nessa arena permite considerar que estejamos assistindo uma transformação nos laços de representação. Os líderes políticos que aspiram construir laços representativos com o eleitorado para obter posições de poder devem produzir uma espetacularização apropriada de suas

---

<sup>20</sup> Trata-se do julgamento do assassinato de Maria Soledad Morales ocorrido na província de Catamarca.

<sup>21</sup> Essas expressões, ainda que não prebarracam formalmente ser uma fotografia com margens de erro como são as pesquisas de opinião realizadas pelos institutos especializados, de fato, pretendem ser uma figura representativa e eficaz nos comportamentos políticos. Isso ocorre não só porque os requisitos de rigor das medições de opinião costumam interessar mais aos *experts* do que ao cidadão comum, mas porque suas expressões, se não são forçosamente indicativas das tendências reais, são indicativas da intensidade das opiniões.

mensagens. Contudo, constituem-se também outros líderes sociais, provenientes de âmbitos particulares (juízes, escritores, empresários, sindicalistas), aqueles que por características universais do meio televisivo desempenham um papel representativo geral, de forma fugaz ou duradoura, e obtêm um lucro ao ganhar um lugar na cena pública (que não deixa de ter efeitos em seu poder no âmbito setorial de origem). Neste panorama o papel dos jornalistas e, em especial, dos “grandes comunicadores”, é diferenciado. Estes agentes cumprem uma função organizadora e intervêm simultaneamente na produção de argumentos e, desse modo, conseguem uma relação representativa ou expressiva do “estado de opinião”. Essa função traduz-se em índice de audiência e, em consequência, na reprodução da condição profissional<sup>22</sup>.

Como se viu, o “estado de opinião” constitui um dado decisivo na vida política. Sua consulta reiterada, recorrendo a sondagens sistemáticas, e sua expressão multiforme pela televisão e pelos meios gráficos, tendem a constituir um pseudo-ator que a cristaliza na “opinião pública” (ver ROSAVALLON, 1996).

A opinião pública não pode ser considerada um sujeito real, mesmo que sua construção por meio das medições antecipe possíveis comportamentos dos indivíduos, como o do voto, o protesto, a recusa no cumprimento dos dispositivos legais etc. Entretanto, ela é introduzida na percepção das forças atuantes como um ator a mais. Os procedimentos regulares de medição têm o efeito de completar o circuito de extensão da arena da mídia aos confins da existência privada, que incorpora o indivíduo como espectador e lhe dá um lugar na audiência. Os elementos ativos são aqueles que se encontram no “set” televisivo ou do rádio ou dos jornalistas que fazem os jornais<sup>23</sup>.

Interpretar o papel da opinião pública constituída em torno dos meios de comunicação requer contemplar tendências divergentes. Nos próprios meios se cruzam mensagens contrapostas que requerem certo discernimento do espectador. Entretanto, o espectador é essencialmente passivo, e quando essa é sua conexão exclusiva com a vida pública geral, somente lhe resta, como experiência participativa, a limitada atividade em outros cenários da vida doméstica e de trabalho, pouco deliberativos.

---

<sup>22</sup> Os programas de opinião política de B. Neustad e M. Grondona foram, nos últimos dez anos, ilustrativos do papel da televisão na arena política da tendência de ampliação à representação.

<sup>23</sup> Os meios, principalmente a televisão, os jornais e o rádio, constituem um sistema com funções diferenciadas. O rádio, por exemplo, é muito ativo na produção de notícias políticas através das entrevistas matutinas, do encontro de personalidades ao vivo, etc. Os jornais têm a prioridade na produção de interpretações políticas através de seus colunistas. O que cada meio produz é retomado de algum modo pelo outro. Desse modo, a circulação de informação é também interior ao sistema dos meios.

Por isso, a questão que emerge é saber em que medida a opinião pública será a forma exclusiva ou predominante de cidadania ou, pelo contrário, se é possível que se desenvolvam formas de vida cidadã baseadas em uma deliberação direta e capazes de serem pólos independentes de ativação da vida pública.

### **Novas formas de atividade cidadã e de mobilização coletiva em uma sociedade fragmentada.**

A mudança no mundo do trabalho está resultando em conseqüências significativas para a vida política em todo o mundo. Na Argentina, essa transformação estava já em curso nos anos 1980, porém alcançou um impulso considerável com a política de modernização empreendida por Menem. Dois aspectos se destacam, a exclusão e a precarização do trabalho por uma parte, e a “queda do social” ou o “fim da sociedade corporativa”, por outra<sup>24</sup>. Ambos têm tido a dupla conseqüência do fato do mundo do trabalho não estar mais no centro da atividade política. O mundo do trabalho, as classes constituídas a partir das relações produtivas, as subculturas nas quais esses grupos sociais se formavam e as organizações setoriais e associativas a ele vinculadas constituíram durante décadas o terreno da vida política. Inclusive, para certas teorias, a vida política não era senão o reflexo da realidade social. A expressão mais indubitável de que o mundo social perdeu a consistência que lhe era atribuída é a de que o sindicalismo tem deixado de ser um grande ator político-social.

---

<sup>24</sup> Trata-se de dois fenômenos distintos, mas convergentes. Quando se trata dos temas sociais, a atenção antes centrada na exploração ou a distribuição dos excedentes obtidos na produção foi substituída pelo combate contra a exclusão. Não se trata mais da desocupação, fenômeno cíclico nas economias capitalistas, mas da privação de trabalho ou da exclusão definitiva do mercado, que vai acompanhada da marginalização cultural e política e da desintegração na vida privada. A possibilidade do crescimento econômico sustentado sem o incremento do emprego ilustra a possibilidade de que se constituam de forma durável duas sociedades economicamente desconexas: uma de produção e consumo, e outra de privação.

No mundo do trabalho, de outro lado, estende-se a precariedade na base das transformações tecnológicas e jurídicas. A imagem do trabalhador confinado a um posto de trabalho no qual permanece duravelmente e em torno do qual se organiza um plano de vida não existe mais. Os novos contratos são geralmente por tempo determinado e, em muitos casos, a realização de atividades tem um caráter pontual que é retribuída por tarefa ou produto. Em todos os casos, se estendem as demandas de polivalência às quais se somam a flexibilidade horária e das condições de trabalho em geral.

Deve-se ter em conta que as transformações as quais aludimos se produzem em escala mundial, mas com variantes significativas segundo as decisões políticas adotadas nos diferentes contextos nacionais. A mobilidade que existe neste mundo e a fragmentação de situações repercutiu sobre a vida sindical que se viu fortemente debilitada no marco mais amplo de “queda do social”. Ver CASTEL, 1995; ROSAVALLON, 1995; GORZ, 1997.

Na Argentina, a desestruturação do mundo do trabalho provocou um retrocesso considerável nos direitos sociais. A antiga dissociação parece manter-se mas, sob o sinal contrário. Embora os direitos políticos incitem a atenção pública e registre-se uma ampliação da cidadania independente, ainda que o marco de garantias constitucionais seja problemático, os direitos sociais tradicionais foram seriamente lesados, sem que se desenvolvessem direitos alternativos em seu lugar. Mas, a pergunta que se coloca é que repercussão pode ter esse retrocesso sobre a expansão da cidadania<sup>25</sup>.

Ao longo do processo recente de transformação da economia e do Estado, ocorreram reformas na legislação trabalhista que anularam garantias previamente existentes. O sindicalismo foi levado a posições defensivas que não puderam evitar a deterioração da condição dos trabalhadores e, em particular, as demissões, a piora das condições de trabalho e de contratação e a limitação inclusive dos direitos sindicais. Esses últimos foram afetados pela regulamentação restritiva do direito de greve, da limitação dos aumentos salariais (com exceção dos casos de aumento de produtividade) e do enfraquecimento da negociação contratual.

Em compensação, alguns privilégios à estrutura sindical puderam ser preservados através da manutenção dos benefícios sociais na órbita sindical, e pela intervenção do Estado na absorção das dívidas sindicais e concessão de outros privilégios (ver ETCHEMENDI e PALERMO, 1996; MURILLO, 1996), de forma que houve uma erosão na representação existente, mas não a sua destruição. Tomou-se mais em conta os interesses do poder sindical do que os direitos dos trabalhadores vigentes até então, o que permitiu ao governo manter um interlocutor sindical e conseguir que a paz social acompanhasse no essencial o período de reformas cruciais. Porém, teve que fazer mais lentamente outras transformações reivindicadas pelos empresários e organismos internacionais<sup>26</sup>.

Ao estabelecer-se este pacto implícito com parte da direção sindical, o sindicalismo reivindicativo e de negociação foi substituído pelo sindicalismo de serviços e, até certo ponto, de empreendimentos empresariais<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Esta interrogação esta presente em O'DONNELL, op. cit.

<sup>26</sup> A despeito do caráter "revolucionário" de seu governo e da reformulação de alianças que esteve na base de sua política, Menem teve certa dependência em relação ao sindicalismo. Ainda que se produziram reformas obviamente não desejadas pelo sindicalismo, boa parte das que se tinham planejadas não foram levadas a cabo. Isso deveu-se à impossibilidade que prosperou seu tratamento legislativo por obra da presença de legisladores de origem sindical na respectiva comissão e pelo apoio implícito de outros legisladores do bloco oficialista, o que impedia que chegasse à sessão parlamentar. Outros projetos foram modificados (como o do regime de aposentadorias) no tratamento legislativo. Nestes casos, o executivo preferiu não legislar por decreto como o fez sobre outros temas.

<sup>27</sup> Ver MARTUCCELLI e SVAMPA, 1997. Estes autores citam o caso do sindicato de empregados do comércio no qual se definiu uma estratégia de ação empresarial. Este novo sindicalismo "procura redefinir o sindicato como prestador de serviços e formador de recursos humanos". A relação dos membros com a Instituição teria se adequado a esta lógica, posto que, por exemplo, o número de

Após ter colocado em xeque o poder político nos anos 1980, a maioria do sindicalismo se adaptou a modernização promovida pelo círculo presidencial<sup>28</sup>. O sindicalismo não se redimensionou apenas devido às transformações tecnológicas e jurídicas, mas também pelo isolamento sofrido numa sociedade que é cada vez mais relutante às ações gremiais de força e que suspeita que seus dirigentes gozam de privilégios<sup>29</sup>.

Pode-se considerar que as transformações produtivas, políticas e culturais fizeram com que não fosse mais viável o exercício do poder sindical do passado. Contudo, não é apenas o fato de poder dos sindicatos aparecer questionado, mas também o fato de que o epicentro dos problemas sociais se deslocou para fora do sistema institucional econômico. Os direitos não são mais formulados exclusiva ou principalmente no âmbito da negociação trabalhista (em particular, os que afetam o desemprego e a exclusão social) (ROSAVALLON, 1995).

Nesse sentido, a expansão da cidadania a que se tem feito referência, pode ser também estendida no sentido da ampliação de suas competências: em boa medida, as regulações sociais que antes eram patrimônio das iniciativas corporativas passaram a ser objeto de decisões, ao menos potenciais, dos órgãos políticos e jurídicos: o parlamento, o executivo e a justiça. Ou seja, atualmente, muitas das questões setoriais dependem da representação política para a sua resolução.

Mas o deslocamento dos problemas sociais pode ser a ocasião para um retrocesso e não para uma reformulação dos direitos, como de fato tem sido no caso argentino. Nem as iniciativas institucionais nem as ações coletivas parecem ter sido capazes de orientar-se para novas bases reivindicativas e legais.

A mobilização social geral, cuja persistência nos anos 80 foi ilustrada pelas greves da CGT em oposição ao governo Alfonsín, entrou em decadência, certamente porque o protesto sindical inespecífico (contra a política de ajuste, pela renúncia do ministro da economia) mostrou-se menos factível frente à legitimidade política adquirida com o advento da democracia, e também porque uma consequência da democratização foi o enfraquecimento do imaginário da unidade do povo e das

---

filiados diminuí enormemente no período entre março e setembro e volta a aumentar com a proximidade das férias.

<sup>28</sup> Um setor minoritário da CGT e a central alternativa CTA empreenderam ações de resistência à política trabalhista do governo, porém, o desbaratamento de alguns projetos da legislação trabalhista que resistiu não pode atribuir-se principalmente a estas ações.

<sup>29</sup> Em dezembro de 1995, a imagem da CGT era negativa para 60,2% da população e alcançava a 47,7% entre os trabalhadores em relação de dependência 41,4% a considerava regular. Os sindicatos são vistos negativamente por quase a mesma proporção da população (59,6%). Também se manifesta uma resistência considerável a aceitar medidas de força, mas esta é maior entre os trabalhadores em relação de dependência que em um 74,8% respondem negativamente à pergunta: "Está de acordo com que a CGT realize uma nova paralisação?", enquanto esta proporção era só de 52,3% na população em geral. CEUNM, *Imagen de la cuestion sindical*, janeiro de 1996.

reivindicações globais<sup>30</sup>. A consciência dos direitos universaliza, mas também gera reivindicações particulares, concorrentes.

Sobretudo, a ação coletiva efetuada em termos clássicos de relações de força foi desacreditada. A capacidade de um setor em fazer sentir as conseqüências paralisantes de sua ação coletiva sobre os outros perdeu boa parte de sua legitimidade e não é mais viável como recurso normal. A luta por direitos formulada por um grupo e impelida a recorrer à persuasão, e, dada a centralidade adquirida pelos meios visuais, tem resultado na espetacularização (a “mostrar-se” para ganhar empatia) e em uma argumentação que procura conectar a reivindicação particular com princípios de interesse e legitimidade comuns. Essa prevenção frente às reivindicações coletivas tem suas raízes no fato de que as corporações se definiram nas últimas décadas como alheias e opostas à expressão cidadã. Os dirigentes foram alvo da violência de diferentes tipos nos anos 1960 e 1970, e a partir de então começaram a ser vistos como “burocracia sindical”, isto é, com interesses diferentes dos trabalhadores. Na campanha eleitoral de 1983, um dos mais bem sucedidos slogans lançado pelo candidato Alfonsín foi o da denúncia do pacto militar-sindical e, desde então, a democratização ficou claramente associada à redução do poder dos sindicatos. Esse espírito atravessou a própria democratização interna do justicialismo que empreendeu um processo exitoso de “dessindicalização”.

Durante os anos de reforma da economia, prevaleceu a situação de emergência expressa eleitoralmente no apoio de vastos setores populares à política de estabilidade monetária e crescimento, apesar das conseqüências parcialmente negativas para os trabalhadores.

O panorama da atividade cidadã foi marcado pela evolução de reformas que alteraram profundamente as relações sociais, mas que se estabeleceram com considerável consenso. De fato, pode-se constatar que apesar do declínio da mobilização social e a debilidade da oposição política em estimular reivindicações institucionais, existe uma gama de expressões que constituem vários outros focos da vida pública. Na perspectiva de prestar atenção ao associativismo e à mobilização social pode-se classificá-la do seguinte modo: ação sindical remanescente, ações de protesto social e grupos de iniciativa, pontuais ou permanentes, de grande eco social.

---

<sup>30</sup> Nos anos 1980, com o estabelecimento do regime constitucional, o sindicalismo recuperou um papel central, substituindo por momentos a direção do peronismo no papel opositor. Essa função se debilitou bruscamente com a ascensão de Menem ao governo. O sindicalismo deixou de ter um papel privilegiado dentro do próprio peronismo e foi incapaz de combater a política de modernização conservadora em suas linhas essenciais optando por adaptar-se a esta, mas logrou, ao contrário, manter uma certa situação de poder nas negociações das convenções coletivas e no controle das obras sociais, o que preservava para os dirigentes o controle de volumosos fundos. Ver ETCHEMENDI e PALERMO, 1996; GUTIERREZ, 1998.

O declínio é evidente no campo da atividade sindical tradicional. Desde 1990, sua intensidade vem diminuindo pela metade do que era anteriormente. Os que continuam gerando conflitos são os trabalhadores de serviços, da administração pública e os professores. Estes últimos são os novos protagonistas da mobilização tradicional (ver SCHUSTER, 1998; FARINETTI, 1998).

Houve oito greves gerais durante o governo de Menem, mas sua maioria teve um caráter parcial e algumas ocorreram somente como convocações da oposição sindical. Apesar de estarem, em geral, dirigidas contra a política econômica, após sua realização a direção da CGT voltou à mesa de negociações.

As novas formas de ação que emergiram nos anos recentes são de natureza distinta, pois em boa parte seu êxito esteve marcado pela repercussão nos meios de comunicação, constituindo fatos públicos ressonantes. As ações de protesto social têm sido diversas e incluem mobilizações regulares, como a dos aposentados frente ao Congresso da Nação. Mas a forma de protesto que surgiu nos últimos anos é local e pontual e, às vezes, acompanhada de violência. Houve invasões a casas de governo e outros prédios públicos, mas a forma mais espetacular é o bloqueio de estradas. É um tipo de ação extremadamente pontual, desligada de projetos associativos e de conexões políticas<sup>31</sup>. Esses conflitos são claramente defensivos e provocados por situações sociais extremas: reivindicação a pagamento dos salários atrasados, demissões e a procura de soluções em contextos locais com alta taxa de desemprego (às vezes pelo fechamento repentino de estabelecimentos). A proliferação desses conflitos tem sido associada à extensão das políticas de ajuste às províncias e aos repentinos efeitos sobre suas economias após a crise econômica resultante do “efeito tequila”; em 1997, passado o pior momento, a frequência das manifestações diminuiu. Essas ações utilizaram métodos que em outras épocas teriam sido rotulados de “revolucionários”, pela pretensão de produzir efeitos paralisantes sobre o resto das atividades, bem como pelo questionamento do poder legal. Mas, na verdade, tratou-se essencialmente de reações desesperadas, ainda que não desprovidas de significação e, em geral, de atos planejados de busca do espetáculo, para atrair a atenção da opinião pública e dos meios de comunicação, com a convicção de que isto força as autoridades a negociar. Sem a difusão

---

<sup>31</sup> “O protesto parece ser mais local e específico tendo pouca possibilidade de transformar-se em uma demanda geral, constituir uma força de luta, resistência ou ação política, construir ideologia ou inclusive interagir regularmente com outros movimentos no país”, Schuster, op. cit. Referindo-se aos piqueteiros de Neuquén, Farinetti afirma: “Estes atores estão longe de qualquer proposta ideológica e desacreditam tanto dos funcionários como das direções políticas e coletivas. Movem-se anarquicamente e não participam de assembléias nas localidades. Estas se realizam ao redor de uma torre, símbolo da atividade petrolífera. Nas assembléias populares participam piqueteiros, estatais, donas-de-casa, conselheiros e legisladores provinciais”. A autora acrescenta: “Em todos os casos analisados de bloqueio de estradas, foi rejeitada a intervenção de partidos políticos e dirigentes sindicais”.

audiovisual, os bloqueios de estradas, geralmente praticados em acessos secundários, não teriam aparecido, nem teriam se popularizado.

Esses protestos são também ilustrativos de certa crise de representação. Nessas situações de emergência social e conflito, os líderes políticos ou associativos não recebem confiança e há resistência aos acordos que estes possam estabelecer; privilegiou-se, em troca, uma espécie de presença direta dos participantes, possibilitada pela visibilidade que os meios de comunicação dão ao protesto, e pela presença dos mesmos atores sem representações formalmente estabelecidas nos *sets* de televisão. Nesse mesmo sentido deve-se entender a propensão a tomar decisões em assembléias locais. Esse aspecto da midiaticização resulta, assim, em um exercício de democracia direta, ainda que por uma via mais ativa que a das pesquisas de opinião, ou outras técnicas de sondagem ainda mais audiovisuais como o televoto.

Finalmente, deve-se prestar atenção a novas formas associativas que conseguiram fazer-se ouvir por sua capacidade de gerar uma sensibilidade cidadã. Trata-se de grupos de natureza diversa, mas que têm em comum a expressão e a forma de uma reivindicação geralmente formulada em termos de “justiça”, em torno da qual obtém uma atividade organizada e constante. É um tipo de ação muito distinta da empreendida pelos “novos movimentos sociais” dos anos setenta, posto que, diferentemente daqueles, trata-se em geral de pequenos núcleos de participantes ativos, com uma organização mínima e que, embora produzam também formas de expressão pública tradicionais como atos, manifestações, reivindicações judiciais etc., seu recurso predominante são os meios de comunicação e duram até a obtenção do objetivo específico proposto.

As avós da *Praça de Maio* empenhadas na procura dos filhos de desaparecidos nascidos em cativeiro têm empreendido uma ação dessa natureza. O sindicato de jornalistas liderou diversos participantes que reivindicaram justiça para o assassinato do repórter José Luis Cabezas. O movimento “Memória ativa” realiza uma concentração semanal em frente aos tribunais nos quais diferentes oradores convidados lembram as vítimas dos atentados à embaixada de Israel e a sede da AMIA, e monitoram o andamento das investigações. Todas essas associações atuam como grupos de iniciativa vinculados por reivindicações de justiça, e propõem-se a uma tarefa de vigilância da cidadania, já que são parte civil em processos específicos. Esses movimentos se encaixam no novo clima cívico associado à emergência de uma cidadania independente.

Existe em geral um clima de protesto difuso que se expressa na proliferação de reivindicações pontuais de justiça, mas que se inscrevem em uma perspectiva similar a das associações anteriormente mencionadas.



Por fim, é pertinente prestar atenção em uma atividade cidadã político-social cuja particularidade é o fato de conjugar características do sindicalismo tradicional com as novas formas associativas: a *carpa blanca* (barraca branca) dos docentes. Instalada na Praça dos Dois Congressos em frente ao Parlamento, por iniciativa do sindicato majoritário dos educadores, Cetera, provocou a espetacularização mais significativa de demandas. Esta ação revestiu todas as ambigüidades de uma transição entre formas tradicionais e novas da ação pública.

No dia 2 de abril de 1997, um grupo de sindicalistas levantou uma barraca de grandes proporções, e alguns deles se instalaram em um recinto improvisado iniciando uma greve de fome. Esta medida, que logo deu lugar a um jejum rotativo, produzia-se em um contexto de tensão resultante de uma greve prolongada dos educadores da província sulista de Neuquén, no marco da qual se produziram bloqueios de estradas e a morte de uma pessoa, em conseqüência da intervenção policial. Os professores iniciaram uma ação solidária sumamente ambiciosa que pretendia que a greve declarada se estendesse ao conjunto dos trabalhadores. Assim, a instalação da barraca estava destinada a abrigar as que jejuavam, com a ameaça de prolongar sua ação e com conseqüências eventualmente dramáticas<sup>32</sup>, como parte de uma mobilização geral na qual o sindicato dos professores assumia um papel de liderança.

Entretanto, a barraca instalada para uma ação de protesto específica, e inicialmente considerada como uma iniciativa de curta duração, estabeleceu-se de forma duradoura, transformando consideravelmente seu sentido inicial, e resultando em uma cena de sensibilização da opinião e de exibição de apoio social. A convocação efetuada pelos professores variava em suas adesões, mas em termos gerais, deixou de lado a tradicional ênfase nos sindicatos de outros ramos da atividade e nas forças políticas consideradas afins. Com o passar do tempo, a *carpa blanca* seria um lugar de convocação da cidadania, um lugar de testemunho e de encontros dos docentes, sobretudo com personalidades do âmbito da cultura, que testemunhavam publicamente sua simpatia.

Essa mudança na ação é ainda mais notável quando se observa que o sindicato arrastava um conflito de longa duração que desde os anos oitenta promovia greves do setor, algumas de grande duração acompanhadas de mobilizações de rua<sup>33</sup>.

A ação em torno da *carpa blanca* guardaria ao longo do tempo uma ambigüidade de sentido. Coexistiria como espaço de solidariedade cívica com a pretensão de convergência da reivindicação social. No plano discursivo, o sindicato

---

<sup>32</sup> A dirigente de Cetera, Marta Maffei, anunciou no começo da ação que alguém poderia morrer em conseqüência do jejum.

<sup>33</sup> Ao longo de um ano e meio de atividades em torno da *carpa blanca*, efetuaram-se também sete greves gerais, mas estas tiveram um caráter complementar.

se ateve a uma proposta populista que denunciava tanto os planos do Banco Mundial como o governo e sua política econômica, tratando de inscrever as demandas no marco da mobilização geral popular. Este discurso se condensa na própria identificação dos professores como “trabalhadores da educação”, designação que parece subestimar o fato de que a popularidade do movimento se deve à sensibilidade da opinião pública com o tema da educação e a idealização dos educadores que são vistos como pessoas investidas de uma missão particularmente relacionada com o bem comum, para o que não recebem os recursos e compensações necessários. A idéia da dignificação dá um caráter específico às reivindicações por uma remuneração justa. A medida em que o movimento coletava solidariedades à reivindicação salarial foi ampliada e re-significada no marco de uma sensibilidade pela falência da política educativa.

A experiência da *carpa blanca* é a de uma reivindicação formulada num contexto de pluralidade de demandas sociais. A “carpa” não se transformou no ponto de convergência de todas as lutas como pareciam sonhar inicialmente os dirigentes - e como talvez previa a central sindical dissidente - CTA - da qual estes são confederados. Em compensação, ocorreu uma certa confluência dos novos agrupamentos cidadãos, em particular os que pedem justiça efetiva e denunciam a violência policial. De todo modo, a *carpa blanca* permaneceu como um espaço das reivindicações dos docentes que se abriu à solidariedade social.

Neste sentido, a *carpa blanca* foi um grande êxito, na medida em que levou a questão da educação ao centro da cena pública, restaurando a sua legitimidade como aspecto essencial das políticas públicas igualitárias. O consenso que se criou na sociedade foi tão amplo que levou o governo inclusive a empreender ações concretas<sup>34</sup>.

O consenso social obtido foi facilitado pela função equalizadora de oportunidades que a educação tem tido historicamente desde fins do século XIX. Mas a sensibilidade decorrente deste fato foi eficazmente ativada pela espetacularização que a *carpa blanca* promoveu. O “espetáculo” deu-se através de exibição de imagens de doentes em jejum vindos de todo o país, pela adesão de artistas, jogadores, poetas e escritores, e pela presença de equipes de rádio e televisão no interior da barraca, estimulando o debate.

---

<sup>34</sup> Em 1997 o presidente Menem dedicou uma carta pública ao tema educativo prometendo mudar a situação em dois anos. Mais recentemente o Ministério da Educação, que havia promovido um projeto de lei para a criação de um fundo educativo sobre a base de um imposto especial aos automotores, logrou acordar com a Cetera um texto comum que está submetido a tratamento parlamentar. A criação deste imposto especial e em particular uma cláusula que obriga ao governo a compensar uma eventual arrecadação menor que a prevista, provocou a reação adversa do Ministério da Economia. Isto é, finalmente, o governo está dividido frente a estas reivindicações da educação.

O movimento *carpa blanca* se transformou através da ampliação de adesões sociais e tornou-se uma arena autônoma. No plano estritamente sindical, esta ação foi um sucesso, dado que a política educacional estava descentralizada desde 1993. O movimento conseguiu superar a fragmentação de situações locais através da designação de um interlocutor nacional no Ministério da Educação e o governo, que acreditava ter se desvinculado do problema, viu-se forçado a aceitar a nacionalização da questão da educação.

O tema da educação foi amplamente exibido, incluindo questões como a diversidade das situações sociais e a tendência da escola pública pela redução de alunos. Na competição partidária, a política da educação aparece hoje como um objetivo estratégico e é mencionado por quase todos como a dimensão mais significativa de intervenção do Estado. Em torno da educação constituiu-se uma fonte de legitimidade para a ação pública que parece driblar a problemática herança estatal.

A *carpa* foi comparada com a ronda em frente a Casa Rosada que as Mães da Praça de Maio iniciaram durante a ditadura militar reclamando os desaparecidos. As diferenças de circunstâncias e reivindicações são óbvias, mas o paralelo parece pertinente, pois ambas expressam uma forma de ação cidadã inserida numa lógica de direitos que suscita uma disputa no plano da legitimidade, e não das relações de força corporativas<sup>35</sup>.

### **Condições de emergência de uma nova cidadania**

As condições de uma nova cidadania e as suas formas alternativas podem ser devidamente percebidas no marco da reacomodação da representação política que está ocorrendo. Em termos gerais, pode-se sustentar que o advento de uma nova cidadania decorre do processo de desinstitucionalização, isto é, do enfraquecimento dos laços organizacionais e das identidades adscritas. O partido de massas - que na Argentina teve predominantemente uma modalidade movimentista - caracterizou-se por sua rede territorial e implantação social, que foi a base principal da mobilização e da obtenção de rendimentos eleitorais. Seu recurso decisivo era a militância voluntária baseada em convencimentos ideológicos, que exercia uma espécie de liderança coletiva sobre a sociedade, e permitia ao partido gozar de uma autonomia que se traduzia na seleção de candidatos e líderes sobre a base de critérios próprios. Este partido de massas, que

---

<sup>35</sup> C. Lefort considera as reivindicações de direitos nestes termos: "A apropriação democrática do direito implica na afirmação da uma palavra - individual ou coletiva - que, sem encontrar sua garantia nas leis estabelecidas, ou na promessa de um monarca, fazer valer sua autoridade, esperando sua confirmação pública, em virtude de um chamado a consciência pública", em "*Essais sur le politique*", Espirit Seuil, 1986.

era um recurso decisivo de reprodução da identidade e de formação de um certo tipo de noção de povo, está em vias de desaparecimento<sup>36</sup>.

A vida associativa não diretamente partidária tem pouca estrutura organizacional e adquire eficácia simbólica constituindo amplos espectros de simpatia e apoio sobre a base de pequenos núcleos militantes, abertos a redefinições identitárias surgidas da relação interativa com a sociedade.

Essas transformações nos parâmetros da cidadania estão condicionadas por uma mudança temporal, dado que o modelo político do governo representativo do século XIX parece não ter mais vigência. A queda do comunismo privou todos os cenários políticos do princípio de divisão que os animava e lhes dava capacidade representativa. A crítica ao capitalismo - denúncia da exploração - e a democracia - denúncia da "ficção" dos direitos universais - constituiu um desafio e uma ameaça que incitou conservadores e social-democratas a elaborar respostas suficientemente convincentes para conservar o poder e defender o regime político.

A crise do estado de bem-estar e o descrédito na intervenção estatal e nas políticas públicas redistributivas acentuaram a decadência dos tempos fortes da política. Mais profundamente, o exercício da vontade política - que na Argentina pareceu ter seu expoente radicalizado na violência armada dos anos 70 - marcou um século de revoluções catastróficas que, sob o emblema da liberação, deram vida a opressões inéditas (FURET, 1995), cujo saldo ao final de um ciclo de experiências foi uma generalizada desconfiança frente à dramatização política e os projetos de mudança social.

O vazio deixado pelo retrocesso da vontade política - tanto de natureza revolucionária como reformista - foi ocupado pelo discurso societário também de natureza diversa. Em tempos de universalização da democracia e de ampliação do mercado, sustentam a conveniência de confiar na espontaneidade dos processos sociais. Esse societalismo, alternativo à intervenção estatal e às regulações públicas, tem como correlato a idéia da substituição da política pela administração governamental. Sobre os interesses e as paixões, costuma-se postular a pertinência do saber como fundamento do poder, o que habilita os técnicos a serem responsáveis pelas decisões do bom governo. De modo que a vida política perdeu sua mola tradicional sem que outra a tenha substituído. A descompressão do velho princípio antagonista não implica necessariamente no fim da política, mas põe em questão suas referências consagradas. Acompanhando o enfraquecimento do

---

<sup>36</sup> Os partidos tradicionais contam com centenas de milhares de aderentes dos quais vota uma pequena proporção, mas que constituem ainda assim um número considerável de pessoas. Mas o laço que os une ao partido não é mais o do passado. A generalização das eleições internas abertas ao eleitorado independente, ilustra a decadência do princípio identitário que caracterizava o partido de massas. Agora prima a busca de consenso social, procura-se refletir as preferências da sociedade no interior do partido por sobre a tradicional vocação de transformar a sociedade, conquistando-a para os princípios partidários.

antagonismo, vê-se emergir uma nova arena política, cujos pilares são os partidos em processo de reconversão e os meios de comunicação, que tornam-se crescentemente âmbitos de produção de acontecimentos políticos.

A liderança política emergente está em acordo com as características da mencionada arena política *mass midiática*. A liderança é personalizada, posto que sua consagração não responde a um processo institucional preciso. Resulta de uma popularidade na opinião pública que a faz eleitoralmente eficiente, e é uma combinação de posicionamentos políticos e atributos pessoais, sendo estes últimos tão significativos que levam a que a imagem pública da pessoa tenha um valor relativamente independente da organização política a qual pertence. Nessas condições, o líder é um candidato - estrela que constitui por sua capacidade eleitoral um verdadeiro centro de poder dentro da estrutura partidária, paralela e superior as instâncias de decisão formais. Esse centro de poder tem maior autonomia em relação à estrutura partidária, na medida em que conforma no seu entorno um *staff* decisório composto por *experts* em governabilidade, opinião pública e meios. Os canais que a televisão oferece e, em menor medida, o rádio e a imprensa escrita, tem uma capacidade de veiculação da mensagem política infinitamente superior à estrutura partidária territorial. As medições de opinião oferecidas pelos institutos especializados tem uma pretensão de rigor que parece inatingível para as percepções que os militantes oferecem. É também nesse sentido que o partido político torna-se um recurso das personalidades dirigentes, crescentemente subordinado aos que obtém reconhecimento fora da estrutura partidária. Esta cumpre um papel organizativo essencial na competição política, mas do ponto de vista das decisões políticas, está reduzida a um papel essencialmente instrumental. A lógica personalista aqui referida provocou movimentos de entrada e saída: personalidades incorporadas ao partido para ser candidatos e, por outra parte, candidatos que formam partidos para viabilizar suas candidaturas.

As grandes forças políticas estão afetadas em grau diverso por esse processo de transformação. A Frepaso é um conglomerado político com uma liderança sumamente personalista que poderia constituir o arquétipo desse modelo. O peronismo, ainda que seja uma força personalista, tem a institucionalidade própria de um partido de governo e com a herança de poderosas, embora minguadas, estruturas sociais e territoriais. Quanto ao radicalismo, parece ter evoluído para uma fragmentação territorial, mas também com diversidade de líderes políticos personalistas. Ainda que as grandes forças políticas tenham uma estrutura organizativa herdada, parece expandir-se, em paralelo, um partido com as características do novo modelo apontado.

Os parlamentares e dirigentes territoriais giram em torno desses pólos. Opinam, evidentemente, sobre os discursos e as candidaturas, mas dependem desses centros nos quais se constrói a legitimidade política: sua posição institucional depende da capacidade dos candidatos-estrela em obter votos e assegurar uma posição nas listas partidárias.

A autonomização dos dirigentes é possível pelas características da nova arena política. Nela, os meios de comunicação ocupam um lugar central, porque canalizam a informação política e porque se transformaram em espaços de produção de acontecimentos políticos, direta ou indiretamente. O líder político baseia sua popularidade no reconhecimento que obtém neste palco, que se transforma no produtor de *standards* de popularidade e de medições das posições alcançadas pelos competidores.

Porém, nesta arena valorizam-se também dimensões genéricas da popularidade que podem produzir uma inflexão anti-política. Esse é o caso quando a popularidade que se quer transferir ao âmbito da representação política se baseia em qualidades humanas genéricas como a simpatia, ou em valores privados ou capacidades artísticas. Também tem um efeito despolitizante o modo pelo qual a espetacularização simplificou o discurso político (sua duração, sua efetividade, etc.). Mas desta vez, os líderes personalistas se acham expostos a uma visibilidade inusitada, que aparece ao espectador como prova de verossimilhança sobre as características pessoais e as promessas. A imagem das personalidades que a audiência constrói tem uma diversidade de componentes, mas as qualidades pessoais extra-políticas não prevalecem necessariamente sobre os tragos mais vinculados à representação política. Em todo caso, a imagem está menos baseada na promessa programática do que na confiabilidade que gera o dirigente-candidato em sua aparição.

É assim que se constitui uma classe política autonomizada com respeito as suas antigas referências, com recursos de poder mais pessoais, e consciente da nova capacidade de tomar iniciativas.

Entretanto, outros condicionamentos foram expandidos. O mais sobressalente é o que provém daqueles sem pretensão democrática, em particular o poder econômico, que atualmente constitui um limite mais forte para as decisões políticas do que no passado. A possibilidade de um “veto burguês” que estabeleça como condição de acesso o apoio ou, ao menos, o consentimento dos grandes grupos econômicos, pesa sobre a vida política. De um lado, não se poderia governar sem a colaboração do grande capital. Sempre houve um poder econômico com pretensão de impor condições, mas, nas atuais circunstâncias de globalização econômica, sua capacidade de chantagem parece incrementada.

De outro lado, a idéia de um veto do poder econômico está também enraizada no espírito das pessoas. A sociedade argentina, como acontece geralmente com as sociedades ocidentais, está imersa em um amplo consenso econômico-social. Este consenso não apenas alude ao que se poderia considerar a base dos equilíbrios econômicos (economia de mercado, equilíbrio fiscal, não-intervenção econômica do Estado para além de suas tarefas de regulação) mas também se estende para assegurar a paz social aos grandes proprietários, em particular quanto ao congelamento da imposição fiscal, mas também aos compromissos orientados para a desregulação do trabalho. Uma grande parte da população teme as políticas que poderiam ir contra a vontade do poder econômico e isso afeta suas decisões políticas. A lembrança da hiperinflação é recente, e os que a tem mais viva são sensíveis aos prognósticos que evocam o possível regresso a esse passado. Conseqüentemente, a oposição do grande capital constitui um descrédito para qualquer candidato, que se veria ameaçado de perder o apoio da população. Em resumo, os líderes políticos atuam com mais liberdade em relação aos antigos compromissos organizacionais, mas encontram outros limites estruturais e ideológicos para a vontade política.

Quanto à cidadania, ela está fortemente condicionada pela incerteza quanto ao alcance do poder democrático e da soberania, tanto por efeito da visibilidade do poder econômico como do suposto poderio das massas. A debilidade das instituições do Estado e a suspeita de que estas não são independentes do poder político afeta negativamente a vida pública. Os acontecimentos não chegam a se constituir como objeto de deliberação, pois é posta em dúvida a realidade dos mesmos, total ou parcialmente. De modo que estes acontecimentos costumam ser a ocasião para o desdobramento da subjetividade dos jornalistas e de circunstâncias intervenientes, e à opinião pública costuma somar-se à produção da ficção. Esses fatos públicos que deveriam constituir uma realidade confiável para a deliberação mostram-se inconsistentes, o que se agrava por uma antiga propensão a aderir a teorias manipulatórias, que induzem a pensar os fatos públicos como ações instrumentais de resultados controlados. Essa desnaturalização da vida pública constitui um obstáculo adicional, tanto para a formação de julgamentos independentes nos espectadores, como para a possibilidade de emergência de formas ativas de ação cidadã.

Nos últimos anos, algumas formas de intervenção cidadã significativas têm resultado de iniciativas provenientes da classe política. Um exemplo foi o “apagão” de setembro de 1996: apagando as luzes em uma hora predeterminada, as pessoas manifestaram sua rejeição à política econômica governamental seguindo um apelo da oposição. Esse evento foi o equivalente a uma grande concentração devido à quantidade de vontades mobilizadas, sem que as pessoas abandonassem seu lugar. Foi uma ação efetiva, na medida que requeria de cada pessoa um ato visível, ao

menos no seu entorno mais próximo, mas que apenas foi possível pelas circunstâncias *mass midiáticas* que deram visibilidade e, em conseqüência, realidade para todos. A imagem televisiva foi um componente imprescindível para que o acontecimento existisse.

Este tipo de intervenção ilustra a substituição de formas de participação “militantes” por outras de intervenção pessoal mais limitada.

Pode-se concluir que algumas formas de ação tradicional evoluíram para modalidades cidadãos, e que apareceram outras formas de ação pública independente em um contexto de baixa participação tradicional. Outro foco de politização constitui-se dos estímulos institucionais e particularmente, da direção política, de forma que a evolução futura parece depender também de que a vida política ganhe em pluralismo através da confrontação entre projetos de caráter mais antagonico.

Porém, o quadro seria incompleto se reduzíssemos os dilemas da cidadania ao aqui colocado. Centrou-se a atenção na transformação da arena política e sua influência na cidadania emergente. Formulou-se a questão sobre em que medida o papel do cidadão limitar-se-ia à opinião pública passiva e quais as condições para que essa situação fosse compensada por focos autônomos de atividade.

Foi assinalado que ainda persiste uma limitação na vigência dos direitos básicos, em particular dos direitos civis, isto é, que muitos cidadãos “formais” não gozam ainda da proteção efetiva da lei.

Cabe acrescentar que há outras desigualdades de fato - as econômico-sociais - que travam o acesso à circulação política. Ou seja, que uma parte dos que se beneficiam do *status* cidadão, na verdade não podem ou não se propõem exercê-lo, pois sua limitada participação política não responde aos elementos tratados aqui, e sim a lógicas apolíticas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACKERMAN, B. *We the people*. Havard University Press, 1993.

ADROGUÉ, G. Estudar a opinião pública. Teoria e dados sobre a opinião pública argentina. *Desarrollo Económico*, abril-junho 1998.

BARROS, C. *Meios de comunicação na Argentina: de espectadores a protagonistas da mudança*. CEUNM, maio 1996.

BOURDIEU, P. *De la televisión*. Anagrama, 1998.



CASTEL, R. *Les metamorphoses de la question social*. Fayard, 1995.

CATTERBERG, E. *Los argentinos frente a la política*. Planeta, 1989.

CEUNM - Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría. *Contexto político e privatizaciones en Argentina*, novembro 1994.

\_\_\_\_\_. *Imagen de la cuestion sindical*. Janeiro 1996.

\_\_\_\_\_. *Indicadores da opinião pública*. Dezembro 1983.

\_\_\_\_\_. *La imagen de los medios de comunicación*. Junho 1996.

\_\_\_\_\_. *Medios de comunicación y política*. Junho 1997.

CHERESKY, I. *La inadmisibile desaparición de personas*. In: CANTÓN, D.; JORRAT, R. *La investigación social hoy*. Ediciones del CBC, 1997.

DI TELLA, T. O impacto migratório no sistema político argentino. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, ano 4, n. 12, agosto 1989.

ETCHEMENDI, S.; PALERMO, V. Conflictos y concertación. Congreso y organizaciones de interés en la reforma laboral del primer gobierno de Menem. *Revista Sociedad*, abril 1996.

FARINETTI, M. *Que queda del movimiento obrero? Las formas de reclamo laboral en la nueva democracia argentina*. Cátedra de análisis de la realidad Argentina - R. Sidicaro, UBA, 1998.

FURET, F. *Le passé d'une Illusion*. Robert Laffont/Calmann Levy, 1995.

GELLNER, E. *Conditions of liberty - Civil society and its rivals*. Penguin, 1996.

GORZ, A. *Misérís du présent. Richesse du posible*. Galilée, 1997.

GUTIERREZ, R. *Renovación, desindicalización y neoliberalización del peronismo*. Instituto Gino Germani, 1998.

LA NACIÓN, 16 de abril de 1998. Suplemento El Espejo de América.

LEFORT, C. *Essais sur le politique*. Esprit Seuil, 1986.

MARTUCCELLI, D.; SVAMPA, M. *La plaza vacia*. Lozada, 1997.

MORA Y ARAÚJO, M. *Ensayo y Error*. Planeta, 1991.

MURILLO, V. Los sindicatos frente a la reforma del Estado en Argentina y México. *Revista Sociedad*, abril 1996.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa. *Cuadernos del Claeh*, n. 61, 1992.

\_\_\_\_\_. *Polyarchies and the (un)rule of law in Latin America*. In: MENDEZ, J.; O'DONNELL, G.; PINHEIRO, P. S. (ed.). *The rule of law and the underprivileged in Latin America*. University of Notre Dame Press, 1998.

PALERMO, V.; NOVARO, M. *Política y poder en el gobierno de Menem*. Ed. Norma, 1996.

ROSAVALLON, P. *La nouvelle question sociale*. Seuil, 1995.

ROSAVALLON, P. *Le nouveau travail de la representation*. Esprit, Fevrier, 1996.

SCHUSTER, F. *Social protest in contemporary Argentina: Is there anything new?*. 1998. Mimeo.

SMOLUVITZ, C. Ciudadanos, derechos y política. *Ágora*, n. 7, inverno 1997.

TORRE, J. C.; GERCHUNOFF, P. La política de liberalización económica en la administración de Menem. *Revista Desarrollo Económico*, 1996.

ZOLO, D. La ciudadanía en una era postcomunista. In: HELD, D. *Prospects for democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1993.

Tradução e publicação autorizadas pelo autor.  
Tradução do original em espanhol de Elsa G. Schusterman de Cencig.

